

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
NÍVEL MESTRADO**

PATRÍCIA BRUM PACHECO

ENTRE MUROS INVISÍVEIS:

**As Sociabilidades de Jovens na Experiência do
Acolhimento Institucional em Sapucaia do Sul - RS**

São Leopoldo

2018

PATRÍCIA BRUM PACHECO

ENTRE MUROS INVISÍVEIS:

**As Sociabilidades de Jovens na Experiência do
Acolhimento Institucional em Sapucaia do Sul - RS**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais, pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS

Orientador: Prof. Dr. Carlos A. Gadea

São Leopoldo

2018

P116e

Pacheco, Patrícia Brum.

Entre muros invisíveis: as sociabilidades de jovens na experiência do acolhimento institucional em Sapucaia do Sul-RS / Patrícia Brum Pacheco. – 2018.

193 f. : il. color. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, São Leopoldo, 2018.

“Orientador: Prof. Dr. Carlos A. Gadea.”

1. Sociabilidades. 2. Abrigos para jovens – Sapucaia do Sul (RS). 3. Identidades. I. Título.

CDU 316.47

PATRÍCIA BRUM PACHECO

ENTRE MUROS INVISÍVEIS:

**As Sociabilidades de Jovens na Experiência do
Acolhimento Institucional em Sapucaia do Sul - RS**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais, pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS

Aprovado em 21 de maio de 2018.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Carlos A. Gadea (orientador) – UNISINOS

Prof. Dr. José Luiz Bica de Mélo – UNISINOS

Prof.^a Dra. Fernanda Bittencourt Ribeiro – PUCRS

AGRADECIMENTOS

Entre as tantas palavras ditas neste estudo, há uma que gostaria de destacar: o reconhecimento. O reconhecimento como um ato de gratidão pelas muitas pessoas que estiveram comigo e, portanto, tornaram-se imprescindíveis para que o sonho do mestrado se tornasse uma realidade.

A minha gratidão mais pura aos jovens do Abrigo Casa Lar Abrigo Meu Refúgio, de Sapucaia do Sul, que abriram as portas de suas vidas, permitindo o convívio e me acolhendo sem esperar nada em troca, me ensinando o real sentido da palavra resiliência.

Agradeço à coordenação do Abrigo, que apostou no compromisso da minha pesquisa com os jovens, tornando livre o meu acesso pela instituição. Assim como a toda a equipe de trabalhadoras, pelas informações fornecidas, pelos diálogos construídos e pela responsabilidade que assumem pela vida de cada jovem.

Embora a pesquisa de campo tenha revelado o objeto desta pesquisa, a sua compreensão analítica na perspectiva sociológica só foi possível pela brilhante orientação do Professor Dr. Carlos Gadea. Agradeço imensamente a oportunidade de aprendizagem, conduzida de forma ética e profissional, sempre valorizando minhas capacidades e apontando caminhos para o desenvolvimento de novas competências.

Destaco também a contribuição dos demais professores (as) do PPG em Ciências Sociais da UNISINOS, que com suas aulas brilhantes apresentaram diferentes perspectivas, que me ajudaram a compreender parte deste vasto universo das ciências sociais.

Agradeço à minha família, meu companheiro, minhas irmãs, afilhados (as), amigos (as) que compreenderam a minha ausência em tantos momentos importantes de afeto e partilha, valorizando a minha dedicação e estimulando o meu crescimento pessoal e intelectual.

Enfim, também agradeço as amigas que o mestrado meu trouxe, mulheres determinadas e corajosas na luta por um mundo mais digno de se viver.

RESUMO

Esta dissertação é resultado de uma pesquisa sobre as formas de sociabilidades dos jovens na experiência do acolhimento institucional em Sapucaia do Sul, buscando compreender os benefícios oriundos da ampliação dos círculos sociais. Portanto, o conceito de sociabilidades a partir da obra de Georg Simmel é central na análise sociológica, compreendendo que sociabilidade e identidades são processos relacionais. A metodologia empregada é baseada na etnografia a partir do interacionismo simbólico, que buscou pela observação participante, entrevistas e levantamento documental os conteúdos para análise das significações atribuídas pelos jovens acolhidos sobre suas interações sociais dentro e fora do Abrigo. Assim, a pesquisa de campo foi fundamental para desvelar os conceitos estruturantes das formas de sociabilidades, sendo o conflito e a violência a principal linguagem adotada pelos jovens, consequência do estigma social e do não reconhecimento como conteúdo que permeia as interações sociais. Considerando a relevância do contexto desta pesquisa, o Abrigo, ficou constatado os dualismos do serviço de acolhimento institucional. Portanto, as sociabilidades conflitivas são cerceadas no *entre espaços* que o Abrigo ocupa na vida dos jovens acolhidos, onde novas formas de interações sociais são bloqueadas, metaforicamente, por muros visíveis e invisíveis. Os muros visíveis isolam os jovens do mundo da rua, enquanto os muros invisíveis restringem a formação de redes sociais por meio da ampliação dos círculos sociais, ou seja, das redes sociais reais e virtuais, imprescindível para a ressignificação das experiências de conflito e violência que estruturam suas formas de sociabilidades.

Palavras-chave: Sociabilidades. Identidades. Acolhimento Institucional. Jovens. Conflito.

ABSTRACT

This dissertation is the result of a research about the forms of sociability of young people in the experience of institutional reception in Sapucaia do Sul, seeking to understand the benefits of expanding social circles. Therefore, the concept of sociabilities from the work of Georg Simmel is central to sociological analysis, understanding that sociability and identities are relational processes. The methodology used is based on ethnography from the symbolic interactionism, which sought for the participant observation, interviews and documentary survey contents to the parsing of the meanings attributed by the young people received on their social interactions inside and outside the shelter. Thus, field research was fundamental to unveil the structuring concepts of forms of sociability, conflict and violence being the main language adopted by young people, a consequence of social stigma and non-recognition as content that permeates social interactions. Considering the relevance of the context of this research, the Shelter, the dualisms of the institutional reception service were verified. Conflicting sociabilities, therefore, are constrained in the *between spaces* that Shelter occupies in the lives of young people, where new forms of social interactions are metaphorically blocked by visible and invisible walls. Visible walls isolate young people from the world of the street, while invisible walls restrict the formation of social networks through the expansion of social circles, that is, of real and virtual social networks, essential for the re-signification of experiences of conflict and violence that structure their forms of sociability.

Key-Words: Sociability. Identity. Institutional Reception. Young. Conflict.

LISTA DE SIGLAS

CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
COMDICA	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
CONANDA	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
CRAS	Centro de Referência em Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado em Assistência Social
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FEE	Fundação de Economia e Estatística
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONGs	Organizações Não Governamentais
ONU	Organizações das Nações Unidas
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PUCRS	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
SDH	Secretaria de Direitos Humanos
SAI	Serviço de Acolhimento Institucional
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNISINOS	Universidade do Vale do Rio dos Sinos

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 OS DUALISMOS DO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL	13
2.1 O Serviço de Acolhimento Institucional no Brasil	14
2.1.1 Lugar <i>entre Espaços</i>	17
2.2 O Cenário da Pesquisa	23
2.2.1 O SAI em Sapucaia do Sul	24
2.2.2 Por dentro do Abrigo	25
2.2.3 Entre os Muros e Grades Visíveis e Invisíveis	27
2.2.4 Os Jovens do Abrigo	31
2.2.5 A Vida no Abrigo	37
3 CAMPO DE PESQUISA	50
3.1 Inserção no Campo	50
3.2 Abordagem Metodológica	53
3.2.1 As Etapas Vivenciadas.....	54
3.2.2 Sistematização e Análise dos Dados	58
4 SOCIABILIDADES JUVENIS E O ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL	61
4.1 Sociabilidades em Georg Simmel	61
4.2 Entre Sociabilidades e Identidades dos Jovens do Abrigo	65
5 SOCIABILIDADES, CONFLITOS E VIOLÊNCIA	73
5.1 Acerca da Teoria do Conflito	73
5.2 Do Conflito à Sociabilidade Violenta	78
5.3 Do Conflito ao Estigma Social	84
5.4 Do Conflito ao Não Reconhecimento	89
6 SOCIABILIDADES E REDES	99
6.1 Sociabilidades “fora” do Abrigo	99
6.2 Sociabilidades e Lazer dos Jovens Acolhidos	104
6.3 Redes: Entre Grupos de Pertencimento e Referência	107
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	114
REFERÊNCIAS	120
APÊNDICE A – TÓPICO GUIA	126
APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	127
ANEXO A – CARTA DE ANUÊNCIA	128

1 INTRODUÇÃO

O tema dos direitos de crianças e jovens ganhou espaço com o processo de redemocratização do Brasil, impulsionado pelos movimentos sociais e organismos internacionais. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), instituído pela Lei nº 8.069/1990, marcou um importante avanço sobre o tratamento legal e social que deve ser oferecido para crianças e jovens de até 18 anos, garantindo a absoluta prioridade na efetivação dos direitos à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e a convivência familiar e comunitária (BRASIL, 1990). Também destacamos a aprovação do Estatuto da Juventude, através da Lei nº 12.852/2013, que complementa o ECA, propondo a expansão das garantias de direitos dos jovens. Desta maneira, tal cenário contribuiu para impulsionar os debates sobre o tema das juventudes também no campo acadêmico, sobretudo, na sua interface com as diferentes manifestações da violência na contemporaneidade (BRASIL, 2013).

A presença da violência na vida de muitos jovens é constante, seja no espaço privado ou público, colocando seus direitos em risco. No espaço privado os dados sobre a violência doméstica denunciam a gravidade do tema. De acordo com o Serviço de Disque Denúncia¹ da Secretaria de Direitos Humanos (SDH) da Presidência da República do Brasil, em 2015 foram registrados 162 mil relatos de violência doméstica contra crianças e adolescentes (SADA, 2009). Os dados sobre a violência urbana também apontam para os jovens como as principais vítimas. Segundo dados publicados no site do Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância) entre 1990 e 2014, o número de homicídios de jovens de até 19 anos passou de 5 mil para 11,1 mil casos ao ano, entre outros dados que veremos ao longo desta dissertação (ONU, 2017).

Portanto, a interface da violência e da juventude indica o cenário desta pesquisa, isto é, o Serviço de Acolhimento Institucional (SAI) em Sapucaia do Sul. O SAI é uma medida protetiva instituída pelo ECA e pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS), suas definições constam do documento Orientações

¹ Os dados informados pelo Disque Denúncia não representam atos de violência confirmados, são denúncias, informação usada apenas para uma reflexão da dimensão do problema. Não há dados estruturados oficialmente que expressem a informação exata de casos de violência doméstica no Brasil.

Técnicas para os Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, constando, portanto, o objetivo de oferecer serviço de

[...] acolhimento, cuidado e espaço de desenvolvimento para grupos de crianças e adolescentes em situação de abandono ou cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção (BRASIL, 2009).

O motivo do acolhimento é sempre marcado por um tipo de violência, seja simbólica, direta ou indireta, sendo essa experiência de violação de direitos comum aos diferentes jovens que se encontram no SAI. Considerando esse contexto, o objetivo desta dissertação é analisar como são constituídas as formas de sociabilidades dos jovens em acolhimento institucional em Sapucaia do Sul. Portanto, a categoria sociológica das sociabilidades é central nesse estudo, pois indicará as consequências e os benefícios relativos à ampliação dos círculos sociais na trajetória dos jovens² durante o período do acolhimento no espaço do Abrigo.

Desta maneira, o local de realização da pesquisa foi o “Abrigo” institucional de Sapucaia do Sul, com o propósito de perceber as formas de interações sociais no cotidiano dos acolhidos e os conteúdos atribuídos pelos mesmos, observando assim aspectos da rotina de moradia, alimentação, privacidade, lazer, estudo, etc. Foram mais de 120 horas de observação participante em diferentes momentos do cotidiano, intensificados num período de três meses, procurando assim diversificar dias na semana e horários, a fim de perceber tais movimentos em diferentes situações. A escolha metodológica está relacionada com a motivação para a realização desta pesquisa: oportunizar aos jovens um espaço de manifestação de suas significações que marcam suas trajetórias de vida a partir da experiência do acolhimento institucional. Portanto, numa perspectiva da etnografia interacionista, a pesquisa de campo foi revelando o objeto de investigação, da mesma maneira que esta dissertação foi organizada, a cada capítulo, reunindo os fragmentos das sociabilidades dos jovens acolhidos e suas significações à luz de conceitos sociológicos.

Considerando a importância da contextualização do objeto de pesquisa, o primeiro capítulo desta dissertação apresenta o histórico do SAI no Brasil e seus

² Embora o ECA adote a nomenclatura “adolescente”, queremos afirmar que esta pesquisa adotou o termo juventude, usando um recorte de idade de jovens, entre 12 e 18 anos. Assim, pretende-se contribuir com o debate no campo da sociologia sobre as sociabilidades juvenis, compreendendo os avanços dessa categoria a partir de abordagens teóricas.

dualismos entre concepção e prática social, indicando assim a estrutura em que os jovens acolhidos constituem suas sociabilidades durante o período de cumprimento da medida protetiva. Sendo assim, foi preciso detalhar o cotidiano das interações sociais do Abrigo, local escolhido por conter o maior contingente de jovens em situação de acolhimento institucional em Sapucaia do Sul. Destacamos já, que o principal núcleo de sociabilidades desses jovens ocorre no espaço do próprio Abrigo, que se configura pela fusão do público e do privado, o que caracteriza um *lugar entre espaços* de sociabilidades juvenis marcadas pela exposição à violência urbana e intersubjetiva.

O segundo capítulo é dedicado ao campo de pesquisa, indicando a abordagem metodológica e as etapas vivenciadas, bem como a inserção da pesquisadora no campo. Para os propósitos desta pesquisa se apresentou como necessidade uma abordagem qualitativa que permitisse além de ouvir os jovens acolhidos, observar as suas interações sociais e vivenciar experiências no âmbito do contexto do Abrigo para compreender suas formas de sociabilidades. Portanto, a etnografia interacionista, contribuiu para manter a atenção em como os jovens agem e formam suas relações que influenciam na constituição do *self*, entendido conforme Angrosino (2009) como a noção de quem somos, desenvolvida no curso da interação com os outros. As principais técnicas de coleta de dados foram a observação participante, entrevistas semiestruturadas e o levantamento documental. O material foi analisado a partir das orientações técnicas de Beaud e Weber (2014), permitindo identificar os significados atribuídos pelos jovens nas suas diferentes interações sociais dentro e fora do Abrigo a partir de suas narrativas. Inicialmente foram identificados todos os lugares ou situações de sociabilidades citadas pelos jovens, após foram comparados os significados atribuídos pelos mesmos para a diversidade de suas interações a partir das narrativas e também dos episódios correspondentes registrados no diário de campo. Da mesma maneira, o confronto de diferentes documentos sistematizados a partir da coleta de dados fez emergir diferentes significados entre a definição normativa do serviço de acolhimento institucional e as práticas desenvolvidas no cotidiano do Abrigo, apresentando os dualismos da política social que veremos ao longo desta dissertação. A comparação entre as narrativas da equipe técnica e dos jovens também mostrou os dualismos entre os significados atribuídos às interações sociais, apontando diversas situações de conflito. A recorrência dos episódios de conflito na documentação, assim como

da violência direta e indireta, corroborou para emergir o conceito do conflito como a forma das sociabilidades dos jovens acolhidos.

O terceiro capítulo apresentará a noção de sociabilidades a partir da principal referência teórica adotada, isto é, a obra de Georg Simmel. Para Simmel (2006), as sociabilidades representam as formas de interação dos indivíduos em sociedade, constituídas por processos de socialização que contribuem na formação de identidades individuais e coletivas, gerando sentido para a existência social. Considerando que sociabilidades e identidades são processos relacionais, serão estabelecidas as relações para compreender essas noções no cotidiano dos jovens do Abrigo, aproximando assim com o conceito de juventudes a partir das referências de Feixa (2004), Pais (2001, 2006) e Sposito (1993).

No capítulo quarto, aprofunda-se a compreensão sobre conflito e violência como as principais formas de sociabilidades dos jovens acolhidos³. O conflito emergiu a partir da análise dos conteúdos que indicaram dualismos no contexto do Abrigo, assim como foram identificados significados moralmente divergentes entre os indivíduos e grupos em interação nesse *entre espaços*. Portanto, o conflito aparece associado à violência em muitos episódios de interação dos jovens, remetendo a uma analogia com o conceito de sociabilidade violenta desenvolvida por Silva (2004), em que o uso da força é o princípio da ordem social. Da mesma maneira, o conflito também aparece como uma estratégia de enfrentamento à invisibilidade e de diferenciação, diante de uma trajetória de vida marcada por estigmas sociais e não reconhecimento por parte dos jovens acolhidos, análise baseada nos conceitos de Goffman (1978) e Honneth (2009).

Considerando a perspectiva de Simmel (2006), que a sociabilidade é impulsionadora do indivíduo na formação de redes sociais, o quinto capítulo apresentará a análise sobre os benefícios oriundos da interação dos jovens acolhidos em círculos sociais em espaços “fora” do núcleo do Abrigo. Embora tenham sido identificadas as sociabilidades dos jovens constituídas no domínio do lazer pela perspectiva de Pais (1990), ficou evidente a restrição da medida protetiva, que impede os acolhidos de estabelecerem novas interações no mundo real ou virtual, o que possibilitaria a ampliação de seus círculos sociais e, conseqüentemente, produziriam diferenciação aos seus processos identitários a

³ O termo “acolhido” é uma expressão utilizada no cotidiano do Abrigo, pelas trabalhadoras e pelos jovens. Portanto, trata-se de uma expressão nativa, que será adotada ao longo da dissertação.

partir das interações com novos grupos de referência como veremos a partir de Newcomb (s/d [1975]).

Diante dessa apresentação inicial, destacamos a relevância social do presente estudo, pois a violência de direitos contra jovens é um fenômeno social em crescimento e presente em diferentes contextos, ganhando espaço na esfera pública ao revelar uma situação-problema vivenciada na esfera privada. Assim é necessário o desenvolvimento de estudos acadêmicos que considerem as características dos jovens acolhidos de forma contextualizada, a fim de reconhecer o seu direito de condução da própria vida no trânsito entre o espaço privado e público, o que constituirá novas formas de sociabilidades.

Portanto, os dualismos do Abrigo representam, metaforicamente, muros visíveis, que tentam isolar os jovens do mundo da rua, do espaço público através das portas com grades e dos cadeados. Da mesma forma, representam muros invisíveis, que bloqueiam suas possibilidades de interações sociais por meio da ampliação de círculos sociais, de acordo com interesses individuais, fundamentais para a sua diferenciação a partir de grupos de referência e pertencimento, imprescindíveis para a resignificação das experiências de conflito e violência que estruturam suas formas de sociabilidades.

2 OS DUALISMOS DO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL

O contexto do presente estudo, o Serviço de Acolhimento Institucional, tem sido amplamente abordado pelo campo da psicologia social em muitos estudos que buscam analisar aspectos psicológicos desenvolvidos por crianças e jovens cujos direitos foram violados e/ou vivenciaram um alto nível de violência. (BRAGA; DELL'AGLIO, 2012; GUEDES; SCARCELLI, 2014; SIQUEIRA, 2012; SIQUEIRA; DELL'AGLIO, 2006, 2011; SOUZA; BRITO, 2015). De igual maneira, existem pesquisas no campo da antropologia que buscam compreender as práticas sociais no âmbito do acolhimento, bem como no campo do serviço social, cujo interesse está focado na análise da política social (MACHADO, 2011; RIBEIRO; SCHUCH, 2013). No entanto, em diversas buscas nos principais bancos de pesquisas e bibliotecas virtuais não foi possível encontrar estudos no campo da sociologia com foco nas sociabilidades juvenis no contexto do acolhimento institucional, levando a considerar importante iniciarmos a reflexão compreendendo o contexto do serviço de acolhimento institucional para posteriormente empreender a análise sociológica.

A principal premissa do SAI, de garantir o direito a convivência familiar e comunitária das crianças e jovens acolhidos, torna-se complexa a partir da própria característica do lugar. Isto permite caracterizar a configuração do SAI a partir da produção de certo dualismo entre os espaços público e privado como principal contexto de interações sociais dos jovens acolhidos, que influenciará suas formas de sociabilidades. As experiências dos jovens vivenciadas “fora dos muros” do SAI, marcadas pelo desrespeito provocado por conflitos e pela violência nos diferentes espaços (privado e público), constituem-se do conteúdo dessa fusão, que torna ainda mais complexa as interações sociais dentro do SAI.

O jovem que é a vítima de uma situação de violência de direitos, que o levou ao acolhimento institucional, passará a viver em estado de aparente reclusão para sua suposta proteção, tendo assim o seu direito de convivência familiar e comunitária restringido. Tal situação coloca proteção e reclusão diante de constante dualismo, sobretudo se considerados os significados sobre o Abrigo atribuídos pelos jovens e pelos trabalhadores do SAI.

Embora as discussões sobre os direitos da juventude tenham avançado no Brasil com o advento do ECA e do Estatuto da Juventude, ainda se apresenta como um dualismo a teoria e a prática. Enquanto o ECA considera o jovem como sujeito

de direitos em desenvolvimento, as práticas efetivadas no SAI reduzem a capacidade de participação dos jovens na vida pública, a começar pela própria participação nas audiências judiciais que discutem os processos do acolhimento institucional.

2.1 O Serviço de Acolhimento Institucional no Brasil

O processo de redemocratização no Brasil marcou um novo cenário para as políticas sociais, sobretudo aquelas focadas em grupos minoritários e excluídos, entre eles as crianças e os jovens. O ECA sancionado em 1990 é consequência do histórico de mobilizações dos movimentos sociais e influência de agências internacionais que garantiram a entrada desta pauta na agenda política durante a Constituinte em 1987 e 1988.

O ECA rompeu com o paradigma da criança e do adolescente como objetos de tutela, ao revogar o Código de Menores (BRASIL, 1979), passando a reconhecê-los como sujeitos de direitos e deveres, conforme diretrizes da Convenção sobre Direitos da Criança de 1989¹ e amparado pelos artigos 227 e 228 da Constituição Federal Brasileira, que responsabilizam a família, a sociedade e o Estado na garantia de um conjunto de direitos², com absoluta prioridade de crianças, adolescentes e jovens no desenvolvimento de políticas sociais.

O contexto da presente pesquisa será, justamente, a medida protetiva de acolhimento institucional, aplicada em casos excepcionais e de caráter provisório de proteção e garantia dos direitos da criança e do adolescente³. De acordo com as Orientações Técnicas para o Serviço de Acolhimento Institucional⁴, essa modalidade de atendimento consiste em

¹ Declaração aprovada por unanimidade na Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU), em 20 de novembro de 1989, e assinada pelo Brasil em 26 de janeiro de 1990.

² “É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão” (BRASIL, 1988).

³ Segundo o art. 2º do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8069/90) considera-se criança a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade. (BRASIL, 1990).

⁴ Cabe destacar que o SAI é comumente confundido com o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), por qual é organizada a execução das medidas socioeducativas aplicadas a adolescentes aos quais é atribuída a prática de ato infracional, portanto as medidas são aplicáveis em casos distintos.

Serviço que oferece acolhimento, cuidado e espaço de desenvolvimento para grupos de crianças e adolescentes em situação de abandono ou cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção. Oferece atendimento especializado e condições institucionais para o acolhimento em padrões de dignidade, funcionando como moradia provisória até que seja viabilizado o retorno à família de origem ou, na sua impossibilidade, o encaminhamento para família substituta (BRASIL, 2009, p. 29).

O ingresso de uma criança ou jovem no SAI ocorre através do Poder Judiciário, Ministério Público e/ou Conselho Tutelar, quando esgotadas as medidas de permanência na família de origem ou extensa. Desse modo, antes que a medida de acolhimento institucional seja definida, o conselho tutelar buscará na rede de proteção à criança e ao jovem a inserção e o acompanhamento das famílias, como, por exemplo, encaminhando para cadastro em programas de transferência e/ou geração de renda, a fim de garantir condições básicas, como alimentação; para atendimentos terapêuticos, em casos de saúde mental; para reingresso na escola, garantindo matrícula em escola próxima ao local de moradia; para projetos de formação profissionalizante para jovens, com vistas a inserção no mundo do trabalho; para promotoria pública, garantindo a proteção e o afastamento, por ordem judicial, de agressores; entre outras medidas.

O SAI procura romper com o histórico isolamento institucional preconizado no Código de Menores, garantindo durante o período de institucionalização o direito à convivência familiar e comunitária, por meio do acesso às políticas públicas locais, como posto de saúde, escolas, lazer, entre outros.

O marco legal e conceitual de regulamentação e implementação do SAI é amplo, bem como o debate sobre o direito à convivência familiar e comunitária, resultando na Lei nº 12.010/2009⁵, que alterou o ECA e incorporou os avanços já refletidos no Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (BRASIL; CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CNAS), 2006) e das Orientações Técnicas sobre os Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes em 2009, ambos aprovados pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) e pelo CNAS.

De acordo com o Levantamento Nacional de Crianças e Adolescentes em Serviço de Acolhimento Institucional realizado pela Fundação Osvaldo Cruz entre

⁵ Para conhecer as inovações apresentadas na Lei ver tabela comparativa com o ECA, desenvolvida por Ferreira, Dói e Baldacim (2009).

2009 e 2010 organizado por Assis e Farias (2013), havia nesse período 36.929 mil crianças e adolescentes “acolhidos” em 2.624 Serviços de Acolhimento Institucional distribuídos em 1.157 municípios das 27 unidades federativas. Do total de SAI, 25,3% está concentrado na região Sul do país, acolhendo 22,5% das crianças e dos adolescentes, representando 0,11% do total existente na região; percentual mais alto comparado as outras regiões do país, sendo a média de 0,07% de crianças e adolescentes acolhidos do Brasil. No Rio Grande do Sul foram identificados 233 SAI, onde estavam acolhidos 3.085 crianças em 93 municípios (18,8%) do Estado (ASSIS; FARIAS, 2013).

Segundo Assis e Farias (2013, p.172), no Brasil

A existência de vínculo familiar foi constatada para a maior parte das crianças e adolescentes acolhidos, sendo 61%. Enquanto a perda desse vínculo foi apontada em 23,2% dos casos, o que configura um percentual alto se considerado o acolhimento institucional como provisório, segundo leis vigentes.

Quanto à divisão por sexo, há uma pequena diferença entre o número de meninos (52,3%) e meninas (47,7%) acolhidos, o mesmo quadro se observa em todas as regiões. A idade média é de crianças de 9,3 anos para todo o país. (ASSIS; FARIAS, 2013). Sobre a cor da pele “[...]41,1% das crianças e dos adolescentes são referidos institucionalmente como brancos, 18,9% como pretos, 38,7% como pardos, 0,3% como amarelos, 0,4% foram referidos como de etnia indígena” (ASSIS; FARIAS, 2013, p.166).

Sobre o direito à convivência comunitária e à educação, Assis e Farias (2013, p. 167) constataram que há menor acesso dos acolhidos ao espaço escolar em todas as idades, sendo que 75,5% das crianças e adolescentes frequentavam a escola no momento da pesquisa, “[...] no grupo com idade pré-escolar, a frequência é menor (39,8%); e na faixa de 6-11 anos, é maior (91,9%). Já na adolescência, corresponde a 84,7% no grupo de 12 a 15 anos e 54,1% dos que têm 16 a 17 anos”. Comparando com os dados do Brasil percebemos o déficit do acesso à educação, pois a frequência média em 2007 era de 44,5% para crianças de 0 a 6 anos, 97,6% de 7 a 14 anos e 82,1% dos 15 aos 17 anos (ASSIS; FARIAS, 2013).

Referente à trajetória dos acolhidos, Assis e Farias (2013) informam que 19,2% das crianças e adolescentes vêm de uma trajetória de vida na rua. Na região Sul, o dado mantém a média nacional, com 19,8%. Três em cada quatro acolhidos

com trajetória de rua possui relação com seu núcleo doméstico. Sobre essa questão, os mesmos autores referem que o trânsito de adolescentes pela rua como espaço de moradia é acompanhado por uma trajetória de abandono e violência no espaço privado. Mas outros fatores influenciam a ida para as ruas, como o trabalho infantil para subsistência da criança ou até mesmo da família e o uso de drogas. A busca pela dita liberdade das ruas, apesar de atrair muitos meninos e meninas, também costuma levá-los para locais onde há situações de risco pessoal e social (ASSIS; FARIAS, 2013).

Essa trajetória está relacionada aos motivos de ingresso da criança e do adolescente no acolhimento institucional, sendo esta como medida excepcional de proteção para caso de vulnerabilidade social e/ou violência de direitos. De acordo com Assis e Farias (2013), em todas as regiões do país os motivos mais comuns são a negligência e o abandono. Na região Sul do país é a negligência familiar (44,1%), seguido de pais ou responsáveis dependentes químicos/alcoolistas (24,5%) e abandono pelos pais ou responsáveis (21%) (ASSIS; FARIAS, 2013).

Desse modo, a violência, seja física ou simbólica, aparece como um dos principais motivos de ingresso da criança e do jovem no SAI, que assume um lugar de acolhimento do sujeito, na busca de garantir além de uma estrutura física de moradia e alimentação, o reconhecimento da sua subjetividade, sendo a convivência familiar e comunitária o principal direito a zelar.

2.1.1 Lugar *entre Espaços*

A centralidade da elaboração do SAI enquanto política social em torno do direito à convivência familiar e comunitária coloca em primeiro plano a importância das relações e dos vínculos sociais no âmbito da proteção e defesa dos direitos de crianças e jovens. Portanto, o conceito sociológico que emerge deste cenário é o das sociabilidades, compreendido como as formas de interação dos indivíduos em sociedade, constituídas por processos de socialização que contribuem na formação de identidades individuais e coletivas gerando sentido para a existência social. Segundo Simmel (1977), a individualidade está presente nas pessoas, e suas características são necessárias na construção da identidade, mas, mesmo havendo uma individualidade, o indivíduo reconhece que o outro é indispensável na

construção de si mesmo, tornando a sociabilidade imprescindível para compreender a vida coletiva.

Embora as mudanças incrementais na política pública tenham sido uma constante na busca pela garantia dos direitos de crianças e jovens, ainda são muitos os casos de institucionalização que ultrapassam o tempo determinado em lei – dois anos de acolhimento, sobretudo nos casos de jovens com longa trajetória de institucionalização e do não interesse de potenciais famílias adotivas por jovens. Sabemos que o impacto da institucionalização prolongada provoca danos ao desenvolvimento psicossocial da criança e do jovem, exigindo assim avanços que constituam o Abrigo como parte efetiva de uma “[...] rede de apoio social e afetivo, fornecendo recursos para o enfrentamento de eventos negativos advindos tanto de suas famílias quanto do mundo externo, modelos identificatórios positivos, segurança e proteção [...] ao pleno desenvolvimento cognitivo, social e afetivo das crianças e adolescentes inseridos neste contexto” (SIQUEIRA; DALL’AGLIO, 2006, p. 78).

Desse modo, o SAI ocupa um *entre espaços*, não se constituindo nem como espaço privado e nem como espaço público, mas numa espécie de fusão de ambos nas dinâmicas de sociabilidades dos jovens. Neste *entre espaços*, o jovem encontra (ou não) recursos para ressignificar suas referências de afeto e direitos violados pela negligência, pelo abandono e pelo uso da força. Entende-se como uma premissa que tais recursos serão oriundos da ampliação de uma rede de sociabilidades promovida pelo acolhimento institucional, mas, de fato, produzir-se-iam benefícios para o modo de vida dos jovens? Para que a eventual ampliação da rede de sociabilidades ocorra, quais são as formas que elas adquirem nos jovens em situação de acolhimento institucional?

Diante de tais perguntas, é preciso compreender os principais espaços de interação e os significados atribuídos pelos jovens em acolhimento institucional, buscando as redes de relações que constituem suas sociabilidades dentro e fora do Abrigo. Para isso, usaremos uma metáfora para fins didáticos entre “a casa” (o lar, o espaço privado) e “a rua” (o “mundo exterior”, o espaço público), sem a pretensão de aplicá-la como categoria sociológica inspirada em DaMatta, a partir da obra *A casa & a Rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*, mas sim com o objetivo de compreender os principais lugares onde os jovens constituem suas interações.

É no espaço privado, ou seja, na casa, que a subjetividade se constrói na relação intrafamiliar e se reconstrói nessa relação com os demais círculos sociais advindos do espaço público. No espaço privado se constitui o lugar da intimidade, do restrito, do “entre paredes”. Segundo Simmel (1977), o primeiro meio que o indivíduo se relaciona é no espaço privado com a família, onde a sua individualidade é relativamente indiferente, sendo esse o círculo primário de socialização. As relações fora do círculo familiar ocorrem pelas inclinações, interesses e atividades de cada indivíduo, constituindo assim vínculos secundários no espaço público.

No espaço do privado, que remete ao círculo primário das sociabilidades, a casa se caracteriza pelo lugar de encontro da família, onde o sistema de crenças e valores deste pequeno círculo social é constituído com base nas suas tradições. Angelo (2007, p. 27), ao se referir a Freud, diz que o sujeito se constitui “[...] daquilo que é possível de ser estabelecido e transmitido entre as gerações”. Considerando a relevância das relações intergeracionais, a função social da família é parte fundamental na construção da subjetividade do indivíduo, oportunizando ao jovem o desenvolvimento de capacidades para superar determinadas situações a partir de experiências vivenciadas na segurança da proteção familiar. Desse modo, o afeto se caracteriza como uma manifestação da proteção e da segurança exercida pelos responsáveis legais do jovem, formando vínculos afetivos que definem comportamentos para toda a vida.

No entanto, o espaço privado da casa pode ser o lugar da proteção, mas também o da violência, caracterizada muitas vezes na negligência ou no abandono que ferem ou rompem vínculos afetivos entre os membros do núcleo familiar, gerando conflitos que levam os jovens a buscarem outros lugares de proteção, como a rua. É desta maneira que, muito especialmente, argumenta-se aqui que é a violência interpessoal um dos principais motivos de acolhimento institucional de jovens. A manifestação da violência interpessoal no espaço privado caracteriza a violência doméstica, que de acordo com Costa (2007), pode influenciar o comportamento agressivo dos familiares, reproduzindo o ciclo vicioso da perpetuação da violência sob argumento pedagógico e disciplinador, sendo aceito e legitimado, mantendo os gritos silenciados e os dados obscuros sobre o fenômeno.

No Brasil, a violência infanto-juvenil manifesta-se na violência estrutural e interpessoal. Para Costa et al. (2007, p. 1130),

As expressões do fenômeno da violência integram uma rede que envolve a violência estrutural (oriunda do sistema social), assim como a violência interpessoal (doméstica, trabalho, amigos), atravessando camadas sociais, podendo transformar vítimas em agressores.

Em estudo sobre a frequência da exposição à violência intrafamiliar e extrafamiliar por jovens em diferentes contextos, Braga e Dell'Aglio (2012) concluíram que os jovens em acolhimento institucional são mais expostos à violência doméstica que outros grupos que vivem em diferentes contextos, como com as famílias e/ou em instituições para cumprimento de medidas socioeducativas. As autoras tipificaram a violência a partir da exposição à ameaça ou humilhação, soco ou surra, agressão com objetos, alguém ter “mexido no corpo” do jovem sem a vontade do mesmo e relação sexual forçada, sendo que os jovens acolhidos apresentaram maior frequência de exposição em todos os tipos relacionados ao contexto intrafamiliar, mostrando menor frequência somente à violência extrafamiliar, com exceção da exposição a “mexer no corpo” e relação sexual forçada.

Outra diferença significativa constatada por Braga e Dell'Aglio (2012, p. 415) foi sobre as meninas acolhidas, essas

[...] apresentaram as frequências mais altas de exposição à violência, tanto quando comparadas aos jovens masculinos do mesmo grupo quanto comparadas às meninas que viviam com suas famílias e que estavam em cumprimento de medidas socioeducativas.

As meninas são expostas principalmente à violência intrafamiliar através de “ameaças e humilhações” e a todos os tipos de violência extrafamiliar, com exceção de “soco ou surra” (BRAGA; DELL'AGLIO, 2012).

A pesquisa desenvolvida por Braga e Dell'Aglio (2012) demonstrou que a exposição à violência por jovens é de alta frequência, o que aumenta os riscos de desenvolvimento de sintomas ou transtornos psicológicos diversos, bem como alerta sobre a ineficácia dos pressupostos legais de proteção à infância e à juventude.

O jovem ao ingressar no SAI passa a viver uma nova experiência de casa: este passará a ser o lugar da privacidade e intimidade por tempo indeterminado, onde as experiências de violência vivenciadas no núcleo familiar constituidoras de suas subjetividades se encontram com as experiências similares de outros jovens, o que exige um novo ordenamento do convívio social sempre que entra ou sai alguém do SAI. Outro modo de viver é apresentado ao jovem no SAI, numa casa onde há muitas regras para fins de ordenamento do grupo, que chega a contar com mais de

40 pessoas em convívio diário. Desse modo, o SAI pareceria assumir o lugar de círculo primário nas relações dos jovens, onde a individualidade é relativamente indiferente, tornando indispensável a sociação em círculos sociais externos.

A casa, lugar que supostamente é do afeto e da proteção, também se apresenta como lugar de expressão das múltiplas formas de violência contra os jovens que vivem a experiência do SAI. Diante desta situação, a rua assume um lugar importante na constituição das sociabilidades juvenis, reconhecida em muitos casos pelos atributos da liberdade e da proteção. É na rua que muitos jovens buscam seu espaço, e é nela que são debatidos pelos sujeitos os aspectos da vida cotidiana relativos ao domínio público. De acordo Assis e Farias (2013) na região Sul do Brasil, 19,8% das crianças e adolescentes em acolhimento institucional possuem uma trajetória de vida que passa pela rua como lugar de moradia, sendo que três de cada quatro possuem também relação com a família. Segundo os mesmos autores há um aumento progressivo de trajetória de rua entre crianças e adolescentes acolhidos de acordo com o avanço da idade, “[...] passando de 8,1% entre crianças de até 5 anos para 25,4% entre adolescentes de 16 e 17 anos” (ASSIS; FARIAS, 2013, p. 170).

Para muitos jovens a rua representa um lugar de refúgio em situações de violência doméstica, o que acaba colocando-os em contato com outras formas de violência. Desta maneira, podemos observar o alto índice de violência infanto-juvenil desde o Mapa da Violência 2012: crianças e adolescentes do Brasil, que apresentou as causas⁶ de morte entre crianças e adolescentes. Evidenciam-se a redução das causas naturais na contramão das causas externas nas últimas três décadas, enfatizando o alto número de homicídios com taxa de 13 casos para cada 100 mil crianças e adolescentes, levando o Brasil a ocupar a 4ª posição entre 92 países do mundo analisados (WAISELFISZ, 2012). Segundo o Mapa da Violência 2015: Adolescente de 16 e 17 anos do Brasil

[...] as causas externas de mortalidade vêm crescendo de forma assustadora nas últimas décadas: se, em 1980 representavam 6,7% do total de óbitos na faixa de 0 a 19 anos de idade, em 2013 a participação elevou-se de forma preocupante: atingiu o patamar de 29%. Tal é o peso das causas externas, que em 2013 foram responsáveis por 56,6% – acima da

⁶O Mapa da Violência 2012: crianças e adolescentes do Brasil (2012), apresenta como categorias para mortalidade infanto-juvenil duas dimensões: causas naturais, referentes a deterioração do organismo ou da saúde; causas externas, referente a fatores independentes do organismo humano, fatores que provocam lesões ou agravos à saúde que levam à morte do indivíduo.

metade – do total de mortes na faixa de 1 a 19 anos de idade. Só para se ter ideia do significado: no ano de 2013, os homicídios representaram 13,9% da mortalidade de 0 a 19 anos de idade; a segunda causa individual: neoplasias, tumores, representa 7,8% (WAISELFISZ, 2015, p. 9).

Como podemos constatar, os jovens são as principais vítimas da violência no Brasil. Segundo dados publicados no site do Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância) entre 1990 a 2014, o número de homicídios de jovens de até 19 anos passou de 5 mil para 11,1 mil casos ao ano (ONU, 2014). De acordo com a fonte do Datasus (2014), foram 30 crianças e adolescentes assassinados por dia no ano de 2014. Segundo o Índice de Homicídios na Adolescência no Brasil - 2015, dos adolescentes que morrem no país, 36,5% são assassinados. Esse cenário coloca o Brasil em segundo lugar no ranking dos países com maior número de assassinatos de meninos e meninas de até 19 anos, atrás apenas da Nigéria (ONU, 2014).

Considerando apenas a violência a partir de causas externas, foram 608.462 vítimas entre 1981 e 2010, revelando um aumento de 14,3% de casos neste período, de acordo com o Mapa da Violência 2012 (WAISELFISZ, 2012). Os dados sobre as causas externas de mortalidade infanto-juvenil revelam os danos extremos da violência. No entanto, há outros tipos de violência que geram danos ao desenvolvimento das crianças e jovens, comprometendo o seu futuro, como a violência indireta e simbólica.

Contudo, a rua enquanto espaço público também se constitui no lugar de exercício da cidadania e da liberdade, que em muitas situações é o lugar onde o jovem busca outro modo de viver, longe do desrespeito vivenciado no espaço privado que afeta a sua integridade física e psíquica. Além de um contexto de violência urbana, o espaço público neste estudo também se configura no lugar onde novas formas de sociabilidades juvenis são elaboradas, livres da intervenção direta do Estado e da família, buscando neste lugar – a rua – o reconhecimento.

Para Sposito (1993, p. 161)

As novas formas de sociabilidade que se gestam entre os jovens, moradores de bairros periféricos das grandes cidades, nascem principalmente da socialização no mundo da rua, suas esquinas e pontos de encontro, onde desenvolvem relações de amizade e lazer, enfrentam os mecanismos da violência urbana e vivem, na luta pela sobrevivência, o confronto diário com os aparelhos repressivos.

É neste trânsito *entre espaços* – casa, rua e SAI - que as sociabilidades do jovem acolhido acontecem, permeado de um contexto urbano representado pelo mundo da rua, mas recluso ao espaço do privado, impedido de circular livremente na cidade pela justificativa da proteção. Assim, o SAI como lugar *entre espaços* que de acordo com as diretrizes da política social deveria ser transitório, ocupa na vida de muitos jovens o principal núcleo de sociabilidades, constituindo um cotidiano que sobrepõe experiências relativas ao mundo privado e público. Temporalidade que é permeada de entradas e saídas do SAI, de fugas e tentativas frustradas de um recomeço com a família de origem e/ou adotiva, tornando-se assim um fluxo rotineiro de vai e vem na trajetória do jovem acolhido.

Diante destes dados, destacamos a relevância social do presente estudo, pois a violência de direitos contra jovens é um fenômeno social em crescimento e presente em diferentes contextos, ganhando espaço na esfera pública ao revelar uma situação-problema vivenciada na esfera privada. Assim, é necessário o desenvolvimento de estudos acadêmicos que considerem as características dos jovens acolhidos de forma contextualizada, a fim de reconhecer o seu direito de condução da própria vida no trânsito entre o espaço privado e o público, o que constituirá novas formas de sociabilidades. Portanto, a categoria sociológica das sociabilidades servirá a este estudo para explicar a dinâmica das interações sociais de jovens em situação de acolhimento institucional no município de Sapucaia do Sul para responder aos seguintes problemas de pesquisa: Quais são as formas de sociabilidades dos jovens em situação de acolhimento institucional? Partindo da premissa que o SAI promove a ampliação dos círculos sociais na vida dos jovens, quais são suas consequências e benefícios?

2.2 O Cenário da Pesquisa

A cidade de Sapucaia do Sul é caracterizada pelo crescimento populacional dos últimos trinta anos, resultado do êxodo rural e da busca por emprego nas grandes cidades da região metropolitana, pois sua localização está no centro do eixo viário da capital do Rio Grande do Sul, onde se encontram as principais rodovias, como BR-116, RS-118 e BR-448, que fazem conexão com outras rodovias federais e estaduais. Segundo o Censo do IBGE (2010), são 130.988 habitantes em 58,6 Km², o que significa cerca de 2.120 habitantes por Km², índice de concentração

populacional considerado alto. Do total da população de Sapucaia do Sul, 38.942 são crianças e adolescentes, ou seja, aproximadamente 30%.

A alta concentração populacional é uma das causas para alguns problemas urbanos. Por exemplo, Gadea (2011b) chama à atenção para

A violência intersubjetiva (...), desencadeada pela evidente proximidade espacial dos habitantes”, como também “à delinquência juvenil, produto não só da proximidade aludida, mas também do perfil socioeconômico de cidades de pequeno porte que apresentam certas dificuldades de integração social por meio do trabalho e da educação (GADEA, 2011b, p. 5).

Como podemos ver no caso de Sapucaia do Sul, segundo dados da Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul, a cidade alcançou a taxa de 36 óbitos por homicídio para cada 100 mil habitantes no ano de 2016. Sendo que para a Organização Mundial da Saúde (OMS), a partir de 10 homicídios para cada cem mil habitantes já é considerado nível de epidemia (AGENDA 2020, [S.d.]).

Os dados sobre trabalho também são preocupantes, pois segundo dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e Fundação de Economia e Estatística (FEE), o número de vínculos empregatícios no município não atende nem a 36% da população ativa em 2016, sendo que a média considerada adequada para número de vínculos empregatícios seria superior a 60% da população (AGENDA 2020, [S.d.]). Diante desses dados básicos, de alta taxa de homicídios e baixa integração social por meio do trabalho, fica evidente o contexto de violência em que os jovens estão inseridos na cidade de Sapucaia do Sul, refletindo assim na necessidade de formulação e/ou implementação de políticas sociais de promoção, proteção e garantia de direitos para esse público.

2.2.1 O SAI em Sapucaia do Sul

Em Sapucaia do Sul a implementação do SAI foi regulamentada a partir da lei municipal nº 1956/1997⁷, que estabelece suas diretrizes, bem como constituiu o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do município (COMDICA), seguindo os princípios do ECA e garantindo a participação popular através da representação paritária entre organizações governamentais e não-

⁷ Revogada em 2006 através da Lei nº 2906, estabelece o papel do Conselho como órgão normativo, deliberativo e controlador da política de atendimento à criança e ao adolescente, vinculado à Secretaria Municipal Geral de Governo, para fins administrativos e orçamentários.

governamentais. A implementação do serviço no município é realizada por duas Organizações Não Governamentais (ONGs), ambas constituídas na modalidade de “Abrigo Institucional”, sendo uma caracterizada como “Abrigo”, localizada no Bairro João de Barro, e a outra, como “Casa de Passagem”, localizada no Bairro Vargas. Em 2017 as instituições acolheram um total de 136 crianças e jovens vítimas de violência, sendo 49 na “Casa de Passagem” e 87 no “Abrigo”, lembrando que o serviço é temporário. Portanto, há uma variação, quase cotidiana, do número de acolhidos.

Em entrevista com as equipes técnicas⁸ de ambas as instituições, as mesmas destacaram como um dos principais objetivos do SAI a reinserção do acolhido na família, com a qual é realizada intervenção na busca de resgatar ou fortalecer os vínculos, construindo a reorganização familiar capaz de proteger e garantir os direitos das crianças e dos adolescentes.

Diante do objetivo do presente estudo se escolheu realizar a pesquisa de campo no “Abrigo”, pela característica apresentada pelas próprias equipes técnicas, que descreveram o “Abrigo” como a instituição que recebe os casos mais complexos e com o maior contingente de jovens. No entanto, não há uma normativa estabelecida pela política social, é uma prática estabelecida por acordos informais entre as instituições. Desta maneira, trata-se como casos mais complexos aqueles que apresentam os vínculos mais frágeis entre a criança e/ou jovem e sua família, tornando mais lento o processo de reintegração familiar. A consequência de tal complexidade é a longa permanência no Abrigo, havendo casos de crianças que ingressam no acolhimento e entram na juventude na mesma condição, conforme veremos na descrição do contexto a partir das observações realizadas em campo, relatos da equipe técnica e, sobretudo, dos jovens.

2.2.2 Por dentro do Abrigo

O Abrigo é uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos, fundado em 2003, quando passou a ocupar o espaço físico de um antigo “orfanato” da cidade. Com 15 anos de atuação, atualmente a organização conta com uma equipe de mais 20 colaboradores, pessoas contratadas para realização das atividades

⁸ As equipes técnicas são constituídas por profissionais da psicologia, serviço social e coordenação geral que atuam em cada instituição.

cotidianas, entre técnicas – psicóloga e assistente social –, monitoras, atendentes de biblioteca e brinquedoteca, cozinheiras e administrativo, todas as trabalhadoras são mulheres. Além das colaboradoras contratadas com carteira de trabalho assinada⁹, também exercem atividades prestadores de serviços em cumprimento de medida judicial, voluntários (a) e integrantes da diretoria da organização.

Segundo a equipe técnica do Abrigo, a medida protetiva de acolhimento institucional ocorre através do encaminhamento do Conselho Tutelar ou do Judiciário, que devem comunicar o caso ao Ministério Público que acolherá ou não a solicitação e encaminhará para o Juizado da Infância e Juventude para que seja aberto um processo. Aprovada a medida de acolhimento, o Abrigo receberá uma guia para o mesmo, documento que junto ao plano de atendimento individual do acolhido receberá todas as informações sobre a trajetória no acolhimento institucional.

A guarda provisória das crianças e jovens é assumida pela coordenação geral, que responde pelos mesmos durante o período do acolhimento no Abrigo. Os detalhes de cada trajetória dos acolhidos fica restrito ao grupo da equipe técnica, que realiza a mediação junto a rede de proteção, promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente na busca de ações de garantia do direito à convivência familiar e comunitária. O papel do serviço social é o acompanhamento das famílias, reunindo informações, analisando os motivos do acolhimento e buscando assistência na rede de proteção para encaminhamentos que ajudem essa família numa organização que possibilite o retorno do acolhido para casa e/ou o encaminhamento para família adotiva. Enquanto isso, a psicologia se dedica ao acompanhamento do acolhido, procurando manter uma escuta permanente para definir ou não ações de reinserção no núcleo familiar. No Abrigo, o atendimento psicológico não é terapêutico, sendo os casos de saúde mental destinados ao Centro de Atendimento Psicossocial (CAPS), e os casos extremos de corte de vínculos e violência, diretamente para o Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS).

A missão do Abrigo é lutar pelo bem comum das crianças, em todos os aspectos, com prioridade às crianças e jovens em situação de vulnerabilidade social. A partir da missão, são realizadas diversas ações na busca pela reinserção do

⁹ Com regime de trabalho gerenciado pela CLT – Consolidação das Leis do Trabalho.

acolhido na família, entre elas, a busca ativa das famílias, escuta dos pais e da família ampliada (tios, avós, padrinhos, etc.), visitas domiciliares para conhecimento do ambiente de convívio do acolhido, articulação de ações de acompanhamento da família e do acolhido com a rede de proteção, visitas acompanhadas e livres das famílias no Abrigo, entre outras.

Esgotadas todas as ações de reinserção do acolhido na família de origem, inicia-se o processo de destituição do poder familiar, encaminhando o caso para o processo de adoção através do Cadastro Nacional de Adoção, mediante o consentimento do acolhido.

2.2.3 Entre os Muros e Grades Visíveis e Invisíveis

O Abrigo está localizado no bairro João de Barro, considerado periférico no município de Sapucaia do Sul. Possui uma área total de 1.815m², sendo a área construída de 731m², espaço cedido por termo de parceria com a Prefeitura Municipal de Sapucaia do Sul. Embora a área do Abrigo seja aparentemente grande, não corresponde ao tamanho ideal para a realização das atividades planejadas pela equipe, que está sempre reorganizando os espaços para qualificar o atendimento aos acolhidos.

O acesso ao Abrigo é realizado pela porta principal, onde fica instalada a recepção e a sala da equipe técnica, bem como um espaço para espera e banheiro. No entanto, há outras possibilidades de acesso ao Abrigo, por entradas secundárias, como a cozinha, uma porta lateral e os fundos do prédio, que tem fácil acesso pelo pátio.

Na frente do prédio há uma área para estacionamento de veículos e um pátio com alguns canteiros de flores abandonados, com árvores e uma pequena área com churrasqueira. É nesse espaço que se têm acesso para a sala do brechó e para a cozinha. Todas as quartas-feiras, as trabalhadoras do Abrigo organizam o brechó, quando vendem roupas e utensílios arrecadados por meio de doações, para captar recursos financeiros que são destinados ao pagamento de despesas básicas, como por exemplo a alimentação dos acolhidos. Não há pátio na direita do Abrigo, no entanto, do lado esquerdo há um extenso campo gramado, onde é possível fazer brincadeiras, correr, jogar bola, entre outras atividades. A divisa do pátio é com uma ruela, com várias casas e onde está instalado um espaço de reabilitação para

dependentes químicos, gerando alguns conflitos com a coordenação do Abrigo em função do eventual contato dos acolhidos com as pessoas do local. Nos fundos do pátio se encontra uma pracinha, com brinquedos como balanço, gira-gira, casinha, escorrega e gangorra, todos em deterioração, quebrados ou enferrujados pela ação do tempo. Ao lado da pracinha tem uma quadra sem cobertura, com goleiras e resquícios de cestas de basquete. Mais ao fundo do pátio existem árvores e muros que formam a divisa com outras moradias. Embora o espaço seja amplo e com muitas possibilidades de atividades ao ar livre com as crianças e os jovens, ele é pouco utilizado, com um aspecto de espaço abandonado, pela grama alta, lixos espalhados, brinquedos quebrados, não parece ser um atrativo e provoca a sensação de abandono.

O prédio onde as crianças e os jovens moram durante o período do acolhimento institucional é antigo e apresenta muitos problemas de preservação e manutenção. Em períodos de forte chuva há vários lugares com goteiras e onde a água invade de fato, levando os acolhidos a buscarem outros ambientes para dormir e/ou ficar. O prédio é dividido em diferentes espaços, buscando a configuração de uma casa considerada normal nos padrões ocidentais e contemporâneos. Ao entrar no Abrigo, após passar pela secretaria, onde trabalha a equipe técnica, o primeiro ambiente é o da sala de convivência, nesse espaço todos os acolhidos se encontram, é onde está instalada a única televisão. O espaço da sala é dividido por sofás e tapetes, já bastante desgastados pelo uso cotidiano. Há, também, um pequeno móvel onde fica instalada a televisão e o aparelho de DVD, acompanhado de uma pequena caixa com algumas opções de filmes. A televisão é supervisionada pelas monitoras, mantendo a maior parte do tempo com uma programação de filmes previamente selecionados. Neste mesmo móvel fica disponível a água para consumo dos acolhidos, em garrafas plásticas e com único copo para uso coletivo. Na sala foi construído um mezanino, um espaço de lazer, onde foram instalados videogames e estão disponíveis jogos e brinquedos para uso coletivo. No entanto, a ocupação do mezanino não ocorre por livre acesso, é mediada e sempre acompanhada por uma monitora, que delimita quem e por quanto tempo poderá utilizar o espaço.

A sala é o espaço central, dando acesso para outros cômodos, como o banheiro social, onde há somente um vaso e uma pia, não há papel higiênico disponível, sabonete e nem mesmo toalha para rosto e/ou mãos, e a fechadura para

trancar fica para o lado de fora do banheiro. Os argumentos da equipe para a não liberação de papel higiênico e outros utensílios no banheiro é de que os acolhidos jogam as coisas causando o entupimento do vaso sanitário. Portanto, sempre que alguém precisa usar o banheiro deve solicitar o papel higiênico para a monitora, assim como não conseguirá trancar a porta.

Da mesma forma são trancados os quartos, com cadeados para o lado de fora do espaço, que normalmente ficam fechados durante o dia, sendo abertos no momento do banho para o cumprimento do horário escolar. Os quartos são subdivididos por faixa etária, ficando as crianças num espaço separado dos jovens. Junto aos quartos, tanto das meninas como dos meninos, há um banheiro coletivo destinado ao banho. Cada acolhido recebe ao chegar no Abrigo o seu material de higiene. Os móveis dos quartos são todos iguais, segundo a coordenadora geral, resultado de uma parceria do Abrigo. Cada acolhido tem a sua cama e parte do armário para guardar seus pertences pessoais, que se resumem em algumas peças de roupas, calçados e alguns objetos, como brinquedos, material de higiene, acessórios, etc. Normalmente, os pertences cabem em apenas três ou quatro prateleiras pequenas.

A sala de convivência também dá acesso para os fundos do Abrigo, passando por duas peças que servem de almoxarifado, onde ficam guardados por uma porta com cadeado os materiais de higiene, limpeza, alguns instrumentos musicais e roupas como vestidos de prenda, bombachas, botas, típicas da cultura gaúcha. Nos fundos do prédio ficam a lavanderia, a garagem e a caixa d'água.

Um pequeno corredor entre a sala e o refeitório dá acesso a brinquedoteca, espaço construído para as crianças, onde realizam atividades dirigidas pela atendente, fazem as tarefas escolares e brincam. O espaço é organizado com muitos brinquedos e jogos distribuídos em prateleiras, uma mesa modulada redonda no centro e cadeiras pequenas para crianças. Há muitas cores e um grande espelho numa das paredes. O acesso das crianças também é controlado pela atendente, que possui a chave e mantém o espaço quase sempre fechado, mesmo quando está realizando atividades com as crianças. Os jovens não costumam ocupar o espaço, sendo a biblioteca destinada a eles.

A biblioteca, lugar dos jovens, fica ao lado do refeitório. O espaço também é mantido fechado e controlado pela atendente, que recebe os jovens para a realização do reforço escolar e algumas atividades de entretenimento, como jogos e

eventualmente acesso à internet. Nesse espaço há um computador para uso dos jovens, no entanto não há conexão com a internet. Quando necessário, os mesmos utilizam o notebook que é destinado ao desenvolvimento do trabalho da atendente. O uso da internet é limitado, muitos jovens nunca utilizaram o recurso no Abrigo e aqueles que o fizeram relatam que o uso foi para realizar trabalhos escolares, ver alguns vídeos e ouvir música, mas sempre monitorados pela atendente. Na biblioteca também são guardados os materiais escolares dos jovens, mochilas e cadernos, não é permitido que levem as mochilas para os quartos, sob o argumento de que podem ser utilizadas como recurso para a fuga. Na biblioteca também há recursos como livros, revistas e gibis, material que pode ser acessado e até mesmo emprestado para os jovens utilizarem em outros espaços da casa.

O refeitório é o local onde todas as refeições acontecem, reformado há pouco tempo, quando colocaram revestimento cerâmico nas paredes. As mesas são em estilo de refeitório de escola, retangulares com bancos presos nas mesmas, cabendo 6 pessoas em cada uma. São seis mesas distribuídas no refeitório, algumas com os bancos quebrados, diminuindo assim o número de lugares sentados. No espaço são realizadas as quatro principais refeições do dia, sendo café da manhã, almoço, café da tarde e janta. Nos intervalos das principais refeições há distribuição de lanche, normalmente biscoitos e/ou frutas. Para as refeições, os acolhidos são organizados em grupos, separados por sexo. Desse modo, os grupos de meninas e meninos ocupam o refeitório em tempos diferentes. Não há uma orientação para que seja primeiro o grupo das meninas, ocupa o refeitório o grupo que já estiver melhor organizado no momento, portanto a ordem é aleatória. Ao lado do refeitório fica a cozinha, espaço onde somente é permitida a entrada de acolhidos para realizar alguma atividade dirigida, como lavar a louça. A cozinha é separada do refeitório por uma porta com grades e uma pequena janela onde os acolhidos em fila recebem a comida já servida em seus pratos, entre as opções do cardápio, cada um pode escolher o que deseja comer. As refeições são feitas em pratos de vidro, com o uso de garfo e colher, não é permitido o uso de facas. De acordo com relato dos próprios jovens, o uso de facas foi proibido porque estavam levando-as para os quartos, o que pode representar um risco à segurança. Os copos são de plástico e muitas vezes são compartilhados entre os acolhidos. Ao lado do refeitório foi organizada uma sala de descanso e refeições para a equipe, separada por uma

grade de ferro. A maioria das portas do Abrigo são de ferro ou com grades, mesmo aquelas que dividem ambientes internos.

Durante o dia, o portão do Abrigo fica aberto, permitindo a entrada e saída de visitantes, mas há um bloqueio simbólico para os acolhidos, que conhecem a regra de sair somente acompanhados por algum responsável, sendo saídas desacompanhadas consideradas fugas. O portão só é fechado no turno da noite, quando o acesso é restrito para as trabalhadoras do Abrigo e da rede de proteção.

2.2.4 Os Jovens do Abrigo

Ao longo do ano de 2017, passaram e/ou permaneceram no Abrigo 87 crianças e jovens. Destes, 43 foram desacolhidos e 44 permaneceram em situação de acolhimento institucional. Entre os que permaneceram, 10 acolhidos encontram-se evadidos. Em função da qualidade dos dados coletados, serão considerados para descrição do perfil dos acolhidos apenas o grupo daqueles que permaneceram em situação de acolhimento durante o período de janeiro a dezembro de 2017, ou seja, os 44 acolhidos.

Embora o Abrigo esteja localizado em Sapucaia do Sul, 25% dos acolhidos residiam em Nova Santa Rita até o momento do acolhimento. O acolhimento de crianças e jovens em município diferente àquele de origem não é recomendado pelo SAI. No entanto, prefeituras que não oferecem esse serviço costumam estabelecer convênio com organizações em municípios próximos para fins de atendimento da demanda, como é o caso da Prefeitura de Nova Santa Rita. Segundo a direção do Abrigo, o convênio com a Prefeitura de Nova Santa Rita é fundamental para a manutenção da instituição. Desta maneira, 75% dos acolhidos possuem suas residências de origem em Sapucaia do Sul. Sendo assim, a prefeitura de Sapucaia do Sul também mantém convênio para fins de manutenção do serviço junto ao Abrigo.

Os dados sobre a divisão por sexo se assemelham com a realidade nacional apontada no Levantamento Nacional de Crianças e Adolescentes em Serviço de Acolhimento Institucional (2013).

Gráfico 1 – Divisão por sexo



Fonte: Elaborado pela autora.

Podemos observar que há uma pequena diferença entre o número de meninos (57%) e meninas (43%) em situação de acolhimento institucional no Abrigo, o que indica que não há uma questão de gênero explícita para supostas violações de direitos que levem ao acolhimento institucional, embora já vimos que as meninas significam o público de mais exposição à violência. Referente à cor da pele/etnia, constatou-se que não é uma informação coletada e registrada pela equipe técnica, não sendo possível identificar a informação diretamente com os acolhidos pelo fato de muitos estarem evadidos.

A idade média dos acolhidos é de 12,3 anos no Abrigo, mais alta que a média nacional de 9,3 anos.

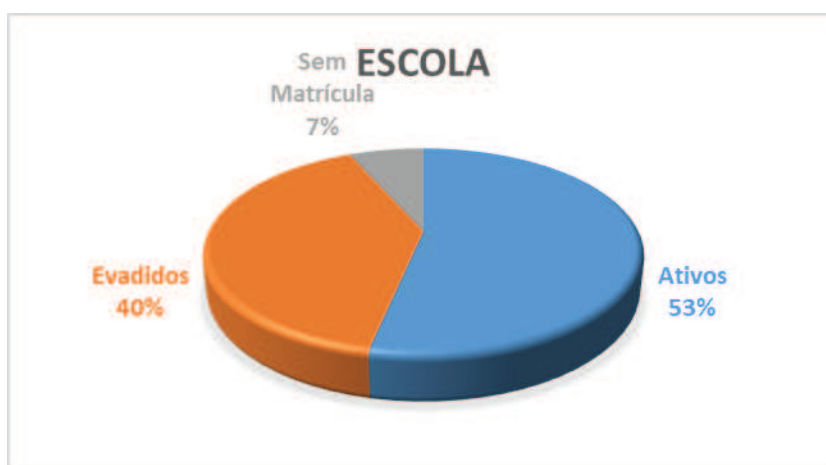
Gráfico 2 – Divisão por faixa etária



Fonte: Elaborado pela autora.

Sobre a faixa etária dos acolhidos podemos observar um percentual maior de jovens (68%) do que de crianças (32%), o que alerta para uma realidade em que os jovens encontram mais dificuldades de retorno à família de origem e/ou à família adotiva. O tempo médio do acolhimento é 1 ano e 10 meses, porém, se considerarmos somente o grupo de jovens o tempo médio será maior, chegando numa média de 2 anos e 3 meses. No entanto, destacamos que há dez casos de acolhimento com período superior, chegando em três casos de acolhimento por nove anos. Embora a Lei nº 12.010/2009 oriente um período máximo de dois anos de acolhimento institucional, podemos perceber que a dinâmica social não corresponde ao pressuposto legal, demonstrando a fragilidade da política social.

Gráfico 3 – Acesso dos jovens acolhidos à educação



Fonte: Elaborado pela autora.

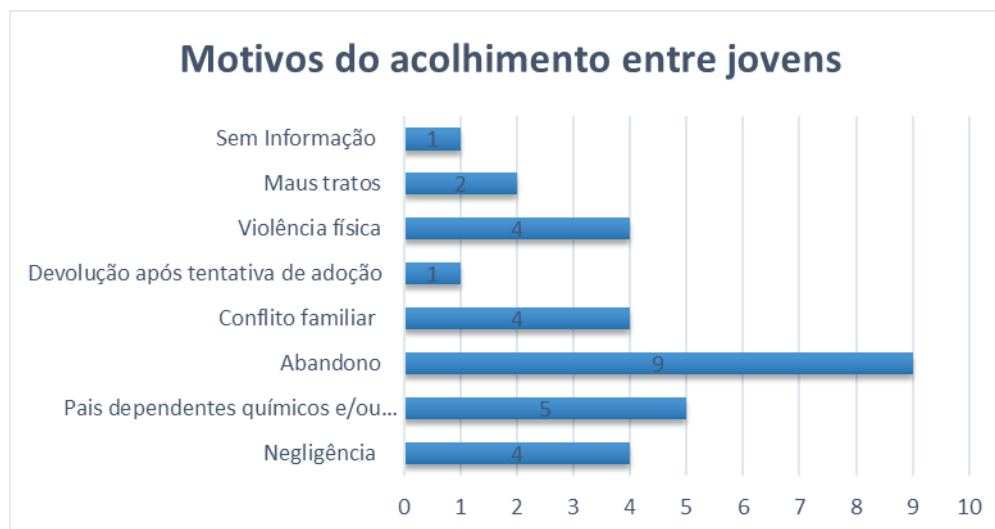
Sobre o direito à convivência comunitária e à educação, 66% dos acolhidos frequentavam a escola em dezembro de 2017, percentual inferior à média nacional. Se considerarmos somente os jovens acolhidos o acesso à educação é de 53%, demonstrando um déficit de acesso aos direitos sociais e de convivência comunitária relevante. Referente ao dado sobre distorção idade-série¹, 57% dos acolhidos estão com mais de dois anos de atraso na escola. Considerando somente os jovens, o percentual aumenta para 73%, enquanto 17% possuem idade adequada ao ano/série de escolaridade e 10% não constam dados sobre escolaridade.

Entre os jovens acolhidos apenas três estão em processo de cadastramento para adoção, entre eles dois irmãos que vivem no Abrigo há 9 anos e uma menina acolhida há 1 ano e 5 meses. Desse modo, 90% dos jovens acolhidos ainda buscam alternativas de aproximação e vínculo com as famílias de origem, embora muitos estejam em situação de acolhimento por mais de dois anos.

Sobre a trajetória de rua, não há dado organizado que permita afirmar tal experiência. No entanto, a partir dos relatos da equipe técnica e dos jovens, foi possível constatar que 53% dos jovens já vivenciaram uma experiência de fuga do Abrigo, em alguns casos para uma tentativa de retorno a família de origem, em outros casos para procurar novas oportunidades na rua. É considerado fuga a saída desacompanhada do Abrigo e se o acolhido não retornar no mesmo dia, passando a noite fora da instituição. Essa trajetória está relacionada aos motivos de ingresso no acolhimento institucional que, no caso dos jovens do Abrigo, corroboram com o Levantamento Nacional de Crianças e Adolescentes em Serviço de Acolhimento Institucional (2013) ao colocar o abandono, a situação de pais e/ou responsáveis dependentes químicos, a negligência e o conflito familiar como os principais problemas sociais que levam ao acolhimento.

¹ No Brasil a distorção idade-série é um indicador da educação que mede o número de alunos com mais de 2 anos de atraso escolar.

Gráfico 4 – Motivos do Acolhimento Institucional entre os jovens do Abrigo



Fonte: Elaborado pela autora

O abandono de jovens aparece como o motivo mais recorrente que leva ao acolhimento institucional, atingindo 30% dos casos, enquanto que o problema da dependência química nas famílias aparece em 17% dos motivos que impedem responsáveis de exercer seu papel na proteção dos jovens. A negligência (14%) e o conflito familiar (13%) também aparecem entre os principais motivos para o acolhimento. Considera-se abandono a ausência temporária ou definitiva dos responsáveis pelo jovem, deixando-o sem assistência básica em todas as dimensões, desde de moradia, alimentação, higiene, etc., ou seja, desprotegido de tal forma que coloca sua vida em risco. Já a negligência significa a carência de algo indispensável ao desenvolvimento do jovem, que não lhe é oferecido por opção, sendo assim não tem relação com situação de pobreza. Um exemplo de negligência é a negação do direito à educação.

Em 37% dos casos, os jovens acolhidos têm irmãos que se encontram no mesmo Abrigo, constituindo cinco núcleos de irmãos. Também há casos de acolhidos com irmãos vivendo em Abrigos de outros municípios e/ou vivendo com suas famílias de origem ou adotivas, no entanto não foi possível mapear tal informação. A variedade de situações representa as novas formas de configurações familiares, levando muitas vezes à separação de núcleos de irmãos. A rotina de visitas de familiares, seja da família nuclear ou extensa, é uma realidade para apenas 23% dos jovens, que mantém vínculos mais sólidos, que permitem até

mesmo visitas domiciliares. No entanto, 77% dos jovens acolhidos possuem vínculos mais frágeis, sem uma rotina definida para os encontros com a família e ficando por longos períodos sem contato, sendo que em alguns casos os jovens nem mesmo sabem onde estão morando seus pais. Durante as entrevistas com os jovens ficou constatado que também não ocorrem visitas de amigos no SAI, nem mesmo de colegas da escola para realização de atividades escolares. Assim como, não ocorrem visitas de vizinhos e amigos da comunidade de origem. As visitas mais comuns no Abrigo são de pessoas da comunidade, que procuram a instituição para entrega de doações e realização de atividades pontuais com os acolhidos, como por exemplo festas de aniversário, Dia das Crianças, Natal e Páscoa.

Outro conjunto de motivos que contribuem para o acolhimento institucional têm relação com as condições socioeconômicas das famílias, embora o ECA não condicione a situação de pobreza a aspectos de negligência, ainda é uma pauta em discussão na rede de proteção. Segundo a equipe técnica do Abrigo, o fator econômico impacta no processo de organização familiar em alguns casos, pois coloca em risco direitos básicos como a moradia e a alimentação, sendo que a família nuclear apresenta dificuldades econômicas, mas na família extensa há condições melhores. A equipe técnica reconhece a relevância do aspecto da renda familiar no processo do acolhimento institucional, no entanto não é um dado sistematizado para fins de análise e debate junto à rede, sendo realizada uma projeção empírica de uma renda de no máximo três salários mínimos por família, considerando que muitas são beneficiadas por programas governamentais de transferência de renda. Desse modo, de acordo com relatos da equipe técnica a renda é um fator importante, mas não determinante no processo de acolhimento institucional. A principal vulnerabilidade identificada é a relacional como consequência de uma trajetória familiar marcada pelo abandono, pela violência e por questões de saúde mental.

Embora o SAI seja comumente associado à medida de liberdade assistida de jovens, é importante destacar que são medidas diferentes. O SAI, com a característica de acolhimento para crianças e jovens vítimas de violência e/ou com seus direitos em risco, enquanto a medida de liberdade assistida atende jovens em conflito com a lei. No caso do Abrigo não há casos de jovens acolhidos em situação de liberdade assistida ou medida de internação, o que não significa que não tenha ocorrido ao longo de suas trajetórias o envolvimento com atos infracionais. No

entanto, a equipe técnica identifica que o perfil dos jovens está mudando, principalmente pelo envolvimento dos mesmos com o uso de drogas e com redes de atos ilícitos.

Em 2017 foi constatado que 49% do total de crianças e jovens que passaram pelo Abrigo foram desacolhidos; destes 62% retornaram para a família de origem, 23% foram transferidos de instituição, 9% alcançaram a maioridade e 6% foram encaminhados para famílias adotivas. Os dados apontam um percentual significativo de desacolhimento, partindo do pressuposto que são considerados casos resolvidos. No entanto, o fluxo dos jovens demonstra que a resolução é instável e muitas vezes temporária, gerando novos processos e o retorno ao Abrigo. O desacolhimento também é uma pauta recorrente junto à equipe técnica, sobretudo, nos casos de jovens que alcançam a maioridade, afinal o que garante que o estatuto de adulto seja alcançado somente pelo marcador da idade? A equipe técnica relata as dificuldades encontradas nos processos de desacolhimento por maioridade justificada pelo problema de responsabilização por parte dos jovens, tendo que considerar o fenômeno contemporâneo de alargamento da juventude.

2.2.5 A Vida no Abrigo

A trajetória de um jovem no Abrigo se diferencia pelas relações vivenciadas fora do seu espaço. Há aqueles que chegam com o sonho de uma vida melhor projetada no futebol. Há aqueles que chegam em silêncio, sem saber o que dizer e o que pensar. Também há aqueles que logo mostram a sua força, usando da violência física para conquistar o seu espaço no Abrigo. Outros choram, sem entender o motivo do acolhimento. Há aqueles que buscam manter uma pequena lembrança de casa, como um brinquedo. Há aqueles que procuram se desfazer de todas as lembranças, que não querem voltar para o lugar de onde vieram. Embora suas experiências fora do Abrigo sejam diferentes, ao ingressarem no acolhimento institucional todos os jovens compartilham de uma experiência similar: a da violação de seus direitos.

Ao chegarem, passam a compartilhar do mesmo espaço e de uma rotina em comum, onde tudo é planejado com foco no coletivo, deixando o espaço da individualidade em segundo plano. Entre as observações e o diálogo com os jovens e a equipe técnica foi possível identificar os aspectos que são comuns nas trajetórias

de acolhimento institucional, aqui organizadas didaticamente entre chegada, permanência e saída do Abrigo.

A chegada – “Eu nem sei porque vim para cá”

A chegada de um jovem no Abrigo é sempre consequência de uma ruptura no seu processo de convivência familiar e/ou comunitária, portanto um momento de muita insegurança e medo do que encontrarão dentro dos muros da instituição. Não há horário marcado ou dia para que um jovem chegue no Abrigo, normalmente acompanhados do Conselho Tutelar, que cumpre uma medida protetiva no intuito de garantir a proteção e os direitos que estavam em risco ou já violados no ambiente familiar e/ou comunitário. O jovem não sabe com quem irá se deparar no Abrigo ou mesmo como será sua vida, em alguns casos não sabe nem o motivo pelo qual está sendo acolhido, como relatou a Bianca, *“Eu nem sei porque vim para cá também. Tipo, uma fofoca que fizeram lá”*. A chegada no ambiente marca a primeira interação com outro contexto que será o seu lar, mesmo que temporariamente.

O primeiro encontro normalmente ocorre com a coordenação do Abrigo, que acolhe o jovem e expõe a rotina da instituição, apresentando as regras que devem ser cumpridas para a convivência social. No entanto, há diversos casos em que a primeira interação ocorre diretamente com as monitoras e com a presença dos demais acolhidos, principalmente nos horários em que a secretaria da instituição está fechada – à noite, finais de semana e feriados. Desse modo, os jovens aprendem sobre as regras vivendo o cotidiano do Abrigo e observando o movimento dos demais jovens e monitoras.

Segundo relato da equipe técnica, a primeira ação quando um jovem é acolhido é buscar compreender os motivos do acolhimento junto ao Conselho Tutelar, assim como escutar o jovem e buscar um primeiro contato com a família. Após essa primeira escuta, a equipe técnica¹ realiza uma visita domiciliar à família do acolhido, para conhecer seu sistema de organização e o contexto onde o jovem estava inserido. Então, se constrói um Plano Individual de Atendimento (PIA) do acolhido, onde serão estabelecidas ações de apoio à organização familiar para fins de reinserção do acolhido no ambiente familiar e comunitário de origem, bem como as medidas de garantia de direitos do mesmo, tais como saúde, educação, cultura,

¹ Assistente Social e Psicóloga.

etc. Os PIA's são todos acompanhados pela Promotoria da Infância e Juventude, que têm o papel de fiscalizar o serviço de acolhimento institucional e garantir os direitos dos acolhidos e suas famílias, reunindo elementos sobre suas trajetórias no serviço para a análise e deliberação dos casos junto ao Juizado da Infância e Adolescência em audiências específicas do caso ou concentradas².

A equipe técnica assume um papel importante junto ao jovem acolhido, pois realiza a mediação da negociação entre o judiciário e as famílias, encarregada de mantê-los atualizados sobre as condições do processo. Segundo a equipe técnica a chegada de novos acolhidos desorganiza quem já está no Abrigo, conforme trecho da entrevista:

“[...] eles chegam aqui dentro muito ameaçados, muito amedrontados e querendo se defender de todas as maneiras, porque existe um estigma também de que quem está aqui dentro é bandido, quem está aqui dentro é vagabundo, quem está aqui dentro é do crime, e não é verdade, mas eles reproduzem isso, também de marcar território, de querer agir dessa forma”.

No entanto, em diversos relatos os jovens apontam que não sabem a situação dos seus processos judiciais, apresentando até mesmo dificuldade em compreender o processo legal do acolhimento institucional. Em momentos de interação, alguns acolhidos manifestaram não saber o motivo do próprio ingresso no SAI, e alguns comentaram na entrevista desconhecer o andamento do processo judicial. Embora a equipe técnica faça um esforço de mantê-los atualizados, ocorre um bloqueio da informação, como uma negação de situação que está longe de ser resolvida.

As intervenções diretas com os acolhidos são realizadas pelas monitoras, que devem mediar os conflitos e manter a ordem na casa, garantindo a integridade física e psicológica de cada criança e jovem. A intervenção da equipe técnica diretamente é realizada somente por demanda das monitoras, pois há o entendimento que estas assumem um “*papel quase de mãe com eles*”, conforme relato da entrevista. Em alguns casos os próprios acolhidos solicitam conversar com a equipe técnica, sendo realizada uma escuta e uma orientação sobre a importância do acolhimento entre os próprios jovens, de compreensão da situação a qual o recém acolhido vivenciou.

A cada nova entrada de criança e/ou jovem no Abrigo se reconfiguram as hierarquias, constituídas pela capacidade de liderança, principalmente entre os

² A Lei da Adoção estabeleceu um prazo para análise e julgamento dos casos semestralmente.

jovens, que buscam esse espaço de autoproteção pela imposição de suas vontades e interesses, utilizando-se de uma linguagem violenta para estabelecer a ordem desejada. Este reordenamento hierárquico também provoca conflito nas interações com as monitoras, que disputam o lugar de autoridade no grupo.

Nas entrevistas com os jovens acolhidos o relato sobre a chegada no Abrigo é o mesmo, de estranhamento do espaço, de medo, de insegurança, de vontade de ir embora. A primeira impressão é relatada pelo Baixinho: *“eu achei que ia ficar amarrado porque a [coordenadora] era tão grande e eu era tão pequenininho, eu achei que ela ia me amarrar, mas ela não amarrou, me deixou livre”*. Para Bianca, a primeira impressão também foi negativa, gerou o sentimento de não querer ficar no Abrigo –

“Eu cheguei aqui, daí eu estava vendo os piás ali na sala e a [coordenadora] gritando e xingando. Eu estava chorando, daí eu fiquei tipo, não vou querer ficar aqui. Daí, depois eu entrei para cá, logo no primeiro dia elas falaram que teria uma festa, que era a festa da Amanda [acolhida]. Daí elas me arrumaram e a gente fez a festa”.

A chegada dos jovens no Abrigo não deveria se prolongar, pois o foco da medida protetiva é organizar no menor tempo possível a saída, preferencialmente o retorno para a família nuclear ou extensa. No entanto, é comum entre os jovens a permanência por longo tempo na instituição.

A permanência no Abrigo – “não conto os dias”

Durante a permanência do jovem no Abrigo a equipe técnica organiza um plano de reaproximação com a família, estabelecendo condicionalidades progressivas para a retomada dos vínculos. Inicialmente a família visita o jovem no Abrigo, em dia e horário combinado com a equipe, que monitora o encontro. Após alguns encontros no Abrigo, sendo cumprido todos os combinados entre as partes, o jovem é autorizado a passar o dia na casa da família. Ocorrendo tudo como o esperado, é permitido que o jovem passe o final de semana e até mesmo feriados, benefício que é ampliado posteriormente para uma permanência maior no convívio familiar, como o período de férias. O tempo de retomada dos vínculos é analisado constantemente pela equipe técnica e poderá levar meses ou até mesmo anos para

que se reúnam os elementos necessários para uma resolução judicial de reinserção familiar ou destituição do pátrio poder.

O tempo de permanência no Abrigo, se avaliado a média de 2 anos e 3 meses, é praticamente aquele indicado pela legislação. No entanto, 33% dos casos de jovens ultrapassam 2 anos de acolhimento, gerando uma média de mais de 5 anos morando no Abrigo. Deste pequeno grupo, 40% estão evadidos do Abrigo e 80% já estiveram envolvidos em situação de fuga. Percebe-se que a instituição responsabiliza estes jovens pela mediação de conflitos em diferentes situações, desde a acolhida de novas crianças e jovens, ao cumprimento e disseminação das regras de convivência – até mesmo no apoio às monitoras, pelo fato de estarem acolhidos por mais tempo. Grupo de jovens que já conviveu com centenas de outros acolhidos que passaram pelo Abrigo, deixando suas marcas na trajetória daqueles que ficaram. Situação que se repete constantemente e relembra o abandono do jovem que fica causando ainda mais danos psicossociais, levando à fugas desesperadas na esperança de encontrar novas oportunidades de convivência, à mutilações do próprio corpo e mesmo à tentativas repetidas de suicídio. O tempo é algo que parece se perder entre os jovens acolhidos por mais de 5 anos, em diferentes conversas com os mesmos percebesse que não sabem quanto tempo estão acolhidos e, muito menos, quanto tempo ainda ficarão, como no relato da Ellen, ao ser questionada sobre o tempo que está acolhida, *“não conto os dias”*. Comportamento que é diferente entre jovens que recém chegaram, que ainda possuem esperança de um retorno breve para a família de origem, como é o caso da Bianca: *“estou há 1 mês e 28 dias”*.

O tempo de permanência no Abrigo também reduz o vínculo do próprio núcleo de irmãos. Entre os núcleos de irmãos recém acolhidos é possível observar uma proteção entre os mesmos, onde o mais velho assume o lugar de cuidado e responsabilidade pelos demais, enquanto que nos núcleos de irmãos abrigados por mais tempo, a proteção entre as partes vai se distanciando, havendo menos cuidado e atenção na relação. Tal constatação foi observada em muitos casos de conflitos entre os acolhidos, onde os núcleos de irmãos recém acolhidos chegaram a manifestar que não deixariam ninguém tocar nos seus irmãos, como podemos observar no relato da Bianca, irmã mais velha de um núcleo de três irmãos acolhidos, abrigados desde agosto de 2017, sobre seus irmãos: *“a gente é muito apegado. Eu sou muito apegada neles, eu não gosto que ninguém bata neles. Eu*

fico sempre em roda cuidando”. Já em entrevista com a Daiane, acolhida há mais de cinco anos, só diz que a relação com os irmãos é “*mais ou menos*”, não demonstrando muita preocupação com os mesmos.

Existe um estatuto oculto entre os jovens sobre suas famílias, não é permitido envolver suas mães, nem usar o abandono como argumento em discussões. Sobretudo, a figura da mãe é preservada pelos acolhidos, não importando se a mesma tenha abandonado ou até mesmo usado de força contra o jovem. Durante uma situação de conflito verbal, esse aspecto é mobilizado quando há intensão de ferir profundamente o outro, como observado durante um conflito entre monitora e acolhido. Em discussão o acolhido, que vive há mais de oito anos no Abrigo, disse que fugiria para ficar com sua família, na mesma hora a monitora respondeu que ele fosse, mas lembrasse que a família não quer mais ele. Episódios como este mobilizam os demais acolhidos, que procuram expressar solidariedade para aquele que foi gravemente ofendido ao ter sua família usada no conflito, afinal é o abandono ou outro motivo de acolhimento relacionado à família que neste momento associa o grupo.

A vida no Abrigo segue o ritmo de uma rotina generalizada para o grupo, sem exceções – todos precisam se adaptar na coletividade, mas assumindo pequenos compromissos individuais, como, por exemplo, cuidar das suas roupas e pertences de uso pessoal, mais especificamente material de higiene. Cada acolhido recebe roupas ao chegar, a maioria são oriundas de doações da comunidade, mas selecionadas pela instituição, que define aquilo que é apropriado vestir. Portanto, as vestimentas procuram sempre cobrir o corpo, na medida do possível, não é permitido o uso de roupas curtas entre meninas e meninos. Até mesmo a estampa da roupa é cuidadosamente selecionada. As meninas são orientadas a protegerem seus corpos, sob o argumento de que devem se valorizar para não serem assediadas. Também é organizado entre os jovens um sistema de trocas e empréstimos de roupas para ir à escola e/ou outros lugares. Nos casos de fuga, normalmente os jovens levam parte de suas roupas e até mesmo de outros acolhidos, o que indica para a equipe técnica que houve uma organização para fugir, provavelmente o fato ocorreu com apoio de outros jovens que garantiram uma cobertura.

Diariamente é organizada a rotina de tomar banho. No mesmo horário, estabelecido pela instituição, ocorre uma espécie de rodízio, havendo banheiros

separados por sexo e vários espaços com chuveiro. Desse modo, é possível organizar que mais de um jovem tome banho ao mesmo tempo, garantindo um pouco de privacidade. O horário estabelecido para o banho é no final da tarde, ainda no plantão das monitoras do dia, pois segundo relato das mesmas durante a noite é mais difícil para organizar os acolhidos. Desse modo, não há uma organização individual para o banho, os jovens não escolhem o melhor horário e nem mesmo quantos banhos desejam tomar por dia, aspecto que só é negociado em casos especiais. Assim como numa casa, existe um monitoramento dos acolhidos que fazem uso de medicação, a responsabilidade é das monitoras, que mantêm os remédios numa caixa com cadeado. Muitos acolhidos fazem uso de medicação controlada, para diagnósticos de hiperatividade, depressão, etc.

O espaço de privacidade dos jovens fica restrito ao quarto, embora ele seja compartilhado com outros acolhidos, ainda é o lugar onde há menos circulação da equipe e até mesmo de visitantes, que chegam muitas vezes sem combinar. Este trânsito de pessoas na casa é algo que incomoda uma das acolhidas, que acaba por ficar no quarto sempre que permitido. Dificilmente um jovem tem a oportunidade de ficar sozinho para realização de alguma atividade e/ou mesmo para descanso, sempre há movimento no Abrigo e não existe espaço exclusivo para ninguém, pois a campainha toca constantemente. Tal situação fere o espaço da privacidade, da intimidade de cada jovem, que têm a sensação de estar sempre vigiado, como podemos observar no relato da Bianca sobre as dificuldades de viver no Abrigo: *“aspectos ruins é quando as tias estão muito em cima da gente, tem que pedir até para ir no banheiro”*. O Baixinho, quando questionado sobre o Abrigo, também emitiu rapidamente que não gosta de *“ser preso! Eu queria dar uma volta na rua, se a tia deixar”*. O controle pelas monitoras é realizado pelo argumento da proteção, que deve ser garantida pela ordem dentro do Abrigo. Com isso, associam qualquer alteração como indisciplina e desordem, o que leva os acolhidos para situações de castigo diariamente.

As regras cotidianas são muitas, tanto que, ao serem questionados, os jovens apresentam dificuldades para citar todas, mas entre as mais citadas está a proibição de namorar dentro do Abrigo, até mesmo conversar entre meninos e meninas sem a presença da monitora. No entanto, os jovens constroem estratégias para burlar a regra, sendo muito claro as relações de afeto estabelecidas entre os mesmos, incluindo o episódio de fuga de uma menina e um menino que estavam namorando

escondidos. Também citaram outras regras, como a proibição de correr e jogar bola dentro do Abrigo, não faltar à escola, sentar meninas e meninos no mesmo sofá, riscar nas paredes e cortinas, brigar, pegar objetos da cozinha, pedir comida fora de horário na cozinha, falar palavrão, colocar apelidos, durante a semana tem que dormir às 21 horas, etc. As regras são muitas, mas a maioria dos jovens não compreendem o motivo pelas quais foram estabelecidas, sendo que muitas delas nem mesmo fazem sentido para eles.

Os conflitos entre acolhidos e monitoras é frequente no cotidiano do Abrigo, normalmente sob o argumento do comportamento inadequado por parte da criança ou do jovem. Uma das consequências dos conflitos é a incidência de punições dadas pelas monitoras e até mesmo pela coordenação, sempre que ocorrem situações que violam as regras. As punições são cotidianas, as mais frequentes têm relação com coisas que os jovens gostam, como por exemplo a retirada do rádio dos quartos, o corte de lanches entre as refeições, a restrição de alimentos que gostam, a não participação em atividades especiais, como passeios, a indiferença ou desprezo na interação por parte da coordenação, a manutenção dos quartos fechados, a ausência de apoio nas atividades escolares, entre outros. A decisão em punir parte principalmente das monitoras, mas também da coordenação e atendentes, sendo que muitas vezes não se compartilham os motivos que levaram à punição, não se discutem as causas do mesmo e não se debatem as consequências da decisão na trajetória de cada acolhido. O termo castigo é comumente utilizado por todos, entre acolhidos e equipe, embora a equipe técnica acredite que o que ocorre é a responsabilização dos acolhidos pela situação provocada pelos mesmos. Os castigos são tão comuns que acabam sendo banalizados pelos jovens, que não demonstram muita preocupação com as consequências. Em conversa informal com um dos jovens acolhidos há apenas 20 dias e registrada no diário de campo, *“o mesmo considera os castigos bobos, não dá importância pois sabe que os mesmos não dão em nada”*.

No Abrigo, os acolhidos também participam da organização e limpeza do espaço. Diariamente, são responsáveis por arrumar a própria cama e manter suas roupas, sapatos e pertences pessoais organizados. A partir de uma escala de tarefas, os acolhidos também participam da organização da cozinha, lavando a louça após as refeições, limpando o refeitório, assim como eventualmente ajudam na lavanderia, limpeza de outros espaços, nas atividades do brechó, no recebimento de

doações, etc. Embora não pareça ser um atrativo muito interessante, os jovens costumam realizar as atividades sem muita resistência, e alguns destacam essa prática como o que mais gostam de fazer no Abrigo, como relatado pela Daiane em entrevista ao falar sobre as coisas boas do Abrigo *“é que nós ajudamos, as gurias ajudam e os guris ficam jogando, depois os guris ajudam e gurias jogam [videogame]. Quando nós ajudamos no brechó”*.

Entre as atividades de lazer cotidianas no Abrigo, o mais comum é o brincar livre e olhar filmes no DVD, além de outras ações mais pontuais como jogar vídeo game e outros jogos, assim como eventualmente são organizadas pequenas gincanas pela equipe. Nos momentos de datas comemorativas ocorrem, também, muitas visitas de pessoas da comunidade que realizam atividades dirigidas, como, por exemplo, no dia das crianças, quando recebem festas e presentes. As atividades de lazer também ocorrem fora do Abrigo, sempre organizadas e acompanhadas pelas monitoras, como por exemplo ir na pracinha próxima ao Abrigo e em passeios eventuais. Já conheceram a biblioteca da Unisinos, foram numa lancheria para jantar batatas fritas, entre outros. Também ocorrem visitas de voluntários. Um caso especial é o de duas pessoas que apoiam as festas de aniversários sistematicamente, reunindo acolhidos aniversariantes em determinado período para uma festa coletiva. No entanto, quando questionados sobre a atividade, os jovens sequer lembram o nome das pessoas, apenas que elas realizam a atividade e que normalmente comemoram os aniversários “atrasados”. Embora exista um esforço da equipe em planejar atividades de lazer, há uma dificuldade com os recursos necessários para beneficiar todos os acolhidos.

Atividades promovidas fora do Abrigo, como a participação em oficinas educativas voltadas à cultura e aulas de dança, deveriam assumir uma rotina permanente para os jovens, no entanto, percebemos uma descontinuidade dos processos, e os motivos estão relacionados ao trânsito dos acolhidos. As fugas, as tentativas de aproximação com as famílias e as punições impactam na rotina de atividades, pois os jovens acabam não dando continuidade por muito tempo. Outro fator observado é que nestes espaços de sociabilidades fora do Abrigo, os jovens participam de atividades que são organizadas exclusivamente para o grupo do Abrigo, desse modo não interagem diretamente com outros jovens, apenas com os “oficineiros”.

Dentre os passeios especiais, os jovens relataram que há anos visitaram a cidade de Gramado, em excursão organizada no Abrigo, o que deixou muitas memórias boas, pois aqueles que vivem a mais tempo citaram essa atividade durante as entrevistas. Outro passeio marcante foi no parque aquático em maio, muitos acolhidos comentam sobre este dia. Assim como a visita no Corpo de Bombeiros, atividade promovida pela atendente da biblioteca a partir de um projeto sobre profissões.

Nos finais de semana, as atividades de lazer são mais restritas, pois não há equipe técnica e as atendentes não trabalham, ficando somente as monitoras. Desse modo, a atividade mais comum é a participação na Igreja Evangélica, onde a maioria dos acolhidos frequentam por livre adesão dos cultos e festividades. No entanto, a igreja não se configura para os jovens como um lugar para fazer novos amigos, a maioria participa pela oportunidade de sair do Abrigo, e poucos citam a questão da fé. Na igreja os jovens relatam que são cuidados pelos “tios”, ou seja, pessoas da comunidade com relação próxima ao Abrigo se responsabilizam pelos jovens durante o período do culto, assim como eventualmente realizam atividades dirigidas no Abrigo, como partidas de futebol. É interessante observar que os jovens não costumam citar as pessoas que interagem fora do Abrigo pelo nome, e quando questionados, dificilmente recordam, demonstrando pouca importância.

A rotina fora dos “muros do Abrigo” também contempla aspectos relativos aos direitos básicos, como saúde, educação e assistência social. Desse modo, alguns jovens frequentam o CAPS para tratamentos psicológicos, psiquiátricos e oficinas terapêuticas, numa rotina semanal, desde que o jovem se mantenha no Abrigo. Quando questionados sobre o CAPS, alguns relatam que vão ao lugar apenas para conversas, não atribuem muito valor para o acompanhamento e, em muitos casos, não querem frequentar, pois não conseguem perceber quais benefícios estão atribuídos diretamente ao momento que vivenciam. Os acolhidos também recebem acompanhamento médico e odontológico através do Sistema Único de Saúde (SUS), sempre que ficam doentes e/ou através de uma rotina de tratamentos.

O acesso à educação é um direito garantido durante a permanência no Abrigo, acompanhado pela atendente da biblioteca que assume para si a função de *“fazer o nivelamento da aprendizagem, pois normalmente estão [acolhidos] em déficit”*. A atendente relata que a maioria dos acolhidos apresenta déficit de aprendizagem, o que torna o seu trabalho de extrema importância, pois não são

todos que recebem o atendimento especializado na escola. Também destaca que realiza um trabalho de mediação com a escola, para que tenham um olhar diferenciado com o jovem em função do seu histórico e contexto. Ao ser questionada sobre a experiência dos jovens com escola relata que *“vivem na defensiva, utilizam o ataque como defesa, vivem entre eles”*. A escola, portanto, é o principal lugar fora do Abrigo onde os jovens têm oportunidades de viverem novas e diferentes interações, sendo esta uma oportunidade de ampliação dos seus círculos sociais. No entanto, os jovens corroboram com o relato da atendente ao afirmarem que no ambiente escolar mantém uma relação mais intensa com os próprios acolhidos que frequentam a mesma escola. Os acolhidos são divididos em duas escolas municipais, desse modo muitos além de frequentarem a mesma escola, acabam matriculados na mesma turma e, com isso acabam sentando próximos uns dos outros, realizando as atividades coletivas no mesmo grupo e aproveitando o tempo livre do recreio para conversar entre si. Sobre os amigos da escola, quando questionados dizem ter uma boa relação com todos, mas não costumam frequentar a casa de colegas e nem mesmo recebê-los no Abrigo para realização de atividades escolares coletivas. Quando questionada sobre a escola, Ellen diz que *“é um pouco ruim e um pouco legal. Um dia está ruim, um dia legal. Quando tem trabalho em grupo eu faço com a Amanda e a Renata”* – meninas também acolhidas. Segundo a atendente, os acolhidos, quando em situações fora do Abrigo, procuram ficar unidos, protegendo-os uns aos outros. O déficit cognitivo e a distorção idade e série dos acolhidos também são apontados pela atendente como motivo de “chacota” na escola, ou seja, há indícios de que neste lugar ocorram situações estigmatizadoras entre os jovens, levando ao desinteresse pela escola. Outro fator que exclui os jovens acolhidos da escola é a questão econômica, que acaba inviabilizando a participação em atividades pagas, tais como teatro na escola, passeios com os colegas, etc.

A internet é um recurso pouco explorado nas instituições que os jovens circulam, além do mais, há uma restrição ao seu uso instituída pelo Abrigo. A atendente relata sobre o acesso às redes sociais: *“nós filtramos para não acessarem as redes sociais, pois estão privados de estabelecer algumas relações. Não é possível as redes. Se emprestar o celular para jogar tem que ficar monitorando, para não burlarem”*. Desse modo, o acesso à internet acaba ficando restrito à pequenos momentos de pesquisa escolar, acesso à vídeos e músicas, sempre acompanhado

da atendente e/ou monitora. Alguns jovens relataram nunca terem acessado a internet no Abrigo, sendo que antes do acolhimento possuíam acesso ao recurso, inclusive utilizando redes sociais para interação digital com outras pessoas, conforme relato da Bianca *“as vezes eu peço para as tias só para ver meu perfil, só para ver a minha foto e as fotos que eu tirei com meus irmãos. E elas não mostram para mim, se fazem de surda e não mostram”*. Outro jovem, o Baixinho, também relatou que fora do Abrigo, quando está fugido, utiliza as redes sociais. Segundo a coordenadora do Abrigo, o primeiro recurso que um jovem evadido consegue é um celular com internet. Embora o acesso à internet não seja uma proibição no Abrigo, não é oportunizado aos jovens uma orientação clara para o livre acesso.

A saída – “A ânsia é de ter alguém, que cuide deles como deveria”

De acordo com os relatos da equipe técnica, todo o esforço é destinado para que o acolhido retome seus vínculos familiares e comunitários, destinando atenção especial para os casos de jovens que se aproximam da maioridade. Quando um jovem completa os 18 anos no Abrigo, recebe o apoio da equipe para organizar um espaço para viver, buscando sempre um adulto de referência para ajudá-lo nesta organização. Foram relatados três casos de “desacolhimento” por maioridade nos últimos anos, embora a responsabilidade por parte dos jovens seja apontada como um problema pela equipe. Mas, de uma forma geral, encontraram oportunidades para uma nova dinâmica de convivência social, conforme relato de uma das integrantes da equipe técnica *“é muito difícil fazer 18 anos e um mundo para gerir, mas estão se saindo bem. Não enveredaram para o mundo do crime”*. Como podemos observar, o principal indicador de ascensão social para equipe técnica é o jovem não se envolver com o mundo do crime, como elas costumam dizer *“seguir no caminho do bem”*.

No entanto, há também casos de jovens que promovem o seu desacolhimento quando decidem fugir do Abrigo, permanecendo longos períodos evadidos e até mesmo chegando à maioridade nas ruas. Ninguém é obrigado a ficar no Abrigo, mas dentro dele há regras, entre elas, a proibição do uso de substâncias psicoativas, o que leva alguns jovens para a rua. E, para manter o próprio consumo, acabam reorganizando seu modo de vida envolvendo-se com atividades ilícitas que garantem a subsistência imediata. Diante destas situações, as trabalhadoras do Abrigo ficam imobilizadas, pois entendem que é necessário mais que um

acolhimento para esses jovens, é preciso uma intervenção da saúde para ajudá-los no tratamento da dependência química, pois a droga pode se apresentar como um alívio imediato para o trauma do abandono.

O desacolhimento é uma realidade que se deseja para todos os jovens, pois segundo relato da equipe técnica, o principal anseio destes é *“ter uma família, ter alguém que realmente aceite eles como são, alguém que oriente, que diga não quando precisa. A ânsia é de ter alguém, que cuide deles como deveria”*. Como já vimos, 51% dos acolhidos em 2017 não tiveram suas situações resolvidas, permanecendo no acolhimento institucional. Quando levantado o assunto com os jovens acolhidos em entrevista, os mesmos não demonstraram interesse em falar sobre isso. A maioria informou que não pensa a respeito, ou mesmo que não gostaria de sair do Abrigo. Outros apresentaram dúvida, não sabem ao certo o que pode ser melhor para suas vidas, como o relato da Ellen

“Não é que aqui seja chato, mas eu queria aproveitar mais com a minha família. Embora, eu não iria embora. Quero começar a visitar a minha casa, ver meus amigos. Visitar a casa da minha mãe, do meu vô. Passear, sabe? Não para ir embora”.

Mesmo que a entrada no Abrigo tenha sido difícil e causado um desejo de fugir, ir embora, com o passar do tempo os jovens se acostumam com a rotina, reconhecem os cuidados que recebem da equipe e chegam a citar que no Abrigo tem comida, cama para dormir, chuveiro, etc., recursos que em muitos casos eram escassos nas suas casas.

Segundo relato da equipe técnica, os jovens acabam não retornando muitas vezes ao Abrigo após o desacolhimento. Em análise do perfil do Abrigo no *facebook*³, consta o depoimento de uma ex-acolhida, hoje já adulta, relatando sua gratidão pelo acolhimento e manifestando vergonha pelas suas atitudes durante a sua experiência na instituição.

³ Rede social virtual onde o Abrigo publica as suas principais ações.

3 CAMPO DE PESQUISA

A abordagem metodológica escolhida corresponde aos objetivos e motivações da pesquisa, portanto utilizasse da perspectiva qualitativa. Da mesma maneira, apresentaremos a inserção da pesquisadora no campo, as etapas vivenciadas e as escolhas para análise dos dados coletados.

3.1 Inserção no Campo

A aproximação com o campo já havia iniciado há alguns anos, a partir do envolvimento com o COMDICA, colegiado onde eram discutidos casos e a situação do acolhimento institucional em Sapucaia do Sul, no entanto o contato era com os gestores, agora o desafio foi aproximar-se dos acolhidos.

O primeiro contato com a instituição ocorreu meses antes do início da pesquisa de campo, quando foram realizadas entrevistas exploratórias com as equipes técnicas das duas instituições de Sapucaia do Sul, o que já permitiu delimitar o contexto da pesquisa junto ao Abrigo, em função da característica de acolher a maioria dos jovens encaminhados para medida protetiva. Desse modo, os primeiros contatos ocorreram com a coordenação do Abrigo, seguido de entrevista e apresentação do projeto de pesquisa para a equipe técnica, que acolheu e apoiou a proposta. Todas as etapas da pesquisa foram acompanhadas e discutidas com a equipe técnica do Abrigo, principalmente com o suporte da psicóloga.

Com atenção à importância das relações de pesquisa, o primeiro contato com os abrigados ocorreu por meio de atividades promovidas pelo Abrigo, a começar pela participação voluntária em evento beneficente, o que também possibilitou um contato inicial com as demais funcionárias e voluntários da instituição. Em seguida, em função de um roubo no Abrigo, foi organizada uma grande campanha de arrecadação de materiais de limpeza, higiene, alimentos, roupas e outros, fazendo-se necessário naquele momento o apoio de voluntários, quando houve, de fato o ingresso e o início do processo de observação no Abrigo. Ao longo dos três meses de pesquisa de campo, a postura foi de participação nas atividades do Abrigo, procurando uma interação sutil com os jovens, a fim de respeitar o seu espaço.

Após algumas semanas de presença e participação nas atividades do Abrigo, finalmente foi organizado um momento com apoio da psicóloga para apresentação

do projeto de pesquisa para os jovens. Muitos já sabiam da pretensão de iniciar uma pesquisa no Abrigo, pois questionavam a presença da pesquisadora, mas não tinham detalhes que como funcionaria e quem poderia participar. A grande surpresa ao apresentar a proposta da pesquisa aos jovens foi o interesse de todos os presentes no momento em participar, realizaram perguntas e ficaram curiosos com o processo da entrevista. Enfim, para atender ao propósito da pesquisa, foi necessário repensar a metodologia a ser utilizada para garantir um espaço de escuta para todos que manifestaram desejo em compartilhar suas experiências sobre a vida no Abrigo. Deste modo, foi organizado um cronograma de entrevistas e os jovens ficaram livres para participar, enfatizando que uma das técnicas a serem utilizadas seria a observação participante. Também foram esclarecidos aspectos sobre a preservação da identidade e o termo de consentimento livre esclarecido, bem como o uso de nomes fictícios.

A presença rotineira no cotidiano dos jovens permitiu uma aproximação com os mesmos, aspecto importante no momento da condução da entrevista, pois questões da privacidade seriam abordadas. No entanto, um limite desta ferramenta de coleta de dados foi a presença da psicóloga – mesmo que enfatizado que não haveria nenhuma interferência ou mesmo busca de informação para o processo de acolhimento de cada jovem, estes demonstraram insegurança em abordar determinados assuntos, sobretudo, aqueles que ferem as regras da instituição. Diante deste limite, foram intensificadas as observações, sendo que em muitos destes momentos o diálogo com jovens estava livre de qualquer interferência da equipe.

Outro aspecto importante sobre a inserção no campo é apontado por Beaud e Weber (2014), sendo o lugar ocupado pelo pesquisador diante do pesquisado, que poderá assumir um caráter de conselheiro de orientação, de procura de emprego ou mesmo uma relação judiciária ou terapêutica. Para os autores “[...] essas atribuições de lugar que variam no decorrer da pesquisa e mesmo no decorrer de uma entrevista constituem o fenômeno central da pesquisa etnográfica”, portanto devem ser analisadas previamente à interpretação das entrevistas e observações (BEAUD e WEBER, 2014, p. 166), Diante deste aspecto, foi possível identificar que a relação de pesquisa também se estabeleceu de forma diferente para cada jovem acolhido, sendo que alguns projetaram uma possível oportunidade de manifestar suas insatisfações na busca de benefícios pessoais durante sua permanência no Abrigo,

enquanto outros encontraram a chance de conversar com alguém sobre questões que afligem, como uma ajuda terapêutica. Ainda, foi possível perceber uma relação de simples curiosidade sobre o papel da pesquisadora, sendo essa uma experiência nova para todos os jovens que participaram da pesquisa.

Durante a pesquisa de campo também foi possível interagir com outros atores que figuram as cenas do cotidiano dos jovens acolhidos, como os voluntários que frequentam pontualmente a instituição, as famílias que chegam para visitas, a comunidade que interage em atividades dirigidas e no brechó semanal, os voluntários integrantes da diretoria do Abrigo, a equipe de saúde da família que acompanha os acolhidos, os prestadores de serviços que ajudam na manutenção, entre outros. Mas mesmo com toda a movimentação descrita, chamou a atenção a ausência da equipe da rede de proteção, sobretudo aqueles órgãos vinculados a assistência social, por se tratar de um serviço vinculado ao SUAS.

Entre os acolhidos, foram nove participações diretas de jovens, através de entrevistas. No entanto, todos foram informados sobre a pesquisa e fizeram parte do contexto da observação participante. Ainda no contexto estiveram presentes as crianças, público também em situação de acolhimento, que muitas vezes acabou ocupando parte do tempo da observação numa demanda destes para a pesquisadora, em que buscavam constantemente espaço para interação e afeto. Sobre as crianças, destaca-se a espontaneidade de como falam das situações vivenciadas no Abrigo, muitas vezes com mais detalhes e atribuição de significados que os próprios jovens. No entanto, as crianças não fizeram parte da coleta de dados direta, pois entende-se que seria necessário outro percurso metodológico para a pesquisa.

Embora a equipe procure estabelecer uma rotina no Abrigo, há sempre episódios novos, o movimento de entrada e saída de crianças e jovens altera constantemente a ordem estabelecida gerando novas configurações, fazendo da rotina algo imprevisível. Esta imprevisibilidade também impactou no tempo da pesquisa, pois foram necessários ajustes no cronograma para conseguir coletar os dados necessários com apoio da equipe e participação dos jovens, o que tornou inviável a repetição de entrevistas com alguns acolhidos, sendo necessário um maior investimento também na análise de alguns planos individuais de atendimento.

3.2 Abordagem Metodológica

O objeto de pesquisa escolhido para investigação ao longo do mestrado – *as formas de sociabilidades dos jovens na experiência do serviço de acolhimento institucional em Sapucaia do Sul* - foi resultado de motivações e inquietações diante das múltiplas concepções que conheci sobre a juventude atuando em políticas sociais, marcadas por representações subjacentes. Portanto, a pesquisa teve como motivação oportunizar aos jovens um espaço de manifestação de suas concepções e representações que marcam sua trajetória de vida a partir da experiência do acolhimento institucional, o que conduziu para uma abordagem etnográfica de investigação. Para Beaud e Weber (2014, p. 10), “a etnografia tem por vocação, de origem, dar a palavra aos humildes, àqueles que, por definição, nunca têm a palavra”, portanto é imprescindível o trabalho da pesquisa de campo para contextualização das interações e ampliação da análise.

Segundo Bauer e Gaskell (2008, p. 21), “na pesquisa social, estamos interessados na maneira como as pessoas espontaneamente se expressam e falam sobre o que é importante para elas e como elas pensam sobre suas ações e as dos outros”. Neste sentido, pretende-se compreender a atribuição de significados que os adolescentes em processo de acolhimento institucional dão à dinâmica das interações sociais, aproximando assim a etnografia do interacionismo simbólico. Assim, partiu-se da premissa de que a interação social, além de produzir significados para os indivíduos, influencia suas ações a partir do contexto da experiência, corroborando com Angrosino (2009, p. 20), ao compreender a sociedade como um “[...] caleidoscópio em constante mutação de indivíduos interagindo uns com os outros”.

Conforme Becker (2007, p. 33), buscaremos descobrir o que os jovens

[...] pensam estar fazendo, como interpretam os objetos, eventos e pessoas em suas vidas e experiência. [...] Quanto mais perto chegarmos de apreender as condições em que elas realmente atribuem significados aos objetos e eventos, mais precisa será nossa descrição desses significados.

Portanto, mesmo que tenha uma dedicação extremada na busca pela cientificidade, a pesquisa qualitativa, sobretudo de abordagem etnográfica, não será neutra ou imparcial, sempre será o resultado de uma interação entre pesquisador e pesquisado. O que torna a pesquisa etnográfica interacionista uma fonte confiável é

a dúvida constante das explicações pré-estabelecidas da realidade social, pois sempre buscará *in loco*, na pesquisa de campo, novas interpretações, menos generalistas e mais atentas a emergência dos fenômenos do próprio campo.

Para Magnani (2009, p. 135)

[...] a etnografia é uma forma especial de operar em que o pesquisador entra em contato com o universo dos pesquisados e compartilha seu horizonte, não para permanecer lá ou mesmo para atestar a lógica de sua visão de mundo, mas para, seguindo-os até onde seja possível, numa verdadeira relação de troca, comparar suas próprias teorias com as deles e assim tentar sair com um modelo novo de entendimento ou, ao menos, com uma pista nova, não prevista anteriormente.

Desse modo, para os propósitos desta pesquisa, apresentou-se como necessidade uma abordagem metodológica que permitisse, além de ouvir os jovens acolhidos, observar as suas interações sociais e vivenciar experiências no âmbito deste contexto para compreender suas formas de sociabilidades. Mantendo assim a atenção para como os jovens agem e formam suas relações que influenciam na constituição do *self*, entendido conforme Angrosino (2009, p. 20) como a noção de quem somos, desenvolvida no curso da interação com os outros.

Diante do problema de pesquisa já apresentado, buscou-se uma aproximação da etnografia com o método de relatos de vida a partir da entrevista narrativa. De acordo com Bertaux (2005), os relatos de vida são elaborados a partir de narrativas produzidas pelos sujeitos entrevistados sobre determinados fragmentos de experiências vivenciadas. Neste caso, o enfoque do marcador temporal foi o período do acolhimento institucional, buscando identificar os significados atribuídos pelos jovens ao espaço e suas sociabilidades.

3.2.1 As Etapas Vivenciadas

A primeira etapa deste trabalho consistiu numa pesquisa bibliográfica buscando as produções no campo da sociologia sobre o tema do acolhimento institucional. No entanto, como já apontado, os principais trabalhos encontrados no campo das ciências sociais são na perspectiva da psicologia social, assim como produções do serviço social, antropologia, saúde pública e direito. Desse modo, foram selecionadas as referências mais significativas para fins de aproximação com o campo a partir de buscas em bases de dados de produção acadêmica no Brasil,

como Scielo, Biblioteca Nacional e dos Programas de Pós-graduação em Ciências Sociais, como Unisinos e PUCRS.

Também foi realizado levantamento documental, sendo analisados documentos de referência para a implementação e legislação relacionada ao SAI. Entre os documentos, foram analisados a Constituição Federal (1989), o ECA (1990), o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (2006) e as Orientações Técnicas sobre os Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (2009), ambos aprovados pelo CONANDA e CNAS, bem como legislação municipal sobre a política de atendimento à criança e ao adolescente e o projeto pedagógico do Abrigo.

Para compreender o perfil do SAI e dos acolhidos também foi utilizado o Levantamento Nacional de Crianças e Adolescentes em Serviço de Acolhimento Institucional realizado pela Fundação Osvaldo Cruz entre 2009 e 2010, organizado por Assis e Farias (2013) como referência para a contextualização do cenário desta pesquisa. Desse modo, na perspectiva quantitativa foi realizado o levantamento de dados sobre o espaço social na dimensão horizontal, que segundo Bauer e Gaskell (2008, p. 56) abrange “os estratos sociais, funções e categorias que são conhecidos e são quase que parte do senso comum”, entre eles o sexo, a idade, escolaridade, motivos do acolhimento institucional, tempo de permanência no Abrigo, entre outros aspectos mapeados através do Plano de Atendimento Individual de cada acolhido. O levantamento permitiu um conhecimento prévio da trajetória de cada acolhido no Abrigo, no entanto, as informações mais significativas foram coletadas pela técnica da observação participante.

Assim, a inserção no campo começou pela observação participante que faz uso dos sentidos para a apresentação de determinados aspectos da realidade. Ela consiste em ver, ouvir e examinar os fatos, os fenômenos que se pretende investigar. A técnica da observação desempenha importante papel no contexto da descoberta e obriga o investigador a ter um contato mais próximo com o objeto de estudo (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 74).

O local de realização da observação foi o Abrigo de Sapucaia do Sul, com o propósito de perceber as formas de interações sociais no cotidiano da experiência dos acolhidos e os conteúdos atribuídos pelos mesmos, observando, assim, aspectos da rotina de moradia, alimentação, privacidade, lazer, estudo, etc. Foram

mais de 120 horas de observação em diferentes momentos do cotidiano, intensificados num período de três meses, procurando assim diversificar dias na semana e horários, a fim de perceber tais movimentos em diferentes situações. Foi utilizada a observação simples ou assistemática, como sugerem Gerhard e Silveira (2009), em que o pesquisador observa de maneira espontânea como os fatos ocorrem, com o propósito de observar as condutas manifestadas pelos jovens no espaço do acolhimento institucional. Para fins de registro da observação foi adotado o diário de campo, permitindo registrar “[...] informações, observações e reflexões surgidas no decorrer da investigação ou no momento observado. Trata-se do detalhamento descritivo e pessoal sobre os interlocutores, grupos e ambientes” (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 76).

A observação permitiu uma aproximação com os jovens, despertando o interesse de todos em participar da pesquisa. Embora inicialmente tenha sido planejado a entrevista apenas com três jovens, diante da espontaneidade em participar, foi organizado momentos de entrevista para os interessados, garantindo assim um dos princípios desta pesquisa, oportunizar um espaço de manifestação dos jovens acolhidos. Desse modo, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com nove jovens com o enfoque do relato de vida. Inicialmente, estruturou-se uma abordagem livre para a entrevista, com o princípio da narrativa do entrevistado sobre a experiência do acolhimento institucional na sua vida, no entanto muitos jovens apresentaram dificuldade em reorganizar fatos e memórias que permitissem construir uma narrativa, o que exigiu uma intervenção da pesquisadora a partir do uso de um tópico guia (anexo) para estruturar a entrevista com os mesmos. O tópico guia é um recurso desenvolvido por Bauer e Gaskell (2005), que pode ser considerado como um guia de questões para dar conta dos fins e objetivos da pesquisa, combinando a leitura crítica da literatura com o reconhecimento do campo.

Com a realização das entrevistas pretendeu-se compreender o capital simbólico dos jovens acolhidos. Também foram realizadas entrevistas semiestruturadas com a equipe técnica com o objetivo de explorar suas percepções sobre os jovens acolhidos, bem como levantar dados sobre a estrutura e organização cotidiana da instituição, seus mecanismos de acompanhamento e orientação junto aos acolhidos e suas famílias. Assim, a equipe técnica foi fonte permanente de acompanhamento da situação do acolhido, considerando a característica de moradia provisória do Abrigo.

Considerando que a entrevista é uma relação direta entre entrevistador, entrevistado e o objeto da pesquisa, foi uma preocupação da pesquisadora a abordagem a ser utilizada a fim de não gerar novos danos psicológicos ao rememorar situações da vida do entrevistado que não poderiam ser trabalhadas. Neste sentido, houve uma preocupação ética com os procedimentos a serem adotados, o que culminou no encaminhamento do projeto de pesquisa para avaliação do Comitê de Ética da Unisinos, sendo o mesmo aprovado. Para Goldim (2001), os aspectos éticos significam que não haverá discriminação na seleção dos participantes da pesquisa, nem a exposição a riscos desnecessários. Os procedimentos adotados corresponderam ao esclarecimento do objetivo, metodologia, justificativa e cronograma da pesquisa perante o Abrigo, cuja declaração de consentimento ocorreu por meio de carta de anuência. Também foi garantido por meio da obtenção do Termo de Consentimento a preservação dos dados, a confidencialidade e o anonimato dos entrevistados, bem como dos dados levantados através dos Planos Individuais de Atendimentos.

A análise dos riscos desta pesquisa foi discutida com a equipe técnica do Abrigo, especificamente com a coordenação geral e com a psicóloga, considerando que o principal risco identificado foi o de danos psicológicos durante o processo da entrevista ao rememorar momentos da trajetória de vida do jovem durante o período do Acolhimento Institucional. Para reduzir ou eliminar este risco foram definidas questões no tópico guia que remeteram a práticas cotidianas dos jovens, sem aprofundar as questões psicossociais. Assim como, todas as entrevistas foram acompanhadas pela psicóloga, o que representou um limite na coleta de dados, pois muitas vezes os jovens reproduziram o discurso institucionalizado. Tal limite gerou uma necessidade maior da presença em campo para coleta de informações a partir da observação e do diálogo informal com os jovens, sem o constrangimento do acompanhamento e mesmo do gravador.

Assim, um dos principais benefícios da pesquisa foi oportunizar aos jovens em situação de acolhimento institucional um lugar de escuta, onde suas projeções e desejos foram considerados no processo de implementação de uma política garantidora de direitos humanos.

3.2.2 Sistematização e Análise dos Dados

A análise de dados foi realizada a partir da perspectiva etnográfica de análise de conteúdo, seguindo as recomendações de Beaud e Weber (2014), Moraes (1999) e Bardin (2009).

A natureza dos dados coletados, de entrevistas semiestruturadas e narrativas, observações registradas em diário de campo, análise documental e levantamento estatístico, compõem o conteúdo do material analisado. O esforço de análise ocorreu com o objetivo de desvelar os significados atribuídos pelos jovens em situação de acolhimento institucional sobre suas sociabilidades. Desse modo, buscou-se na análise de conteúdos pela perspectiva etnográfica o que Bardin (2009, p. 31) indica: superar as incertezas oriundas das representações da própria pesquisadora, assim como enriquecer a leitura pela descoberta de conteúdos e de estruturas que esclareçam significações que *a priori* não compreendemos, assumindo uma função heurística, nas palavras do autor “para ver o que dá”.

Para Bardin (2009, p. 32), a análise de conteúdo “[...] é um método muito empírico, dependente do tipo de fala a que se dedica e do tipo de interpretação que se pretende como objetivo”, por isso não existe uma técnica fechada e única, é reinventada de acordo com o objeto de pesquisa. No entanto, a longa trajetória do método aponta para alguns funcionamentos básicos, cujo campo de aplicação são as comunicações. Veremos a partir do Guia para pesquisa de campo, de Beaud e Weber (2014) a forma adotada com base em dados etnográficos.

Beaud e Weber (2014, p. 153) destacam três ferramentas para a análise etnográfica: “[...] a escrita, a anotação e a transcrição que transformam a pesquisa, as entrevistas e as impressões em documentos”. Desta maneira, o material levantado em campo é heterogêneo. Seguindo as recomendações dos autores, o processo de organização e análise desta pesquisa ocorreu pela priorização dos dados a partir da importância, ou seja, foram selecionadas as entrevistas e as observações mais relevantes para posterior transcrição, o que já permitiu o estabelecimento das primeiras relações entre dados etnográficos e o seu contexto.

A produção do material escrito, portanto a transcrição de entrevistas e do próprio diário de campo, teve como função a objetivação, permitindo um relativo distanciamento para a realização de uma leitura crítica dos dados e seu contexto, fazendo aparecer as relações que ainda não estavam visíveis. Portanto, durante a

transcrição já foram realizadas as primeiras análises, registradas em notas que foram aprofundadas e retomadas durante a leitura crítica da documentação.

Durante a leitura crítica foram destacados nos documentos as expressões e os episódios mais marcantes, sendo circuladas as palavras-chave e as expressões mais constantes, seguindo as recomendações de Beaud e Weber (2014, p. 156). Assim como, foram definidos subtítulos a partir das expressões dos entrevistados na documentação das entrevistas.

Para análise do Diário de Campo, também foram seguidas as recomendações dos autores, a partir da leitura inicial para localização dos eventos mais marcantes, seguindo de uma leitura aprofundada a fim de comparar os eventos para organizar uma série de interações repetidas.

Para análise das entrevistas também foi considerado o contexto, segundo Moraes (1999, p.3) “[.] é preciso considerar, além do conteúdo explícito, o autor, o destinatário e as formas de codificação e transmissão da mensagem. O contexto dentro do qual se analisam os dados deve ser explicitado em qualquer análise de conteúdo”. Portanto, a análise das entrevistas não ocorreu de forma isolada, buscou-se sempre a relação com outras entrevistas, com as observações, com o cenário do momento vivenciado, reconstituindo as condições da produção do dado coletado.

A análise da documentação produzida a partir da coleta de dados permitiu identificar significados atribuídos pelos jovens sobre as formas de sociabilidades dentro e fora do Abrigo, indicando um conjunto de atribuições de significados diferentes para cada contexto, assim como possibilitou a associação de categorias analíticas que ajudam a explicar o fenômeno das interações sociais de jovens em acolhimento institucional.

Para Beaud e Weber (2014, p. 171) a interpretação dos dados deve “[...] relacionar, em cada caso, posições objetivas, práticas e pontos de vista subjetivos; as palavras nativas e os silêncios; os mal-entendidos”. Diante do conjunto de dados coletados e organizados, a tarefa foi de distinguir o que interessava ao problema de pesquisa, iniciando pela descrição do contexto e objetivando o perfil dos jovens para, posteriormente, estabelecer relações com as práticas e seus pontos de vista subjetivos expressos nas entrevistas e observados nas interações.

A interpretação dos dados também requer uma atenção sobre as palavras “nativas”, ou seja, aquelas emitidas pelos pesquisados que apontam para categorias de classificação e/ou julgamentos, que podem configurar as subjetividades que

expressam suas interpretações da realidade social. Entre as palavras utilizadas pelos jovens, adotamos o termo “acolhidos”, pois é a forma que expressam sua situação no momento do acolhimento institucional. Da mesma maneira, os termos “dentro” e “fora”, indicaram a estrutura analítica das formas de sociabilidades, sendo “dentro” tudo o que ocorre entre os muros do Abrigo e “fora” todas as relações e experiências vivenciadas na rua e demais instituições de trânsito dos jovens.

A análise da documentação permitiu identificar os significados atribuídos pelos jovens nas suas diferentes interações sociais “dentro” e “fora” do Abrigo a partir de suas narrativas. Inicialmente foram identificados todos os lugares ou situações de sociabilidades citadas pelos jovens, após foram comparados os significados atribuídos pelos mesmos para a diversidade de suas interações a partir das narrativas e também dos episódios correspondentes registrados no diário de campo. Da mesma maneira, o confronto de diferentes documentos sistematizados a partir da coleta de dados, fez emergir diferentes significados entre a definição normativa do serviço de acolhimento institucional e as práticas desenvolvidas no cotidiano do Abrigo, apresentando os dualismos da política social.

A comparação entre as narrativas da equipe técnica e dos jovens também mostrou os dualismos entre os significados atribuídos às interações sociais, apontando diversas situações de conflito. A recorrência destes episódios na documentação, assim como da violência direta e indireta, corroborou para emergir o conceito do conflito como a forma das sociabilidades dos jovens acolhidos. Portanto, o conceito de conflito surgiu pelo confronto entre os dados analisados, o que garante a confiabilidade da pesquisa a partir do controle possível de realizar entre uma fonte e outra.

Desse modo, a análise de conteúdos na perspectiva etnográfica parte de uma abordagem indutiva-construtiva, que toma como ponto de partida os dados coletados, para posterior elaboração de categorias e teorias. Segundo Moraes (1999, p. 10), “[...] é portanto, essencialmente, indutiva. Sua finalidade não é generalizar ou testar hipóteses, mas construir uma compreensão dos fenômenos investigados”.

4 SOCIABILIDADES JUVENIS E O ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL

O objeto da sociologia das formas é a interação. Para Georg Simmel, sociólogo alemão, são os indivíduos que realizam as ações, o que também podemos chamar de microsociologia. Para o sociólogo, a sociedade é produto das interações sociais entre os indivíduos, determinadas por impulsos ou busca de certas finalidades, afirmando assim que todas as interações entre os indivíduos constituem suas sociabilidades. Desta maneira, a noção de sociabilidades de Simmel foi adotada para realização da análise das relações sociais dos jovens acolhidos como material empírico.

4.1 Sociabilidades em Georg Simmel

Segundo o dicionário Priberam da língua portuguesa, a palavra sociabilidade significa “qualidade do que é sociável; modos de quem vive em sociedade; tendência para viver em sociedade”. Portanto, indica para um conceito estruturante de análise em ciências sociais, mas também aponta para o inacabado, em permanente reconstrução.

Baechler (1995), no capítulo sobre *Grupos e Sociabilidade* no livro *Tratados de Sociologia*, sistematiza o estado da arte do conceito, lembrando do diversificado emprego do mesmo,

Para alguns, como Gurvitch, a sociabilidade designa o princípio das relações entre pessoas e a capacidade de estabelecer laços sociais [...]. Para outros como, como Maurice Agulhon, a sociabilidade indica seja a capacidade associativa em geral, seja as associações particulares que são os salões, os círculos, os clubes, os cafés, onde os homens encontram um meio de serem sociáveis [...]. Mais recentemente, surgiu uma corrente de pesquisa para a qual a sociabilidade designa as redes que nascem espontaneamente das relações que cada indivíduo mantém com os outros (BAECHLER, 1995, p. 65).

Diante do exposto, o autor enfatiza a legitimidade das interpretações no campo da sociologia. No entanto, reforça a importância de diferenciar alguns conceitos que se aproximam, o que faremos adotando a perspectiva de Simmel para o conceito de sociabilidade, autor cujo qual já tomamos como referência anteriormente.

Para Simmel (2006), o objeto da sociologia das formas é a interação – são os indivíduos que realizam as ações, o que também podemos chamar de microsociologia. Desse modo, a sociedade é produto das interações sociais entre os indivíduos, determinadas por impulsos ou busca de certas finalidades, afirmando assim que toda forma de interação entre os indivíduos é uma sociação.

A sociação é, portanto, a forma (que se realiza de inúmeras maneiras distintas) na qual os indivíduos, em razão de seus interesses – sensoriais, ideais, momentâneos, duradouros, conscientes, inconscientes, movidos pela causalidade ou teleologicamente determinados -, se desenvolvem conjuntamente em direção a uma unidade no seio da qual esses interesses se realizam (SIMMEL, 2006, p. 60 e 61).

São esses interesses, que segundo o autor, formam a base da sociedade humana. Sobre a sociologia das formas, Fontes (2015, p. 532) chama a atenção para a metodologia de investigação de Simmel, que parte das formas e conteúdos dos processos de interação para compreender a realidade social, “contenido y forma. Manifestaciones singulares, por un lado, y representaciones abstratas y en consecuencia más generales, por otro”. Portanto, as formas são representações abstratas, enquanto o conteúdo particulariza, revela a singularidade do fenômeno.

Essa concepção de sociação constitui a Teoria das Redes Sociais, baseada em ações recíprocas e de trocas entre indivíduos. Para Simmel (2006), a análise da realidade social está centrada nas relações sociais e não nos atributos dos indivíduos, sendo que a complexa interação entre os mesmos constitui uma rede social e esta configuração impõe um padrão de estrutura social. O sociólogo afirma que as relações são o produto das decisões e da estrutura, o que impõe um limite nas possibilidades de decisão dos indivíduos.

São as formas, representações abstratas, que adquirem uma vida própria a partir dos impulsos – gerados por necessidades e/ou interesses específicos - ou finalidades determinadas pelos indivíduos que constituem o fenômeno da sociabilidade. Simmel (2006, p. 65 e 66) define “[...] a sociabilidade como a *forma lúdica de sociação* [...] algo cuja concretude determinada se comporta da mesma maneira como a obra de arte se relaciona com a realidade”. A sociabilidade alarga o conceito de sociação, pois não apresenta finalidade objetiva, permitindo maior liberdade impessoal e menos objetivação das relações, é a forma que os indivíduos constituem uma unidade a partir de interesses diversos baseados num sentimento e

por uma satisfação mútua de estarem socializados. Portanto, no fenômeno da sociabilidade, forma e conteúdo são indissociáveis.

Simmel (2006, p. 64) cita alguns exemplos de sociabilidades, como “[...] reuniões econômicas ou irmandades de sangue, em comunidades de culto ou bandos de assaltantes”, sendo as necessidades e interesses dos indivíduos o conteúdo agregador do grupo. Para o autor “todas essas formas de sociação são acompanhadas por um sentimento e por uma satisfação de estar justamente socializado, pelo valor da formação da sociedade enquanto tal” (SIMMEL, 2006, p. 64). No entanto, a simples interação entre os indivíduos não é sinônimo de sociabilidade, para tanto é preciso que haja autonomia entre os indivíduos em sociação. O autor também remete que o caráter objetivo da personalidade (do interesse racional na sociação) precisa se separar de sua função como elemento da sociabilidade, exercendo assim uma autorregulação que evita o egoísmo e “[...] entra na forma sociável apenas com as capacidades, os estímulos e interesses de sua humanidade pura” (SIMMEL, 2006, p.68).

Outra condição de sociabilidade perante o outro, definida por Simmel (2006, p. 68), é a discrição, pois

Tanto no momento em que o estar junto se apoia em um conteúdo e em uma finalidade objetivas, como no momento em que o fator absolutamente pessoal e subjetivo do indivíduo aparece sem qualquer reserva, a sociabilidade não é mais o elemento central e formador, mas, no máximo continua a ser o princípio mais formalista superficial e mediador.

De acordo com Simmel (1977), os novos espaços de sociabilidade se ancoram em comunidades de interesses, conectando indivíduos em qualquer momento por algo em comum. Pessoas aparentemente estranhas umas às outras e distantes em campos diversos de sociabilidade, se conectam para cooperar em busca de algum interesse comum, o que muitas vezes resulta em laços frágeis de apenas uma parcela do universo das interações dos indivíduos.

O conjunto de interações do indivíduo com diferentes formas de sociabilidades constitui o que Simmel (1977) chama de círculos sociais. Portanto, o indivíduo procurará círculos que atendam às suas aspirações e que ofereçam vantagens coletivas, enquanto que, por outro lado, o específico da individualidade fica garantido pela combinação de múltiplos círculos. Quanto mais estreito o círculo a que pertencemos, menos liberdade individual teremos. Ao ampliar o círculo em

que estamos e no qual se concentram nossos interesses, mais espaço teremos para o desenvolvimento da nossa individualidade; porém, em troca, como partes desse todo, possuiremos menos peculiaridades, pois o grupo social será, como grupo, menos individual (SIMMEL, 1977).

As novas formas de sociabilidades descritas por Simmel (1977), características da vida moderna, possuem laços mais frágeis e círculos sociais mais amplos, o que faz emergir o fenômeno da individualidade nas grandes cidades. Para o autor, a economia monetária e a crescente divisão do trabalho proporcionaram a possibilidade de expansão do indivíduo, na medida em que ocorre cada vez mais a diferenciação social e o indivíduo cada vez mais adquire uma individualidade específica. O surgimento do indivíduo na modernidade rompeu com as identidades unificadas e enraizadas em tradições. A evolução nas formas de organização em grupos ampliou a liberdade de escolha do sujeito sobre pertencimento (BOTELHO, 2013).

De acordo com Simmel (1977) o homem moderno pertence primeiro ao círculo de seus pais, logo fundará sua própria família e, conseqüentemente, a de sua esposa; depois, ao círculo da sua profissão, que o ligará com diversos outros; sabe que é cidadão e pertence a uma determinada classe social, podendo relacionar-se com diversos círculos. Tudo isso supõe uma grande variedade de grupos, no quais o indivíduo pode associar-se sem deixar de pertencer a outro. A união de associações coloca o indivíduo em uma pluralidade de círculos.

A interação dos indivíduos em diferentes círculos sociais possibilita uma fragmentação de relações que constituem sua identidade, quanto maior seja o número de grupos participantes, mais ampliará o campo da individualidade. Assim como a individualidade de cada membro de uma família que estabelece relações em círculos externos poderá modificar a sua conexão originária (SIMMEL, 1977).

A participação em diferentes círculos poderá colocar o indivíduo em conflito moral, pois o sistema de representações pode ser contraditório, entretanto a individualização cresce quando o indivíduo ocupa situações distintas nos diferentes círculos em que faz parte ao mesmo tempo, fragmentando assim a sua própria identidade. Os círculos produzem diferença entre os indivíduos pelos papéis que assumem, pois desloca os indivíduos – se num círculo ocupa lugar periférico, em outro ocupará lugar central – e muitas vezes colocam-nos em situação de igualdade (SIMMEL, 1977).

4.2 Entre Sociabilidades e Identidades dos Jovens do Abrigo

As sociabilidades representam as formas de interação dos indivíduos em sociedade, constituídas por processos de socialização que contribuem na formação de identidades individuais e coletivas gerando sentido para a existência social. Segundo Simmel (1977), a individualidade está presente nas pessoas e suas características são necessárias na construção da identidade, mas mesmo havendo uma individualidade o indivíduo reconhece que o outro é indispensável na construção de si mesmo. Portanto, é na interação com o outro e a coletividade que se constitui o *self*, conceito de Mead (1953) que relaciona a dimensão subjetiva e objetiva com a maneira que o indivíduo se vê pela perspectiva do coletivo. Para Simmel (1977), essa complexa interação entre os indivíduos constitui uma rede de sociabilidades estruturada nas relações. Esta configuração impõe um padrão de estrutura social constituída pelos processos de socialização. Para o mesmo autor, o primeiro processo socializador ocorre no círculo primário da família e, posteriormente em círculos sociais secundários fora da família, na comunidade.

Desta maneira, a experiência do acolhimento institucional promove a interação de jovens com diferentes trajetórias de formação da sua conduta a partir da reação e estímulos de círculos sociais que já vivenciaram, sejam eles primários ou secundários. Sendo assim, o acolhimento é mais um processo de formação do *self*, oportunizando novas e/ou diferentes experiências que podem modificar significados atribuídos pelos jovens sobre as formas e conteúdos das relações sociais. Tais significados podem sofrer mudanças ao longo do período de acolhimento, conforme observado nas entrevistas sobre a noção de tempo entre os jovens. O jovem acolhido há menos de três meses nutre uma relação de reconhecimento do afeto junto à família, sem compreender o significado do acolhimento institucional, pois não identifica os fatores de riscos e/ou violação de direitos vivenciados, mantendo uma esperança latente pelo retorno ao núcleo familiar. Enquanto isso, o jovem em acolhimento há anos adotará para si um comportamento forjado nas interações vivenciadas no Abrigo, assumindo inclusive um discurso mais institucionalizado, dando um novo significado para a relação com a família, reconhecendo o processo de negligência e/ou abandono e, com isso, conformando-se com a permanência no Abrigo.

As interações sociais geradas em processos de socialização em círculos secundários correspondem às disposições, inclinações e preferências dos indivíduos, tais relações fundadas na convivência exterior ganham força durante a juventude. Ampliando as interações através de múltiplos círculos sociais, os jovens reúnem elementos simbólicos que constituem seus processos identitários. Podemos entender os círculos sociais secundários relacionados aos jovens pela perspectiva de Sposito (1993, p. 162) quando se refere aos agrupamentos coletivos juvenis, que ocupam espaços tais como as ruas e praças das cidades, “[...] estruturados a partir de galeras, bandos, gangues, grupos de orientação étnica, racista, musical, religiosa ou as agressivas torcidas de futebol”.

De acordo com Feixa (2004), a juventude é uma construção histórica-social, cujo surgimento ocorreu no início do século XX como reflexo do prolongamento da infância e da juventude em função da demanda por qualificação prévia para o mundo do trabalho. Para Peralva (1997), foi a partir da difusão da escolarização que se retardou a entrada na vida adulta permitindo o surgimento da juventude. Desse modo, a juventude pode ser compreendida como uma etapa da vida entre a infância e a fase adulta, definida de acordo com seu tempo e espaço histórico, assumindo diferentes características relacionadas a marcadores como gênero, classe social, raça, contexto histórico nacional e regional, entre outros. Portanto, não podemos falar de uma juventude homogênea, e sim de juventudes, no plural, considerando a heterogeneidade oriunda da diversidade sociocultural contemporânea alargada pelo fenômeno da globalização.

As muitas juventudes referidas se encontram na experiência do acolhimento institucional. Conforme vimos no perfil dos jovens, suas idades são diferentes, o sexo, a origem territorial, racial, os vínculos primários, enfim, cada um possui um fio diferente que os conecta em outros círculos e redes sociais. No entanto, ao ingressarem no Abrigo o fio se solta, enfraquecendo os vínculos de origem pela distância geográfica, pela medida de proteção que não permite uma aproximação da família e/ou da comunidade, pelo esquecimento e abandono de sua existência por parte da família, pela violência que amedronta. Sendo esse encontro de diferentes trajetórias que movimentará novos significados que passam a fazer parte do *self* destas juventudes “*tão diferentes e tão parecidas ao mesmo tempo*” nos espaços dentro e fora do Abrigo.

As abordagens teóricas que discutem a categoria juventude são diversas, Nídia Maria de Ávila Furiati (2010), em sua tese de doutorado *Juventude e Estado no Brasil, a lógica constitutiva do Conselho Nacional da Juventude no Governo Lula*, apresenta um quadro com as contribuições dos principais autores que abordam o conceito de juventude. No levantamento realizado pela autora, foram identificadas nove abordagens teóricas, que a mesma organizou em três matrizes discursivas, a saber:

A primeira matriz – Juventude como condição transitória, engloba três abordagens em interface com a identidade juvenil: 1. Transição para vida adulta: numa perspectiva homogeneizadora da juventude, cuja transição do jovem para a vida adulta é modelada pela estrutura social ressaltando uma identidade juvenil adultocêntrica; 2. Culturas juvenis: considera que a transição dos jovens para a vida adulta é modelada por fatores socioculturais, existindo várias juventudes; 3. Transições plurais: marcadas pela transição dos jovens para a vida adulta, é complexa e ziguezagueante, sem rumo fixo ou predeterminado, o que caracteriza identidades juvenis pluralizadas.

A segunda matriz – Juventude como Problema e ameaça social, engloba as seguintes abordagens: 1. Problema da modernidade: a juventude é modelada pela estrutura social e as condutas desviantes devem ser normalizadas, conforme a Teoria do Desvio (Escola de Chicago), constitui-se uma identidade transgressora; 2. Mudança social: a juventude rompendo com o *status quo* e gerando transformações sociais deve ser repreendida politicamente para fins de controle social e moral; 3. Vulnerabilidade e risco social: caracterizada pela tutela e proteção da juventude nos processos de abertura democrática, constituindo uma identidade estigmatizada, conforme Erving Goffmann.

A terceira matriz – Juventude como solução, engloba as seguintes abordagens: 1. Transição demográfica, dedicada a análise da demografia brasileira relacionada a uma identidade juvenil marcada pela oportunidade demográfica; 2. Empoderamento juvenil: têm como ideia-força o protagonismo juvenil, articulado com o discurso da ONU que atribui uma identidade juvenil protagonista do desenvolvimento; 3. Cidadania ativa: localiza no Brasil o avanço da garantia de direitos por meio de Estatutos que consideram o jovem sujeito de direitos.

Diante da matriz discursiva em torno das diversas abordagens teóricas sobre a categoria juventude organizada por Furiati (2010), fica evidente a condição

histórico-social do termo juventude ou juventudes. As matrizes também indicam as interpretações sobre a categoria juventude no âmbito da agenda das políticas públicas, pois a partir das transições dos modelos de Estado define-se o lugar do jovem, passando de problema para solução em termos de legislação e estatutos. Este movimento político e discursivo sobre a categoria juventude se reflete nas diretrizes do acolhimento institucional que nasceu para solucionar os casos de crianças e jovens desviantes na sociedade, onde estes eram isolados em instituições para fins de manutenção da ordem social. Desse modo, as diferentes matrizes analíticas para a categoria juventude disputam lugar e prioridade na mesma arena política, conquistando espaço significativo no âmbito legal sobre os direitos, mas ainda fracassando em condições reais para que os jovens reinventem seus processos de pertencimento social por meio da ampliação de suas sociabilidades como podemos ver no exemplo do acolhimento institucional.

Embora sejam muitas as abordagens entorno das juventudes, podemos afirmar que, independente do seu tempo histórico, uma característica presente na condição juvenil é o alargamento dos círculos sociais secundários, ou seja, a busca pela interação social em grupos constituídos por identificações, construindo assim identidades juvenis coletivas pelo processo de diferenciação marcado por símbolos e estilos adotados por cada grupo. Desse modo, a rua e o Abrigo se configuram em espaços de interação com círculos sociais secundários. No entanto, a vinculação por identificação é negada ao jovem acolhido, que possui sua liberdade restrita em função de uma medida protetiva, impedindo-o de ampliar suas interações fora do mundo do Abrigo. Também é preciso considerar que para os jovens acolhidos por mais tempo, o Abrigo é o lugar que se configura também como círculo primário, ocupando o espaço do privado, onde o processo de diferenciação é menor, o que pode causar uma sensação de invisibilidade.

O episódio de fuga da jovem Vanessa pode ajudar a elucidar o conceito de diferenciação. Há cerca de 4 anos acolhida, a Jovem Vanessa, com apenas 14 anos, ocupava um lugar de referência em termos de bom comportamento no Abrigo, sendo atribuído a ela o papel de exemplo para outros jovens. Ela apresentava boas notas na escola, participação nas atividades do Abrigo, sem envolvimento em conflitos e com atitude dócil. No entanto, fugiu do Abrigo com mais dois jovens num domingo. O episódio comoveu a equipe técnica, que preparava uma festa de aniversário para celebrar os 15 anos da jovem, assim como causou surpresa nos

demais acolhidos. Alguns dizem que a menina fugiu porque estava namorando outro jovem do Abrigo envolvido na fuga. No entanto, após algumas semanas, Vanessa retornou, revelando parcialmente o motivo de sua fuga. Há 4 anos no Abrigo, acompanhando a rotina de entrada e saída de tantos outros jovens, Vanessa percebeu que a sua oportunidade de diferenciação era mínima. Mais do que uma festa de aniversário a ser comemorada dentro do mesmo círculo social, ela queria ampliar suas interações, buscando assim, fora do Abrigo, novos significados para a própria existência social. Tal desejo ficou claro quando a menina relatou que sua fuga foi motivada porque não teve seu pedido de ingresso em curso profissionalizante atendida, o que significava uma oportunidade de diferenciação.

A busca constante pelo pertencimento em diferentes círculos sociais pode ser contraditória, ou seja, o conteúdo que gera a identificação ser oposto entre os círculos de interação, o que possibilita aos indivíduos a experiência de fragmentação da identidade. Em cada círculo social, o jovem tem a oportunidade de ocupar um lugar diferente, conforme descrito por Simmel (1997), em alguns círculos ocupa-se o papel central, de liderança, enquanto em outros o jovem é apenas um coadjuvante. Na dinâmica do *entre espaços* do SAI, ou seja, entre o público e o privado, os lugares ocupados pelos jovens são transitórios. Há situações como a organização em grupos de acordo com o sexo, em que se estabelece uma hierarquia marcada mais pelo uso da força do que por outro marcado, como por exemplo a idade. No entanto, quando em situações fora do Abrigo, como na escola, os jovens ocupam um lugar coadjuvante, inclusive demonstrando dificuldades de relacionamento e integração em outros grupos de jovens. A busca por novos papéis também aparece como um motivador para as fugas, conforme o relato do Baixinho: “*na rua eu conheci muita gente [...], meu apelido era ‘Baixinho’*”, deixando claro que na rua ocupava um lugar importante no grupo pelo fato de ser menor de idade, tornando mais branda as penalidades em caso de apreensão da polícia durante atividades ilícitas, como o tráfico de drogas.

A constante reestruturação da rede de sociabilidades dos indivíduos e a possibilidade de múltiplas interações virtuais e presenciais conectam este processo ao das identidades, tornando sociabilidades e identidades um processo relacional gerador da individuação. Para Silva (2012), os processos identitários ocorrem pela afirmação de códigos que representam aquilo que caracteriza um indivíduo, como por exemplo a nacionalidade. No entanto, essa afirmação só tem sentido quando

relacionada com a diferença, pelo fato de existirem outros indivíduos de outras nacionalidades. Neste aspecto a diferença marca aquilo que é contrário, que podemos entender como negativo à identidade. Assim, numa perspectiva analítica, diferença e identidade caminham juntas, o que o autor define como diferenciação. Como vimos no episódio da fuga de Vanessa, as interações por identificação são restritas no *entre espaços* do SAI, o que reduz a capacidade de diferenciação entre os jovens acolhidos por mais tempo, pois vivem uma experiência de vínculos compulsórios, marcada pelo conteúdo que aproxima as suas trajetórias de vida, ou seja, a violência. A constante vigia impede que os jovens estabeleçam novas interações, marcadas pelos seus desejos, preferências e identificações em nome da proteção.

A busca pela diferenciação entre os jovens é uma das formas pelas quais se inserem em círculos sociais do seu contexto buscando o pertencimento e o reconhecimento social. Para Pais (2001), esta busca na contemporaneidade ocorre na fluidez das estruturas sociais atuais que marcam a vida dos jovens pelas “[...] inconstâncias, flutuações, descontinuidades, reversibilidades, movimentos autênticos de vaivém”, como expressa na metáfora do iô-iô. Para Pais (2001), as voltas e mais voltas do ioiô simbolizam o cotidiano juvenil em movimentos de vaivém:

[...] saem da casa dos pais, para um qualquer dia voltarem; abandonam os estudos, para os retomarem tempos passados; encontram um emprego, e em qualquer momento se vêem sem ele; as suas paixões são como ‘voos de borboleta’, sem pouso certo; se casam, não é certo que seja para toda a vida... São estes movimentos oscilatórios e reversíveis que o recurso à metáfora do yo-yô ajuda a expressar (PAIS, 2001, p. 69).

Utilizando a metáfora do iô-iô, Pais (2001, p. 70) procura interpretar os cotidianos juvenis, atribuindo fatores que contribuem para tantos “volteios”, entre eles a lógica experimentalista motivadora de muitas sociabilidades juvenis consideradas criativas pelo autor, mas também “[...] geradoras de intolerância, agressão, delinquência até”. Nesta lógica experimentalista, a maioria dos jovens acolhidos já vivenciou algum episódio de fuga, sabendo que, se preciso, pode retornar ao Abrigo; assim como alguns se negam a frequentar a escola, sabendo que sua matrícula é uma garantia em qualquer tempo; se permitem viver relacionamentos dentro do Abrigo, construindo estratégias para burlar a regra do namoro; descumprem regras e normas da instituição sabendo que as consequências

são efêmeras. Nesta experimentação, os jovens acolhidos significam suas experiências, por vezes, contraditórias num movimento oscilante entre estar dentro e fora do Abrigo.

Outra característica apresentada por Pais (2001, p. 70) é a filosofia de *vida de inconstâncias*, em que pelos constrangimentos do trabalho, da educação e da família, os jovens tendem a relativizar o seu significado, tendo como exemplo que diplomas não significam sucesso profissional. Assim, os jovens acolhidos por mais tempo tendem a relativizar o significado do afeto. Considerando a permanência do abandono, acabam por fragilizar os vínculos com os irmãos biológicos também acolhidos. A inconstância também do seu destino, sem saber se o retorno para casa é uma possibilidade ou se a permanência no Abrigo se prolongará até a maioridade, contribui para relativizar a própria vida: sem perspectivas sobre o destino, a automutilação e/ou a tentativa de suicídio se apresentam como uma saída. Como as voltas de um iô-iô, os jovens reconfiguram os significados de suas interações, inclusive no campo das relações amorosas, sendo comum nas conversas entre as jovens acolhidas a possibilidade de uma gravidez na adolescência como fruto de um relacionamento que já não se sabe mais se existe, como voltas que a vida dá e ela mesma se encarrega de resolver (PAIS, 2001).

Para Pais (2001), o princípio da reversibilidade ajuda a entender o cotidiano juvenil na transição para a vida adulta, as mudanças do tempo cíclico e a possibilidade de recomeçar, seja na transição entre a vida escolar e profissional, seja no plano familiar, onde os jovens prolongam a permanência na casa dos pais, saem sem necessariamente ter uma independência econômica, retornam. Enfim, experimentam um cotidiano adulto, mas com a possibilidade de retornar à juventude em qualquer momento, problematizando assim os marcadores sociais de entrada da fase adulta e prolongando a condição juvenil. No entanto, o prolongamento da condição juvenil é uma realidade diferente na vida do jovem acolhido, conforme vimos no registro do processo de desacolhimento de um jovem que chega na maioridade. O momento do desacolhimento é algo que os jovens evitam de falar – muitos não se imaginam saindo do Abrigo. A possibilidade de permanência pode ser recorrida judicialmente. No entanto, não é uma política adotada pela equipe do Abrigo, que busca na comunidade o apoio no processo de emancipação do jovem. Desse modo, o ciclo no Abrigo se encerra pelo marcador social da idade biológica, colocando o jovem numa situação sem a possibilidade de volta como na metáfora do

ioiô e demonstrando a fragilidade desta política social na garantia de direitos sociais básicos.

As expressões dos jovens, seus anseios e desejos se organizam em agrupamentos, ao que Simmel (1977) se referente como identificações na generalização da categoria sociabilidade, Feixa (1998) utilizará o termo das *microsociedades juvenis* construídas de forma autônoma às instituições adultas, como uma delimitação analítica. Assim como falamos em juventudes no plural, também é preciso falar culturas juvenis para romper com a lógica homogeneizante, que para o mesmo autor significa mudar a maneira de ver o problema, transferindo da ênfase na marginalização para a identidade, ou identidades.

Mas, como já vimos, a diferenciação entre os jovens do Abrigo é baixa, pois suas oportunidades de interação com círculos sociais fora do Abrigo são limitadas pela medida protetiva, desse modo talvez não possamos falar de juventudes com tanta ênfase neste contexto, pois suas relações são produtos além das escolhas, também da estrutura. Retomando o relato sobre a trajetória de permanência no Abrigo, podemos usar o exemplo das roupas, que constituem um dos símbolos estéticos de manifestação das escolhas e identificação dos jovens. Tal recurso também é controlado no Abrigo, sendo selecionadas as roupas “apropriadas” para uso entre os jovens a partir de premissas moralizantes sobre o corpo. Outros recursos simbólicos também são previamente selecionados, tais como as músicas, filmes e até mesmo brinquedos, reduzindo o acesso dos jovens a elementos que contribuem no processo identitário.

Tais privações são explicadas por Feixa (1998) ao recorrer a tradição gramsciana que apresenta a noção de cultura subalterna das juventudes, ou seja, culturas dos setores dominados com baixa integração a cultura hegemônica, sendo a resistência a tal integração nas estruturas sociais uma das características das culturas juvenis. O autor também chama a atenção para a condição de transitoriedade da juventude enquanto fase da vida, o que torna diferente de outras culturas subalternas. Desse modo, os jovens vivem em condição de tutela de instituições adultas, diminuindo assim os seus discursos culturais. No entanto, diante de tais mecanismos de socialização e integração social Feixa (1998) afirma que os jovens têm sido capazes de manter níveis de autoafirmação consideráveis, que no caso dos jovens acolhidos ocorre pelo conflito e/ou uso da força.

5 SOCIABILIDADES, CONFLITOS E VIOLÊNCIA

Considerando o objetivo do SAI de acolher crianças e adolescentes em situação de violência de direitos e/ou vulnerabilidade social, se reconhece que todo acolhido possui em sua trajetória de vida uma exposição direta a algum tipo de violência, conforme apontado no perfil dos jovens do Abrigo. No entanto, ao analisar os principais episódios de interações sociais dentro dos muros do Abrigo, fica evidente que a violência se constitui como linguagem que expressa anseios e necessidades, sendo o conflito a principal forma de sociabilidades estabelecida. Desse modo, iniciaremos esse capítulo buscando elementos teóricos sobre conflito e violência para compreender esta forma de sociabilidade entre os jovens do Abrigo.

5.1 Acerca da Teoria do Conflito

É a partir da oposição consenso/conflito que Birnbaum (1995, p. 249) afirma ser o cerne da teoria sociológica contemporânea desde a década de 1950, quando a teoria do conflito dá origem “[...] a uma nova discussão dos fundamentos da ordem social” questionando a abordagem estrutural-funcionalista dominante originada nas obras de Marx, Durkheim e Parsons. Segundo Misse e Werneck (2012, p.8), as abordagens funcionalistas e sistêmicas enfatizam mais o problema da ordem e da integração social na contramão do conflito, o que reduz a sua compreensão e coloca pouca importância aos interesses dos indivíduos. Assim, o conflito deveria ser superado, como uma anomia social, ideia também associada a concepção de Marx, que entende o conflito como transitório na história da humanidade, reduzindo-o a aspectos econômicos, em que a abolição da propriedade privada eliminaria as dissensões.

Para Birnbaum (1995, p. 253), ambos os sociólogos – Durkheim e Marx – “[...] a existência do conflito baseia-se num determinismo estrutural que pouco se preocupa com a intencionalidade dos atores”, diferente da perspectiva weberiana da ação social, que aparece na origem do individualismo metodológico. Portanto, coloca em primeiro plano as motivações ou vontades próprias dos indivíduos, numa luta pelo triunfo da própria vontade numa interação social, podendo ser interpretado por uma luta de poder, em que os elementos desta concorrência podem ser desde o uso da “[...] força física até as capacidades intelectuais ou mesmo organizacionais,

incluindo o carisma do mesmo modo que as diferentes técnicas demagógicas”, conforme exposto por Birnbaum (1995, p.256).

Diante da perspectiva weberiana, o conflito passa para uma dimensão diferente, pois torna-o inerente ao mundo social e não mais uma anomia, passando a ser aplicável como conceito sociológico a todo sistema social. Nessa mesma abordagem interacionista, Simmel (1964, p.13) vê o conflito como sociação, considerando umas das formas mais vivas, pois não pode ser exercida por um indivíduo sozinho. Diante de tal concepção de Simmel, Misse e Werneck (2012, p.8) afirmam como premissa das diferentes abordagens sobre o conflito o fato de que ele requer a interação entre duas partes analiticamente distintas. Assim como, apresentam outras proposições, originando-se

[...] da diferença de posições, de recursos e/ou de poder, como também a produz. [...] não é uma ruptura ou um término da interação, mas, ao contrário, um processo de interação social fundamental. [...] o conflito acaba (ou é suspenso) com processos de acomodação ou assimilação da parte derrotada ou dominada e, portanto, tende a se transformar, pelo processo de institucionalização, em ‘solução de compromisso’ e/ou disputa regulada (MISSE e WERNECK, 2012, p.8).

Para Simmel, o conflito é incontestável pela sua função de causar ou modificar grupos de interesse, unificações, organizações, etc. Assumindo o conflito como sociação, define a dissociação como causa do mesmo, motivados por fatores como ódio, inveja, necessidade, desejo, entre outros. “Conflito é, portanto, destinado a resolver dualismos divergentes, é uma maneira de conseguir algum tipo de unidade, mesmo que seja através da aniquilação de uma das partes em litígio”, sendo próprio do conflito a resolução de tensões em contraste (SIMMEL, 2011, p. 568).

Para Simmel (2011), o conflito é o máximo da sociabilidade, não o contrário, pois corresponde ao estabelecimento de uma relação social forte, podendo inclusive inaugurar uma forma de sociabilidade. Para o sociólogo, o indivíduo não atinge a unidade de sua personalidade somente pela harmonização – a contradição e o conflito são operativos de cada momento da sua existência, portanto, estão entrelaçados.

Nessa perspectiva de Simmel (2011), podemos afirmar que na experiência do acolhimento institucional o conflito se apresenta constantemente nas interações sociais, assumindo diferentes configurações, mas caracterizando-se como a

principal forma de sociabilidades nesse lugar, onde a tríade constitui sua organização social. Para Simmel, a tríade se torna mais complexa pela presença de um novo ator numa interação mais simples, denominada por ele como díade, podendo ser este terceiro ator o mediador no seio de uma estrutura, opositor entre dois atores tomando para benefício próprio os interesses comuns ou mesmo um déspota que impõe seu poder. Desse modo, percebe-se nas interações sociais dentro do Abrigo uma intensa reconfiguração da ordem, estabelecida sempre que entra um novo ator na relação que por meio do conflito busca espaço e proteção para si mesmo. Esta reconfiguração constante passa por diferentes arranjos, onde os jovens mudam de lugares dentro desse círculo social, tornando a estrutura dinâmica, assim como suas trajetórias de vida. Por exemplo, o episódio da chegada do Pequeno DLS no Abrigo representa uma das mudanças na organização social: em poucos dias o jovem assume o papel de liderança entre o grupo de meninos impondo suas vontades e interesses pela coerção, usando de uma linguagem violenta com os demais acolhidos e, até mesmo, com as trabalhadoras do Abrigo. A mediação realizada para harmonizar as interações conflitivas entre o Pequeno DLS e outros integrantes do grupo foi assumida pelas monitoras, que recuperaram a unidade a partir da assimilação da parte derrotada, neste caso, o grupo de meninos, transformando, assim, o processo numa disputa regulada, ao permitirem a institucionalização da liderança do Pequeno DLS na forma lúdica de líder de uma gincana interna.

A teoria do conflito de Simmel (2011) também nos ajuda a compreender o fortalecimento do grupo de jovens mediante o conflito com as monitoras do Abrigo. A identificação pelo abandono familiar e a noção, mesmo que inconsciente, de cultura subalterna das juventudes, favorecem a integração mediante a experiência comum do acolhimento, enfrentando assim as condições de invisibilidade de suas individualidades numa tentativa de ruptura com a harmonização institucional das relações sociais. Nos casos de conflito entre acolhidos e monitoras, muitas vezes a equipe técnica é acionada como um terceiro ator, que por vezes assume uma posição de mediação e outras de imposição do poder nesta tríade.

Ao analisar os tipos de conflitos registrados no diário de campo, percebe-se uma recorrência daqueles que se originam na interação entre jovens e monitoras. As monitoras atribuem o seu papel como de mãe na relação com o jovem, no entanto, o mesmo não atribui um significado recíproco, chegando a manifestar que não

“cumprirá com as regras, porque a fulana não é sua mãe [trecho extraído do diário de campo]”. Lembrando que há um estatuto entre os acolhidos que não admite referências à sua família, sobretudo, a figura da mãe, deixando claro a impossibilidade de substituição dessa relação tão privada num *entre espaços*. Os conflitos entre acolhidos e monitoras são motivados, na sua maioria, pela interpretação das monitoras de condutas inadequadas por parte dos acolhidos, fazendo da punição a estratégia para acabar ou suspender o conflito sem abordar suas causas, o que destitui qualquer argumento pedagógico sustentado pelo uso da expressão “medida educativa” ou “responsabilização”.

Na perspectiva de Simmel, analisada por Misse e Werneck (2012, p. 10), o conflito possui caráter situacional, sendo que “[...] a ênfase é posta na produção de significados moralmente divergentes, cujo conflito envolve antes ‘situações’ ou ‘interações’ que ‘indivíduos’”. A própria característica já apresentada sobre o Abrigo como um *entre espaços*, que entrelaça o privado e o público, parece contribuir para uma sociabilidade conflitiva, onde os indivíduos agem “[...] em função da definição de um *situ* conflitivo, que é sempre contextual e interativo” (MISSE e WERNECK, 2012, p. 10). Ao mesmo tempo em que o Abrigo se configura como lugar da intimidade, a todo momento há uma reprodução também da vida pública, que confunde os jovens sobre as situações vivenciadas e os comportamentos esperados ali. Sendo, também, suas experiências do lado de fora do Abrigo, no espaço público, restritas ao acompanhamento permanente de um adulto responsável, se intensificam relações dentro do Abrigo, reproduzindo sociabilidades representativas do espaço da rua, entre eles o namoro, fenômeno comum às juventudes.

No entanto, a rua não é um lugar desconhecido para os jovens, lembrando que mais da metade já vivenciou algum episódio de fuga. Na rua experimentam novas formas de interação que contribuem na reconfiguração das relações internas no Abrigo ao retornarem, gerando assim novas situações de conflito.

As muitas regras estabelecidas para harmonização das relações dentro do Abrigo acabam por configurar um lugar conflitivo. Nas entrevistas com os jovens, foram manifestadas diversas vezes a incompreensão sobre o conjunto de regras, embora se tenha clareza em adotar o discurso da instituição para evitar a penalidade da punição. Ao longo da entrevista, o Baixinho apresentou um discurso institucionalizado sobre as regras, dizendo que *“sim [são muitas regras], mas todas fazem a gente virar gente, não é?”*, ao mesmo tempo em que apresentou esta

perspectiva, buscou na psicóloga que acompanhava a confirmação do seu posicionamento. Mas, ao ser questionado sobre quais as regras são boas, logo emitiu seu próprio parecer “*nenhuma, se tu quer saber*”.

As entrevistas com os jovens também apontaram que o fator de maior conflito com as monitoras é o excesso de vigia, o que acaba provocando interações conflitivas, pois os significados atribuídos são divergentes. Para os jovens a vigia representa a invasão de um pequeno espaço de individualidade, marcado por situações cotidianas, como o controle ao uso do banheiro. Significado que difere da compreensão das monitoras, que entendem a vigia como uma forma de proteção, até mesmo entre os jovens. Tais significados moralmente divergentes acarretam numa sociabilidade conflitiva entre jovens e monitoras, aspectos que também se reproduzem na interação de jovem para jovem ao terem interesses divergentes.

O conflito também ocorre, segundo a interpretação da obra de Simmel (2011), pela recusa da indiferença do outro, pois toda forma de sociação pressupõe dois lados, sendo o conflito impossível sem a interação com o outro. Portanto, se reconhece no conflito um atributo para espécie humana, uma necessidade para a existência do social, que emerge de uma sociação, portanto de uma relação de interesse. E, quando os interesses dos jovens divergem, o conflito também se configura como a forma de sociabilidade, reconfigurando a dinâmica das relações e criando dualismos no grupo. Episódios de pequenas divergências entre os jovens, oriundas de brincadeiras e jogos, sobre regras que passam a discordar quando deixam de ser beneficiados, são causas de conflitos imediatos, onde o uso da força física e de expressões agressivas tornam a linha do conflito muito próxima à violência.

O conflito também é adotado como recurso entre os jovens para buscar um mínimo de diferenciação dentro de um espaço de homogeneização, como por exemplo a disputa de um lugar na mesa, de uma posição no jogo, de um benefício junto as monitoras, que demonstre a sua capacidade de se destacar entre tantos iguais, recusando assim a indiferença do outro. Lembrando que, para Simmel, o indivíduo não atinge a unidade de sua personalidade somente pela harmonização, a contradição e o conflito são operativos de cada momento da sua existência, portanto é vital.

Desse modo, podemos perceber que nas interações mais intensas vivenciadas dentro dos muros do Abrigo, ou seja, interações entre jovens, monitoras

e equipe técnica, a forma de sociabilidade é fundada no conflito. No entanto, as interações entre os jovens apresentam também as marcas das violências já vivenciadas.

5.2 Do Conflito à Sociabilidade Violenta

Embora o fenômeno da violência seja amplamente estudado, não existe um conceito de violência concreto, não está pronto, nem mesmo a sua pretensão pode ser encontrar uma definição coerente com a multiplicidade das culturas existentes e do seu tempo histórico. No entanto, algumas dimensões podem delimitá-lo, a fim de evitar a negligência na análise sobre a violência infanto-juvenil.

Para Gadea (2011), a partir dos anos 60 ampliaram-se as representações sobre a violência a partir do surgimento de mobilizações sociais, políticas e culturais, “[...] derivada da constatação de experiências subjetivas ou coletivas de discriminação e exclusão em uma diversidade de cenários culturais, políticos e institucionais” (GADEA, 2011, p.80).

A violência não é explícita somente pela agressão física, ela está revelada em diferentes interações da sociabilidade, ou seja, revela os conflitos morais, simbólicos e físicos entre os sujeitos nas suas relações sociais. Desse modo, concordamos que

Há violência quando, em situação de interação, um ou vários atores agem de maneira direta ou indireta, maciça ou esparsa, causando danos a uma ou mais pessoas em graus variáveis, seja em sua integridade física, seja em sua integridade moral, em suas posses, ou em suas participações simbólicas e culturais (MICHAUD, 1989, p.11).

De acordo com Gadea (2011b, p. 15), a violência intersubjetiva “atua negativamente na autoestima (por exemplo, a violência doméstica) e na internalização do desprezo e o não-reconhecimento (por exemplo, na violência policial-institucional), gerando lesões na ordem social e normativa de enorme significação”. Desta forma, compreendemos que “a violência intersubjetiva é a manifestação da ausência dos ‘laços sociais vinculantes’, evidenciando problemas concretos nos processos socializadores primários (na família) e/ou secundários (grupos de amigos, escola, etc.)” (GADEA, 2011b, p. 17).

Sobre a trajetória de vida dos jovens do Abrigo, vimos que são múltiplas as formas de violência que levam ao acolhimento institucional, sobretudo, a violência

intersubjetiva expressa também no abandono e na negligência, entre os principais motivos da medida protetiva no Abrigo. Abandono e negligência, que correspondem a ausência temporária do responsável colocando o jovem em situação de vulnerabilidade, assim como a negação por opção de recursos básicos para o seu desenvolvimento. Tais situações colocam o jovem em situação de conflito com a família, pela recusa à indiferença, o que acaba agravando-se para uma situação de violência intersubjetiva.

A constante vivência em situação de conflito e violência no âmbito do círculo primário dos jovens contribui na formação de um sistema de crenças e valores baseado nas tradições familiares que assimila a violência como elemento de socialização, internalizando um desprezo e um não-reconhecimento que enfraquecerá seus laços sociais em outras interações sociais. Assim, percebe-se nas relações dos jovens acolhidos a fragilidade de laços vinculantes nas suas diferentes interações vivenciadas dentro e fora do Abrigo.

A presença da violência na vida de muitos jovens é constante, seja no espaço privado ou público. No espaço privado os dados sobre a violência doméstica denunciam a gravidade do tema, embora os mesmos sejam obscuros pela omissão da sociedade. De acordo com o Serviço de Disque Denúncia da Secretaria de Direitos Humanos (SDH) da Presidência da República do Brasil, em 2015 foram registrados 162 mil relatos de violência doméstica contra crianças e adolescentes. Em publicação da Unicef, Azevedo e Guerra (1995, p. 16) caracterizam a violência doméstica contra criança e adolescente por

[...] atos e/ou omissões praticados por pais, parentes ou responsáveis em relação à criança e/ou adolescente que sendo capaz de causar à vítima dor ou dano de natureza física, sexual e/ou psicológica implica, de um lado, uma transgressão do poder/dever de proteção do adulto e, de outro, numa coisificação da infância. Isto é, numa negação do direito que crianças e adolescentes têm de ser tratados como sujeitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento.

As muitas denúncias de situações de violência doméstica transcendem a problemática vivenciada no espaço privado para o debate da opinião pública, trazendo à tona tal fenômeno social. O debate sobre o tema já resultou em avanços na legislação e nas políticas públicas voltadas aos jovens, no entanto, o aparato legal não é garantidor absoluto de direitos. As condições de implementação do acolhimento no Abrigo demonstram a incapacidade do serviço em promover novos

significados para as interações sociais de jovens. Assim como, apresenta ano após ano as dificuldades estruturais resultantes de um abandono do poder público, sensação de desprezo e não-reconhecimento pela falta de manutenção do espaço, como vimos anteriormente na sua descrição. O abandono e a negligência voltam a se reproduzir na vida do jovem como um ciclo vicioso, onde não há espaço para atribuir novos significados às relações sociais, fazendo da violência e do conflito a única possibilidade de ser menos invisível.

Desse modo, os diferentes tipos de violência têm ocupado um lugar central na trajetória de vida dos jovens, sobretudo, daqueles que têm laços vinculantes rompidos pelas múltiplas formas de violência que levam ao acolhimento institucional. Dick e Ferreira (2009, p. 21) destacam três tipos de violência como as principais:

a) violência direta, que se refere aos atos físicos que têm como resultado um prejuízo deliberado à integridade da vida humana. Pertencem a essa modalidade todas as formas de homicídios (assassinatos, chacinas, genocídio, crimes de guerra, suicídios, acidentes de trânsito e massacres civis); b) a violência indireta, que envolve tipos de ação conhecidas como coercitivas, em que o sujeito é obrigado a fazer o que se pede com pena de prejuízo pessoal; vale como exemplo o assédio moral, em muitas empresas; c) a violência simbólica, que envolve relações de poder interpessoais ou institucionais que cerceiam a livre ação, pensamento e consciência dos indivíduos.

Como podemos perceber, todos os tipos de violência atravessam a trajetória de vida dos jovens acolhidos. De acordo com o levantamento realizado no Abrigo a partir dos dados de 2017 sobre os motivos do acolhimento, percebemos que os tipos de violência se sobrepõem nas interações dos jovens nos espaços privado e público. Sendo a violência indireta a mais frequente nos motivos de acolhimento, com mais de 70% dos casos envolvendo abandono, negligência, pais dependentes químicos impossibilitados de exercer seu papel e o conflito familiar, seguido pela violência direta, com aproximadamente 30% dos casos envolvendo maus tratos e violência física. No entanto, os motivos que levam ao acolhimento são oriundos de um contexto de violência doméstica e urbana, lembrando que sempre as relações exteriores ao círculo primário, ou seja, no espaço público, reconfiguram os significados das interações. Desse modo, não há como isolar e tipificar as violências que levam ao acolhimento, é preciso compreendê-las como um fenômeno que emerge da complexa teia das relações sociais de um indivíduo que transita em diferentes espaços, no caso dos jovens acolhidos também no espaço urbano.

No Brasil, a violência urbana tem feito milhares de vítimas. As regiões metropolitanas são uns dos principais territórios de manifestação da violência, pois receberam grande demanda populacional em função do êxodo rural em regiões sem infraestrutura necessária, como saneamento básico, emprego, moradia, educação, saúde, entre outros. De acordo com Gadea (2011b, p. 11), é consenso que “as raízes da violência urbana se baseiam na rápida e desorganizada urbanização do país”. Para Silva (2004, p. 62), está em processo de consolidação na rotina das grandes cidades “uma ordem social cujo princípio de organização é o recurso universal à força”, sendo a prática de crimes comuns violentos uma das expressões atuais do desenvolvimento histórico do individualismo.

Segundo Silva (2004), a violência urbana é um mapa que apresenta aos atores um complexo de relações de fato e cursos de ação obrigatórios – expressão simbólica de uma ordem social, para todos os efeitos práticos. Mais explicitamente: a representação da violência urbana constrói um componente de obrigação normativa subjetivamente aceito que, em certas situações e sob determinadas condições, substitui cursos de ação relativos a outras referências sem, entretanto, cancelá-los. Portanto, podemos considerar a violência urbana aquela que ocorre no espaço público, onde se estabelecem relações sociais que se articulam com a ordem social, sejam elas formal ou informal, muitas vezes contraditórias, mas coexistindo.

Diante do exposto, podemos compreender a dinâmica das interações dentro do Abrigo numa analogia ao espaço urbano. O intenso movimento do Abrigo pela rotatividade de entradas e saídas de crianças e adolescentes do espaço aumenta a população acolhida significativamente em curto espaço de tempo. Segundo relato da equipe técnica o Abrigo, já aconteceu de se receber mais de 60 acolhidos ao mesmo tempo, sendo que a média de permanência fica entre 30 e 40 crianças e jovens convivendo no mesmo espaço; porém com fronteiras invisíveis que separam os mesmos por idade e sexo. Como já vimos anteriormente, a alta concentração populacional é definida como uma das causas da violência, nas palavras de Gadea (2011, p.5), “desencadeada pela evidente proximidade espacial dos habitantes”, assim como pelo perfil socioeconômico. Ao considerarmos o Abrigo um lugar de fusão entre as dimensões do privado e público, as características do espaço público se intensificam num espaço de muita proximidade espacial dos acolhidos e agravados pelo ócio prolongado pela baixa participação em círculos sociais secundários, ou seja, fora do Abrigo, que serviriam para superar as dificuldades de

integração social por meio do lazer, do trabalho, da educação, da cultura, etc. Nesse combinado de interações e significados eclode uma trama de sociabilidades que se assemelha ao espaço urbano, onde a violência deixa de ser um meio eventual de obtenção de interesses para consolidar-se como princípio organizador das relações sociais.

Assim a violência urbana no âmbito cotidiano se caracteriza

[...] por um complexo de práticas reconhecidas como ameaças à integridade física e patrimonial e, em relação às quais se constroem modelos de comportamento e experiências vividas não convencionais [...] em um complexo orgânico de práticas, não de comportamentos isolados” (SILVA, 2004, p. 61; 72).

Silva (2004) sugere que a representação da violência urbana reconhece um padrão específico de sociabilidade, chamada por ele de sociabilidade violenta, características que se aproximam das sociabilidades conflitivas identificadas no Abrigo.

Para Silva (2004), a análise sociológica da violência urbana deve incorporar a representação dos agentes e não deve ser analisada na generalização da violência. Desse modo, percebe-se a relação que a equipe técnica do Abrigo estabelece entre a violência e a rua, associando ao espaço público o perigo para os jovens, pelo envolvimento em atos de delito, pelo consumo de substâncias tóxicas e pelo envolvimento com o mundo da prostituição, marginalizando um dos espaços imprescindíveis à sociabilidade juvenil, conforme vimos em Sposito (1993). Segundo relato de uma monitora, tais representações são construídas a partir da própria fala dos jovens, que relatam suas experiências na rua, sobre passar fome e se envolver em pequenos delitos, com certa naturalidade. A mesma monitora afirma que *“[...] é complicado, eles não têm a mesma liberdade. Mas eles são privilegiados, estão fora desse mundo podre. A gente está tentando evitar o contato. Não estão nesse mundo de bebedeira e droga. Se tivessem contato, estariam nesse mundo”*. Como podemos ver, a representação sobre a rua é negativa, como lugar prejudicial ao desenvolvimento dos jovens acolhidos, o que reprime as oportunidades de sociabilidades fora do Abrigo. No entanto, para os jovens a rua tem outro significado, de liberdade, de possibilidade de convivência em comunidade, de estabelecimento de laços de amizade, como expresso pelo Baixinho quando diz que não gosta de ser “preso”, *“eu queria dar uma volta na rua, se a tia deixar [...] visitar meus amigos,*

passar na casa dos tios”, afirmando que voltaria para o Abrigo e não fugiria tantas vezes como consta na sua trajetória de acolhimento institucional, *“voltaria, é claro que voltaria! Todo mundo voltaria, todo mundo ia gostar daqui. Daí muita gente gosta daqui, mas eu queria ser mais solto”*. A divergência clara, entre jovens e monitoras sobre a rua, de significados moralizantes, contribui para uma sociabilidade interna de conflitos permeada também pela violência simbólica e institucional.

Nos dados mapeados sobre o motivo do acolhimento institucional não fica claro as formas de violência simbólica empregada contra os jovens, mas é entendido que esta se apresenta nos casos de conflito familiar e também está entrelaçada aos outros tipos de violência, direta e indireta. Embora exista referência à violência simbólica nos marcos legais sobre juventude, percebe-se que ainda não é um entendimento compartilhado e disseminado entre os trabalhadores do Abrigo. Portanto, compreendemos que a violência simbólica enquanto mecanismo de poder interpessoal e institucional caracteriza-se pela deterioração psicológica, pela agressão ao campo das representações, diminuindo o sujeito, o que muitas vezes ocorre com base numa concepção da juventude como cultura subalterna.

Entre muitos episódios que a violência simbólica se manifesta, destacamos a situação da acolhida Jéssica. Jovem, mãe de uma bebê, foi acolhida por mandato judicial por motivo de negligência na ocasião da audiência concentrada dos processos de acolhimento institucional no município. No entanto, a jovem relata que chegou até a audiência acompanhada do conselho tutelar, que informou à mesma que seria tratada a situação da pensão de sua filha. Para a surpresa da jovem, o objetivo da audiência era outro, o seu acolhimento e o da filha. O fato não foi discutido em audiência, pois a jovem não revelou sua surpresa na ocasião por medo, fazendo-o somente ao chegar no Abrigo. O episódio de Jéssica remete a uma sequência de violências que afeta a vida dos jovens acolhidos, a começar nas interações no núcleo familiar, mas reproduzido nas interações secundárias até mesmo nas situações em que a premissa é a garantia de direitos. Demonstra também a falta de compreensão dos atores envolvidos na rede de proteção sobre os diferentes tipos de violência e o seu impacto na vida dos jovens, desconsiderando seus desejos e necessidades, reafirmando, muitas vezes, um estigma social e mantendo características típicas das instituições totais.

5.3 Do Conflito ao Estigma Social

Entre as muitas situações de conflitos dentro do Abrigo, algumas resultam de episódios provocados pelos estigmas criados e reproduzidos dentro dos próprios muros. Logo, nas primeiras inserções em campo, as monitoras alertaram para o cuidado com o celular, insinuando que os jovens poderiam roubá-lo. Outro episódio, que reproduz o estigma da marginalidade, ocorreu pelo fato de um dos jovens ter quebrado um vidro no Abrigo, em que uma das trabalhadoras acendeu um discurso moralizante dizendo que os mesmos “*são marginais e deveriam estar na FASE*” – Fundação de Amparo e Atendimento Socioeducativo do Rio Grande do Sul¹ [Trecho extraído do diário de campo]. Episódios de marginalização se repetem, outra situação recorrente é a suspeita por parte das monitoras e entre os próprios jovens de pequenos roubos dentro do Abrigo, como por exemplo das doações que chegam e passam pela triagem. A desconfiança faz com que as monitoras revistem diariamente as mochilas dos acolhidos ao saírem para a escola, deixando evidente o estigma da marginalização.

As acusações de vandalismo e roubo definem um atributo de marginalização dos jovens, mantendo-os numa situação subalterna pela não confiança, o que se reproduz nas interações entre os próprios jovens quando participam de um jogo ou brincadeira, onde acusam a todo momento o outro de rouba, trapaça, mentira, entre outros adjetivos que reforçam a marginalização por meio do conflito. Durante a observação participante, um dos recursos utilizados para a aproximação com os jovens foi convidá-los para jogar o “jogo da vida”. O jogo de tabuleiro apresenta situações da vida cotidiana voltadas ao sucesso econômico, portanto com situações de ascensão social pelo dinheiro ou falência. A experiência do jogo, vivenciada seis vezes, com grupos diversificados e em diferentes momentos, reafirmou a assimilação por parte dos jovens do estigma da marginalização. Em muitas situações, os jovens se acusavam entre si, de roubo e trapaça, chegando a inviabilizar a continuidade da brincadeira, diante do conflito estabelecido com base nos estigmas.

¹ A FASE é responsável pela administração da execução das medidas socioeducativas de internação e semiliberdade aplicadas pelos juizados regionais da infância e juventude a adolescentes que cometeram atos infracionais, conforme o ECA. Consulta realizada no site <<http://www.sdstjdh.rs.gov.br/fundacao-de-atendimento-socioeducativo-fase>> no dia 10 de março de 2018.

Esses atributos de marginalização associados aos jovens acolhidos são indicados por Goffman (1978) como padrões de categorização para as pessoas, estabelecidos pela sociedade: as pessoas que não atendem ao padrão estão fora de determinados círculos sociais e muitas vezes são marcadas por sua “anormalidade”, ou seja, pelo seu estigma. O termo estigma, portanto, é usado em referência a um atributo profundamente depreciativo, mas o que é preciso, na realidade, é uma linguagem de relações e não de atributos. Um atributo que estigmatiza alguém pode confirmar a normalidade de outrem, portanto ele não é, em si mesmo, nem horroroso nem desonroso (GOFFMAN, 1978).

Os estigmas podem ser identificados nas interações sociais polarizadas pelas relações de poder, onde o uso da força determina os atributos considerados normais e coloca o incomum na categoria que deve ser evitada, aquela que ameaça a sociedade, portanto uma identidade deteriorada, desprovida de capacidades, conforme vimos nos episódios entre trabalhadoras do Abrigo e jovens. Para Goffman (1978), a discrepância entre identidade social virtual (representação subjacente do outro) e a identidade social real (atributos que o sujeito prova ter) constitui o estigma, afastando “[...] o indivíduo da sociedade e de si mesmo de tal modo que ele acaba por ser uma pessoa desacreditada frente a um mundo não receptivo” (GOFFMAN, 1978, p. 20).

Além do estigma da marginalização, o abandono também parece se constituir como estigma entre os jovens, atributo profundamente depreciativo para os mesmos, que se manifesta nas suas diferentes interações. Dentro do Abrigo, o abandono é reforçado nos casos de jovens que não recebem a visita da família, por motivos de ordem judicial ou pelo fato da família não se interessar na busca por eles. Tal fato caracteriza uma “anormalidade” que se configura numa linguagem violenta entre os jovens ao usarem esse elemento para diminuir o outro. O atributo do abandono é tão depreciativo que pode aniquilar com a vontade do jovem de viver, como observado no episódio do jovem Benhur. Negro, com 14 anos, sendo mais de cinco vividos no Abrigo, com atraso escolar e uma trajetória de reincidência de abandonos, buscou na tentativa de suicídio pela terceira vez encerrar a sua própria trajetória de “loucura”. Benhur atribuiu a essa pesquisa um objetivo, para ele muito claro, “*estudar a vida dos loucos*”, representação que ele atribui a todos que passam pelo acolhimento institucional, afirmando que “*se não são loucos, vão ficar!*”. Embora Benhur não tenha diagnóstico de loucura ou mesmo alguma doença mental, ele

adota para si esse comportamento, que fez questão de manifestar ao longo da entrevista assumindo posições corporais inusitadas, como falar de cabeça para baixo. Desse modo, o atributo do abandono parece constituir um estigma de “indesejado”, que é reproduzido em diferentes ocasiões, como, por exemplo, no episódio em que o jovem Rafael entrou em crise de choro. Quando questionado o motivo ao Rafael, o mesmo afirmou que não entendia por que ninguém queria ficar com ele, por que sua família o desprezava e ninguém desejava cuidá-lo. A assimilação do estigma de “indesejado” também é reafirmada pelas trabalhadoras do Abrigo, como foi constatado em episódios onde as mesmas expressam aos jovens a sua condição de abandono em situações de conflito, como no episódio em que uma das coordenadoras, ao discutir com o jovem James, acolhido há mais de 9 anos, revidou-o, lembrando que não adiantava procurar pela sua família, afinal ninguém queria cuidá-lo. Desse modo, o estigma de indesejado parece ser constituído pela interação entre os próprios jovens acolhidos e reforçados na interação com as monitoras, que por vezes, utilizam desse estigma para impor suas vontades em situações de conflito.

Desse modo, o estigma não é somente uma marca aparente visualmente, que coloca o indivíduo no lugar de desacreditado, mas também pode ser uma marca subjetiva, tornando o indivíduo desacreditável, conforme Goffman, que chama a atenção para sua característica sociológica

[...] um indivíduo que poderia ter sido facilmente recebido na relação social cotidiana possui um traço que pode-se impor a atenção e afastar aqueles que ele encontra, destruindo a possibilidade de atenção para outros atributos seus. Ele possui um estigma, uma característica diferente da que havíamos previsto. Nós e os que não se afastam negativamente das expectativas particulares em questão serão por mim chamados de normais (GOFFMAN, 1978, p. 7 e 8).

O episódio de Benhur indica a incorporação de padrões estabelecidos pela sociedade, em que a loucura deve ser isolada em instituições marcadas pelo fechamento, característica que se assemelha ao Abrigo, que se fecha em si mesmo na busca de proteção para os jovens, o que pode levar os mesmos a concordarem que não correspondem às expectativas de determinada categoria, conforme Goffman (1978, p. 10) acentua sobre o sentimento de inferioridade pela vergonha “[...] quando um indivíduo percebe que um de seus próprios atributos é impuro e pode imaginar-se como um não-portador dele”.

O conceito de estigma de Goffman (1978) ajuda a compreender a forma de sociabilidade dos jovens acolhidos na interação com outros grupos de jovens. Dadas as oportunidades de interação, os jovens acolhidos acabam por assumir o estigma de indesejados, privando-se de estabelecer uma relação ou assumindo o estigma da marginalidade, usando de uma linguagem violenta e até mesmo do uso da força na relação. Tais episódios são comuns nas interações vivenciadas na escola, principal lugar de sociabilidades dos jovens acolhidos, onde a vigia das monitoras é substituída pela professora. Na escola, a maioria dos jovens estabelece poucas interações com outros jovens, mantendo os vínculos mais estreitos e próximos com os jovens também acolhidos que frequentam a mesma escola. Quando questionados sobre seus amigos na escola e de quem sentam próximo, a maioria se referiu aos companheiros do Abrigo. Assim como em entrevista com a atendente do Abrigo, responsável pelas relações com a escola, essa manifestou que há diversas situações de conflito em que os jovens do Abrigo estão envolvidos, precisando muitas vezes da sua intervenção. Além do mais, também há casos eventuais de jovens que se negam de frequentar a escola, como o caso do Pequeno DLS, que diz não ter se adaptado à escola, que é um lugar chato.

A situação econômica dos jovens em acolhimento também é um fator que influencia a sua relação com outros jovens fora do Abrigo, sem recursos para participar de atividades de lazer, tais como cinema e teatro, o jovem acolhido acaba impedido de vivenciar essas experiências no mundo da escola, que ajuda a invisibilizar a sua presença, já que, enquanto seus colegas da escola participam das atividades pagas, os jovens acolhidos são orientados em atividades diferenciadas ou acabam não frequentando a escola nestas ocasiões.

Para Goffman (1978), o estigmatizado e os normais se encontram em “contatos mistos”, na interação direta entre ambos, situação que pode provocar insegurança e/ou agressividade diante do outro. Assim como uma reação a determinada situação de contato misto poderá tornar invisível o estigmatizado, agindo “[...] como se ele fosse uma ‘não-pessoa’ e não existisse, para nós, como um indivíduo digno de atenção ritual” (GOFFMAN, 1978, p. 19).

Mas a invisibilidade não é produzida somente nas relações fora do Abrigo, dentro do mesmo ela também ocorre. Pequenos episódios recorrentes demonstram isso, como o esquecimento de alguém para o momento da refeição, lembrando que as monitoras controlam os grupos nesse momento; o esquecimento de atividades

agendadas; a negativa de diagnósticos para novos encaminhamentos para tratamento de saúde mental por parte da rede; na coletivização das atividades, “*onde um vai, todos vão*” [Trecho extraído do diário de campo]. Mas, sobretudo, a invisibilidade se instala na não permissão ao jovem de explicar situações, desconsiderando sua versão dos fatos e seus significados atribuídos na maioria das situações de conflito.

A invisibilidade do estigmatizado configura-se desse modo num ato de desrespeito, podendo ser uma das causas da violência, considerando que essa também “emerge quando o outro recusa-se a reconhecer naquele que tem diante de si alguém que sustenta uma posição através de sua fala. A partir daí se não se instala o diálogo, não há possibilidade do sujeito ser reconhecido como tal; aí a violência sobrevém” (MERHI, 2007, p. 54). Desse modo, a violência passa a ser a única forma de buscar reconhecimento, seja na família ou na comunidade, tornando-se assim fenômeno presente na vida da maioria dos jovens, seja na posição de infratores, vítimas ou testemunhas.

Assim, presume-se que uma trajetória de vida marcada por situações de violência está relacionada com uma baixa inserção do indivíduo em círculos sociais, onde seus conteúdos de interação social estão baseados no uso da força, seja física ou simbólica, e suas formas ocorrem com base em relações de poder e desrespeito em diferentes espaços de sociabilidades, transitando com este modelo entre o privado e o público. Desse modo, como observamos, o estigma entre os jovens acolhidos ocorre dentro dos muros do Abrigo, nas suas interações entre pares e com as trabalhadoras, onde os atributos da marginalização e do indesejável são assimilados pelos jovens, reduzindo assim, a sua capacidade de estabelecer interações fora do Abrigo, bem como confirmando o conflito como forma de sociabilidade.

Portanto, o conceito de estigma social é fundamental para compreender as relações sociais marcadas por sociabilidades conflitivas, pois ao ter as suas propriedades e capacidades afetadas de forma negativa o indivíduo não se coloca em condição de estruturar laços vinculantes numa diversidade de círculos sociais, e neste lugar de indignidade em que é colocado, estará vulnerável a todos os tipos de violência.

5.4 Do Conflito ao Não Reconhecimento

Honneth (2009), filósofo e sociólogo alemão, pensador da Teoria Crítica e autor da *teoria do reconhecimento*, faz uma profunda reflexão sobre a importância do reconhecimento intersubjetivo para os processos identitários a partir da centralidade do conflito social, que segundo o mesmo é a base das interações sociais, sendo a sua gramática a luta por reconhecimento.

Para o mesmo autor as experiências de desrespeito social são causas de conflitos, assim afirma que os processos de mudança social devem ser explicados a partir de ações que buscam restabelecer o reconhecimento mútuo, resumindo que as lutas por reconhecimento podem ser vistas como força moral impulsionadora de desenvolvimentos sociais (HONNETH, 2009). Desse modo, essa categoria analítica será aplicada nesse estudo com o propósito de compreender os conteúdos das sociabilidades dos jovens acolhidos que nascem do conflito numa luta por reconhecimento.

Para Honneth (2009) o ponto de partida da teoria do reconhecimento está na visão do filósofo George Mead, de que a

[...] reprodução da vida social se efetua sob o imperativo de um reconhecimento recíproco porque os sujeitos só podem chegar a uma autorrelação prática quando aprendem a se conceber, da perspectiva normativa de seus parceiros de interação (HONNETH, 2009, p.155).

Assim como Simmel (1977), para Honneth (2009) o processo de individuação ocorre quanto mais interações o indivíduo estabelecer com diferentes círculos sociais, ampliando simultaneamente as relações de reconhecimento mútuo. O autor também busca em Mead uma hipótese sobre o desenvolvimento da autonomia subjetiva do indivíduo, que se intensifica segundo “[...] o grau de relação positiva da pessoa consigo mesma [...] passo a passo na sequência das três formas de reconhecimento” (HONNETH, 2009, p. 158). Desse modo, a teoria do reconhecimento nos ajuda a compreender em que medida as experiências vivenciadas pelos jovens no acolhimento institucional contribuem para uma relação positiva do jovem sobre si mesmo diante de sociabilidades conflitivas.

Portanto, discorreremos sobre a tipologia fenomenológica desenvolvida por Honneth (2009) para descrever os padrões de reconhecimento mútuo das interações

sociais a partir dos significados atribuídos pelos jovens acolhidos sobre o reconhecimento pelo amor, pelo jurídico e pela solidariedade.

O primeiro reconhecimento descrito por Honneth (2009) é relativo a fase primitiva do desenvolvimento humano, a infância, sendo o reconhecimento no amor. O autor define o conceito de amor: “por relações amorosas devem ser entendidas aqui todas as relações primárias, na medida em que elas consistam em ligações emotivas fortes entre dois parceiros, de amizades e de relações pai/filho” (HONNETH, 2009, p. 159). O reconhecimento no amor implica na formação da subjetividade, partindo da perspectiva do conflito “a privação da dedicação materna leva a graves distúrbios no comportamento do bebê mesmo quando, malgrado isso, a satisfação de todas as suas carências corporais está assegurada”, conforme prescrições da psicanálise citadas por Honneth (2009), a partir dos estudos de René Spitz (HONNETH, 2009, p.161). Portanto, mesmo que uma criança tenha todas as condições físicas asseguradas na estrutura de um serviço de acolhimento institucional, ela estará privada do reconhecimento no amor que é constituído no vínculo materno, no âmbito do espaço privado, ou seja, da casa. Tal reconhecimento é restrito na trajetória de jovens acolhidos pela sua longa permanência no acolhimento institucional, havendo casos em que a maior parte de suas vidas aconteceu nesse lugar, assim como suas trajetórias são acompanhadas de sinais de abandono e negligência desde a infância, como podemos ver no episódio sobre o Baixinho.

Para Baixinho, a interação violenta com a mãe foi o principal motivo do acolhimento há mais de quatro anos, quando por denúncias de pessoas da comunidade por agressão e maus tratos por parte da genitora, “*tomei uma surra da minha mãe e vim parar aqui*”, conforme relatou durante a entrevista. A surra que levou Baixinho para o Abrigo não foi a primeira na sua relação com a mãe, com uma infância marcada pelo cativo, permanecendo dias trancado no quarto e recebendo ajuda de uma vizinha para se alimentar. Baixinho mantém até hoje uma interação violenta com a própria genitora, que ao procurá-lo faz promessas e depois volta a tratá-lo com desprezo, rompendo com qualquer possibilidade de relação baseada na confiança, ou seja, no reconhecimento pelo amor.

Honneth (2009) também busca na teoria do reconhecimento de Hegel a base do seu pensamento, para esse filósofo o amor representará

[...] a primeira etapa de reconhecimento recíproco, porque em sua efetivação os sujeitos se confirmam mutuamente na natureza concreta de suas carências, reconhecendo-se assim como seres carentes: na experiência recíproca da dedicação amorosa, dois sujeitos se sabem unidos no fato de serem dependentes, em seu estado carencial, do respectivo outro (HONNETH, 2009, p. 160).

Sobre essa relação de dependência afetiva, Honneth (2009) cita a teoria psicanalítica das relações de objeto para ilustrar como o reconhecimento pelo amor na primeira infância é fundamental para o desenvolvimento da autoconfiança. O mesmo autor, ao apresentar o psicanalista Donald Winnicot, destaca a sua concepção sobre o amadurecimento infantil a partir da cooperação intersubjetiva de mãe e filho, que numa relação ativa vivem o estado de “ser-um simbiótico”, devendo assim aprender a diferenciar-se do outro para constituição de seres autônomos por meio da individuação. Então, o aspecto da relação afetiva com outras pessoas é considerado o segundo componente do processo de amadurecimento após a organização das pulsões libidinosas na fase da infância (HONNETH, 2009).

Assim, é determinante pela teoria das relações de objeto que a autoconfiança constituída na relação do bebê com a mãe durante as fases de amadurecimento² constitui a estrutura psíquica para relações futuras baseadas na confiança. Sobre esse aspecto, Honneth (2009, p. 177) destaca

[...] Hegel fez bem em supor nele o cerne estrutural de toda eticidade: só aquela ligação simbioticamente alimentada, que surge da delimitação reciprocamente querida, cria a medida de autoconfiança individual, que é a base indispensável para a participação autônoma na vida pública.

A partir desta autoconfiança constituída no reconhecimento pelo amor que o sujeito se lançará no cruzamento de múltiplos círculos sociais. No entanto, as trajetórias dos jovens acolhidos são marcadas pela fragilidade na interação com a mãe, sendo o amor negligenciado ao longo desta fase considerada de pleno desenvolvimento do sujeito. E como já vimos, não há um reconhecimento por parte dos jovens de uma relação de afeto que se assemelhe ao amor constituído no vínculo materno. Portanto, não há reconhecimento por parte dos jovens que permita ressignificar o amor numa interação mediada pelo acolhimento institucional, desse modo, elimina-se a possibilidade de reciprocidade baseada na confiança.

² Winnicot define as fases de amadurecimento da criança em dois estágios, o primeiro de absoluta dependência e o segundo de dependência relativa, conforme citado por Honneth (2009, p. 167-168).

Para Honneth (2009, p. 213), “[...] a integridade do ser humano se deve de maneira subterrânea a padrões de assentimento ou reconhecimento”, quando recusado, o sujeito é ferido numa compreensão positiva de si mesmo, caracterizando um comportamento lesivo de ofensa e “desrespeito” que torna vulnerável o outro, “[...] vista que a autoimagem normativa de cada ser humano, de seu ‘Me’, como disse Mead, depende da possibilidade de um resseguro constante no outro, vai de par com a experiência de desrespeito o perigo de uma lesão, capaz de desmoronar a identidade da pessoa inteira” (HONNETH, 2009, p. 214).

Portanto, quando o reconhecimento no amor é ferido pelos maus-tratos físicos, incluindo a negligência e o abandono, o indivíduo perde a capacidade de coordenação autônoma do próprio corpo, colocando-o numa espécie de rebaixamento moral que rompe com a confiança em si mesmo e no mundo, o que Honneth (2009, p. 215) atribui a “[...] um colapso dramático da confiança na fidedignidade do mundo social e, com isso, na própria autossegurança”. A falta de confiança manifestada pelos jovens acolhidos é o indicador do não reconhecimento pelo amor. Nas entrevistas, ao serem questionados quem no momento seria a pessoa em que mais confiavam, encontraram dificuldade de responder, sendo que a maioria manifestou não confiar em ninguém, apenas em si mesmo, seguido da confiança pelos irmãos também em situação de acolhimento. A genitora não foi referida em nenhuma ocasião.

Desta forma, trajetórias de vidas marcadas pelos maus-tratos no espaço privado atribuem ao indivíduo uma espécie de vergonha social, de desconfiança e insegurança em si mesmo, influenciando no processo de autorrealização pessoal que dá sentido à vida, mantendo o conflito como base das suas interações.

O segundo tipo de reconhecimento apresentado por Honneth (2009, p. 179) caracteriza-se na garantia dos direitos individuais assegurados pelo Estado, constituindo assim o autorrespeito, tipificado como reconhecimento jurídico, sendo que este “[...] não estabelecerá ligações emotivas entre as pessoas, estando submetida à esfera cognitiva da identidade”.

A partir do pensamento de Hegel e Mead, Honneth (2009) destaca que o reconhecimento jurídico ocorre quando o sujeito distingue o seu dever no reconhecimento do direito do outro como membro de uma coletividade, é nessa relação de reciprocidade de direitos que o sujeito se sentirá seguro do cumprimento social de algumas de suas pretensões, conquistando assim o autorrespeito.

Para Honneth (2009), o reconhecimento jurídico só pode se constituir a partir de uma evolução histórica do sistema jurídico, considerando a atual expressão de interesses universalizáveis de todos os membros de uma sociedade, sem distinções ou privilégios. Assim, atribui-se ao reconhecimento jurídico uma nova forma de reciprocidade, onde, ao obedecer às mesmas leis, “[...] os sujeitos de direito se reconhecem reciprocamente como pessoas capazes de decidir com autonomia individual sobre normas morais” (HONNETH, 2009, p. 182). No entanto, a discricionariedade da política pública acaba confundindo sujeitos em pleno desenvolvimento com disciplinamento, sendo um exemplo o bloqueio da capacidade dos jovens de decidirem sobre normas básicas de convivência. Tal aspecto fica evidente quando os jovens relatam não entenderem o motivo de tantas regras internas no Abrigo, não sabendo nem ao menos referir todas, bem como informam desconhecer detalhes de seus processos jurídicos relativos ao acolhimento institucional, embora haja um esforço da equipe técnica para mantê-los informados. O sistema de normas e regras definido exclusivamente pelas trabalhadoras do Abrigo, limita a capacidade do jovem de distinguir o seu dever no reconhecimento do direito do outro como membro de uma coletividade, o que impede de estabelecer uma interação pelo reconhecimento, mantendo o conflito como a forma de interação.

Honneth (2009) chama a atenção para a distinção entre reconhecimento jurídico e estima social, sabendo que em ambos os casos o sujeito é respeitado em virtude de determinadas propriedades, sendo na perspectiva do reconhecimento jurídico a propriedade universal que faz dele uma pessoa; e na estima social

[...] pelo contrário, trata-se das propriedades particulares que o caracterizam, diferentemente de outras pessoas. O nexó assim afirmado já dá a conhecer que aquelas capacidades pelas quais os membros de uma sociedade se reconhecem mutuamente podem se modificar se eles não respeitam uns aos outros como pessoas de direito. (HONNETH, 2009, p. 188).

Desse modo, o autor assegura que o reconhecimento mútuo de uma pessoa de direito significa ser respeitada na sua capacidade de orientar-se por normas morais e na propriedade de merecer o nível de vida necessário para isso. Quando consideramos as interações no Abrigo, percebe-se como há uma limitação da experiência do reconhecimento jurídico, no sentido que Honneth entende, pela capacidade de o sujeito decidir com autonomia individual sobre normas morais. Desta maneira, a limitação ao reconhecimento jurídico ocorre “fora” do Abrigo, nas

interações com outros atores e instituições, como por exemplo o não reconhecimento por parte dos jovens dos atores da rede de proteção, sendo que a rede tem o papel de atuar na garantia dos direitos dos próprios jovens, mas esses não sabem expressar o papel do conselho tutelar, do CAPS, do juizado, entre outros. Lembrando, também, que os jovens não participam das audiências que tratam dos seus processos de acolhimento. Tal situação negativa de reciprocidade restringe a constituição do autorrespeito entre os jovens acolhidos, enfraquecendo vínculos sociais de cidadania que ocorrem pela capacidade de participação no espaço público.

Para Honneth (2009), o desrespeito gerado pela privação de direitos caracteriza-se pela negação da posse de determinados direitos no interior de uma sociedade, o que podemos perceber na própria evolução histórica da legislação em defesa dos direitos da criança e do adolescente, antes concebida pela negação dos mesmos como sujeitos de direitos e hoje em constante processo de debate e revisão na perspectiva da garantia de direitos individuais. No entanto, um marco legal instituído não é garantidor em absoluto de um reconhecimento jurídico, o que pode levar os jovens acolhidos, cujos direitos foram feridos ao longo de suas trajetórias de vida, a procurarem a referência do autorrespeito em outras formas de interação social, tais como a reciprocidade entre seus pares no espaço público da rua, explicando assim os episódios de fuga. Desse modo, a rua representa o espaço onde é possível constituir um sistema de normas morais próprias, já que Honneth (2009, p. 210) afirma que, mesmo em experiências partilhadas de “grandes fardos e privações, origina-se num ápice uma nova estrutura de valores que permite mutuamente aos sujeitos estimar o outro por realizações e capacidades que antes não tiveram importância social”.

Por isso, sob as condições das sociedades modernas, a solidariedade está ligada ao pressuposto de relações sociais de estima simétrica entre sujeitos individualizados (e autônomos); estimar-se simetricamente nesse sentido significa considerar-se reciprocamente à luz de valores que fazem as capacidades e as propriedades do respectivo outro aparecer como significativas para a prática comum. Relações dessa espécie podem se chamar ‘solidárias’ porque elas não despertam somente a tolerância para com a particularidade individual da outra pessoa, mas também o interesse afetivo por essa particularidade: só na medida em que eu cuido ativamente de que suas propriedades, estranhas a mim, possam se desdobrar, os objetivos que nos são comuns passam a ser realizáveis. [...] ‘simétrico’ significa que todo sujeito recebe a chance, sem graduações coletivas, de experienciar a si mesmo, em suas próprias realizações e capacidades, como valioso para a sociedade (HONNETH, 2009, p. 210 e 211).

Considerando a afirmação de Honneth (2009) de que todo ser humano também necessita de estima social, a partir das obras de Mead e Hegel o mesmo vai definir o reconhecimento pela solidariedade. A estima social dependerá dos valores mutuamente partilhados entre os sujeitos e do significado atribuído às propriedades particulares que caracterizam os mesmos em suas diferenças, assim como nos grupos. O autor destaca que a estima social pode levar a luta entre grupos sociais para elevação das capacidades associadas à sua forma de vida, configurando-se um quadro de orientação simbolicamente articulado, aberto e poroso, onde os valores e objetivos éticos são formulados, constituindo a autocompreensão cultural de uma sociedade (HONNETH, 2009).

Para Honneth (2009, p. 200), “quanto mais as concepções dos objetivos éticos se abrem a diversos valores e quanto mais a ordenação hierárquica cede a uma concorrência horizontal, tanto mais a estima social assumirá um traço individualizante e criará relações simétricas”. Logo, a estima pode ser medida de acordo com a “reputação ou prestígio” do sujeito ou do grupo na sociedade quanto às suas realizações e capacidades. No entanto, não há um sistema referencial universal para conferir a medida de tais valores e capacidades, o que gera uma luta pelo reconhecimento.

A luta para elevar os valores e capacidades associados a determinado grupo social ocorre por meio de força simbólica e pelo clima das atenções públicas. Honneth (2009, p. 207-208) destaca a relevância dos grupos sociais no debate de propriedades e capacidades negligenciadas junto a esfera pública a fim de “[...] elevar na sociedade o valor social, ou, mais precisamente, a reputação dos seus membros”. Nesta perspectiva, as ONGs dedicadas à luta pela garantia dos direitos das crianças e dos jovens ganharam espaço na opinião pública no debate sobre a convivência familiar comunitária, bem como sobre o lugar do acolhimento institucional entre os dispositivos legais de proteção social.

Embora as diretrizes de organismos internacionais e os avanços da legislação brasileira sobre direitos humanos traga à tona a concepção do jovem como sujeito de direitos, buscando promover espaço de participação aos mesmos, no caso do acolhimento institucional em Sapucaia do Sul ainda é possível perceber uma matriz de entendimento sobre a juventude como problema e ameaça social, conforme descrito na tipologia organizada por Nídia Maria de Ávila Furiati (2010) apresentada anteriormente. Para considerarmos o reconhecimento pela solidariedade com base

na estima social dos jovens acolhidos seria necessário identificar formas de sociabilidades permeadas pelo reconhecimento mútuo, aspecto ausente pela perspectiva do não reconhecimento por parte dos jovens diante daqueles que atuam na rede mais direta de interações no acolhimento institucional. Assim como já vimos em muitos exemplos das interações dos jovens com a rede de proteção, identificamos que esta última adota uma abordagem que compreende uma juventude modelada pela estrutura social e, portanto, busca normalizar suas condutas desviantes, mantendo um controle social e moral que limita a ação dos jovens em romper com *status quo* do próprio acolhimento institucional, reduzindo suas possibilidades de uma interação permeada pela estima social.

Além da luta pelo reconhecimento na solidariedade relativa ao grupo em si, neste caso, os jovens acolhidos, é importante dimensionar tal reflexão para o micro, na relação do indivíduo na sociedade. Desse modo, o processo de individualização crescente na contemporaneidade modificou a relação prática do reconhecimento na solidariedade pela estima social, deixando de atribuir a um grupo inteiro o respeito por realizações, dirigindo assim este reconhecimento ao indivíduo, conforme Honneth (2009, p. 210)

Nesse sentido, sob essas novas condições, vai de par com a experiência da estima social uma confiança emotiva na apresentação de realizações ou na posse de capacidades que são reconhecidas como 'valiosas' pelos demais membros da sociedade; com todo o sentido, nós podemos chamar essa espécie de autorrelação prática, para a qual predominam na língua corrente a expressão 'sentimento do próprio valor', de 'autoestima'.

Em entrevista com a equipe técnica do Abrigo, um dos pontos que elas indicam ter mais dificuldades é a valorização da individualidade dos jovens, dado o fluxo intenso de entradas e saídas que modifica constantemente as relações, dando assim mais ênfase às práticas coletivas, que organizam os acolhidos em grupo para o melhor controle. Essa dinâmica organizacional reduz as possibilidades individuais de um reconhecimento mútuo com base no respeito por realizações ou de capacidades. Da mesma maneira ocorre nas interações dos jovens fora do Abrigo, onde suas sociabilidades são mediadas pelos adultos responsáveis, sejam as trabalhadoras do Abrigo, seja a professora na escola ou o acompanhante na igreja, sempre em situações coletivas que restringem o jovem de apresentar as suas capacidades para outros grupos e/ou indivíduos. Desse modo, a construção da estima social também ocorrerá por meio do conflito, pois esse se apresenta como a

principal forma de demonstrar suas capacidades e realizações numa luta por reconhecimento pela solidariedade.

Os episódios de fuga podem exemplificar essa luta por reconhecimento na solidariedade, lembremos o caso de Vanessa, que viu na fuga uma possibilidade de ter suas capacidades reconhecidas, já que dentro do Abrigo não estava encontrando espaço para suas realizações individuais. O *status* atribuído à pessoa pela sua estima social é concedido pela sua maneira de autorrealização, no entanto, Honneth (2009) chama a atenção para a possibilidade de configuração de uma hierarquia social de valores onde poderá degradar, depreciar ou ofender o modo de vida do outro, ou seja, uma forma de desrespeito ao considerá-lo de menor valor, “[...] assim ela tira dos sujeitos atingidos toda a possibilidade de atribuir um valor social às suas próprias capacidades”, gerando uma luta por reconhecimento (HONNETH, 2009, p. 217). Esta degradação de padrões de autorrealização coloca o sujeito num lugar de incapacidade para conduzir a sua vida, pois aniquila com a possibilidade de atribuição de valor social às suas capacidades, gerando a perda da autoestima pessoal. “Portanto, o que aqui é subtraído da pessoa pelo desrespeito em termos de reconhecimento é o assentimento social a uma forma de autorrealização que ela encontrou arduamente no encorajamento baseado em solidariedades de grupos” (HONNETH, 2009, p. 217-218). Considerando o contexto dos jovens em SAI, esta pode ser uma constante em suas trajetórias, dado o fato de ser necessária a intervenção do Estado na condução direta de suas vidas. Assim como, são restritos os lugares onde suas capacidades são valorizadas ao ponto de promoverem a autoestima do indivíduo ou mesmo do grupo.

Diante do exposto sobre a tipologia da teoria do reconhecimento e as associações realizadas pelas trajetórias dos jovens acolhidos, fica claro que o Abrigo não se constitui como espaço capaz de promover uma ressignificação das interações sociais baseadas no conflito, causado pelo próprio não reconhecimento dos jovens, consequência de uma trajetória de experiências de desrespeito social. O reconhecimento pelo amor como relação primária fundamental para o desenvolvimento subjetivo da autoconfiança estabelece o primeiro limite para a autorrealização do jovem, refletindo em interações sociais baseadas na desconfiança e, portanto, conflitivas, tornando assim as demais lutas por reconhecimento mais densas.

O fato de o jovem não reconhecer na mãe o afeto, não reconhecer nos atores da rede a proteção legal e não ter oportunidades de mostrar suas capacidades em espaços fora do Abrigo restringe as possibilidades de autonomia, entendida na perspectiva de George Mead como o grau de relação positiva da pessoa consigo mesma.

6 SOCIABILIDADES E REDES

Baechler (1995), ao apresentar as diferentes abordagens para o conceito de sociabilidade, busca por uma definição para diferenciá-la de outros conceitos. Nas palavras do autor, sociabilidade é

[...] a capacidade humana de estabelecer *redes*, através das quais as unidades de atividades, individuais ou coletivas, fazem circular as informações que exprimem seus interesses, gostos, paixões opiniões...: vizinhos, públicos, salões, círculos, cortes reais, mercados, classes sociais, civilizações... (BAECHLER, 1995, p. 65).

Assim como em Simmel (2006) podemos observar que a sociabilidade é impulsionadora do indivíduo na formação de redes, possíveis de se constituir pela interação em diferentes círculos sociais. Para Baechler (1995), os objetos sociológicos possíveis de análise da sociabilidade ou da Teoria das Redes, passam pela identificação dos atores em interação e/ou dos espaços sociais que interagem, “[...] onde se encontram, por opção, atores sociais que têm prazer e interesse em ser sociáveis uns com os outros” (BAECHLER, 1995, p. 78). O mesmo autor também indica como fecunda a perspectiva de focalizar a análise sobre as redes a partir de grupos, e não de indivíduos, enquanto objeto sociológico, buscando definir “[...] não apenas quais as associações que, numa determinada área, desenvolvem relações entre si, mas sobretudo quais dos seus membros pertencem a várias dentre elas e asseguram a continuidade e a realidade da rede” (BAECHLER, 1995, p. 78). Diante desta perspectiva, que, de algum modo, se aproxima da etnografia, é possível buscar nos espaços sociais em que os jovens acolhidos circulam fora do Abrigo, durante a experiência do acolhimento institucional, a compreensão dos benefícios gerados pela rede de círculos sociais que interagem.

6.1 Sociabilidades “fora” do Abrigo

Retomando os ensinamentos de Simmel (2006), as redes sociais são o conjunto de interações dos indivíduos, que em razão de seus interesses se associam em diferentes círculos sociais. Tudo isso supõe uma grande variedade de grupos, nos quais o indivíduo pode associar-se sem deixar de pertencer a outro. A união de associações coloca o indivíduo numa pluralidade de círculos, ou seja, coloca-o numa rede social. Para Simmel (1997), os grupos a que pertence o

indivíduo formam como um sistema de coordenadas, de tal maneira que cada novo grupo determina o indivíduo de um modo mais exato e inequívoco. O pertencimento a cada grupo amplia o campo da individualidade. Quanto maior seja o número de grupos, menos probabilidade de outras pessoas com a mesma combinação de grupos, sendo que estes círculos numerosos retornam a cruzar-se em um ponto.

Os círculos sociais em que os jovens do Abrigo interagem fora desse espaço estão ligados, na sua maioria, ao próprio serviço de acolhimento institucional, muito vinculados à premissa de garantia do direito à convivência comunitária e aos serviços oferecidos pela rede de proteção, promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente. Desta maneira, as interações no mundo “fora” do Abrigo são também coletivas, ou seja, organizadas de maneira que o grupo de acolhidos participe. Sendo assim, a única interação estabelecida no plano individual é aquela ligada à família de origem, quando existe essa possibilidade.

No entanto, três dos jovens que permaneceram no Abrigo no ano de 2017 têm o pátrio poder destituído, ou seja, foi definido judicialmente que não há mais possibilidades de vínculos com a família de origem. Da mesma maneira, muitos dos jovens, em acolhimento no Abrigo há mais de dois anos, possuem vínculos muito frágeis, chegando a ficar meses sem nenhum contato com a família de origem. O distanciamento e a destituição legal dos vínculos acabam desintegrando os laços a tal ponto que os próprios jovens não desejam mais retornar à família. Embora a família de origem seja considerada por Simmel (1977) como o círculo primário de interação de um indivíduo, observamos na experiência do acolhimento institucional que essa relação também pode ser alterada pela desintegração dos laços e pela longa permanência do acolhido no Abrigo, sobretudo, quando o mesmo vivenciou a maior parte da sua vida, desde a infância, dentro do mesmo. Desta maneira, para os jovens com mais de cinco anos de acolhimento institucional, o círculo primário se constitui das relações possíveis de estabelecer dentro do Abrigo, restringindo a ampliação de suas redes sociais pela não circulação na casa da família de origem.

Portanto, a família de origem assume caráter importante na rede social dos jovens acolhidos, pois representa o único espaço formal onde é possível estabelecer interações a partir dos interesses dos jovens, pois quando estão com a família não há vigia permanente, como ocorre quando se está no Abrigo. No entanto, entre os trinta jovens, que permaneceram em acolhimento em dezembro de 2017, cerca de 75% possuem os vínculos tão frágeis com suas famílias de origem, que não é

permitido que os mesmos passem o final de semana ou, até mesmo, as férias escolares em casa. Tal situação restringe as oportunidades dos jovens acolhidos estabelecerem interações diversificadas a partir de seus interesses, pois ficam condicionados à rede de interações promovida pelo Abrigo.

A permanência no Abrigo pela falta de perspectiva de um retorno para a família de origem e a constante vigia das trabalhadoras sobre os jovens, são as principais causas de fuga dos acolhidos. Além do mais, a rua se apresenta para os jovens como o lugar da liberdade, o lugar fora do Abrigo onde não se é vigiado, o que permite viver novas experiências. Representa também a recusa em permanecer vinculado às mesmas redes, indicando que seus interesses e necessidades não são correspondidos. Portanto, a fuga se constitui como uma estratégia para ampliar os círculos sociais, ou seja, as redes dos jovens, numa lógica que Pais (2001) considera experimentalista. O autor afirma que o jovem se arrisca porque sabe que é possível voltar para um lugar anterior, ou seja, sempre será possível retornar ao Abrigo, mesmo que haja punições. A lógica experimentalista, citada por Pais (2001), aparece nas palavras do Baixinho ao se referir à rua como lugar de *“vida louca”*, onde conheceu outras pessoas, fora do círculo da família de origem e do Abrigo, *“eu conheci muita gente, o pequeno, o branco, o velho. Tudo amigo meu. O meu apelido era Baixinho na vila”*. O tempo vivido na rua trouxe à tona as possibilidades de interações que Baixinho estabeleceu, indicando uma nova possibilidade de formação do seu processo de identidade a partir da interação numa rede social *“informal”*¹. Em sua fala, Baixinho também faz questão de enfatizar o lugar que ocupa na rede informal. Como jovem menor de idade, compreende a sua condição legal no caso de ser preso por envolvimento com atos ilegais, sabe que sua punição será mais branda que a de um adulto. Desse modo, esse elemento da menoridade parece ser o fator de integração do jovem Baixinho à rede de amigos que ele citou, demonstrando como o conceito de sociação de Simmel (2006) é atual para compreender a formação de redes na contemporaneidade. Embora o Baixinho atribua ao mundo fora do Abrigo a possibilidade de ocupar um lugar diferente na rede *“informal”*, ele também sabe que sempre será possível voltar para o Abrigo,

¹ Sendo que, o termo informal aqui empregado, refere-se às interações sociais que constituem redes cujos objetivos comuns ou interesses são ilícitos, como por exemplo o uso de drogas, a prostituição, o vandalismo, entre outros

como um lugar de refúgio quando se sente ameaçado, comprovando assim a lógica experimentalista da juventude ao formar suas redes.

A restrição da ampliação das redes sociais dos acolhidos provocada pela própria medida protetiva que o coloca em constante vigia, reafirma os dualismos do acolhimento institucional que, ao mesmo tempo em que defende o direito à convivência comunitária, restringe as interações sociais dos jovens fora dos muros do Abrigo. Portanto, as redes em que os jovens interagem fora dos muros da instituição são de caráter formal, ou seja, são interações forjadas dentro da perspectiva da garantia de direitos sociais básicos, tais como a educação, saúde e cultura.

O principal espaço de interação dos jovens fora do Abrigo é a escola. Considerando o total de jovens acolhidos (inclusive os evadidos), apenas 53% mantiveram uma frequência mínima na escola durante o ano de 2017. Mais do que um déficit de acesso à educação, tal dado nos indica o significado atribuído pelos jovens à escola. Considerando que os interesses e necessidades dos indivíduos são fatores de sociação, conforme vimos em Simmel (2006), a ausência dos jovens na escola indica o não reconhecimento de benefícios atribuídos ao espaço. Da mesma forma, os jovens que frequentam a escola indicaram nas entrevistas que gostam de frequentar pelo fato de saírem do Abrigo, pois é onde são menos vigiados. No entanto, em suas falas, a escola aparece como um lugar de baixa significação, como podemos observar na fala do Pequeno DLS, que abandonou a escola, *“a escola morreu! Não gostei daquela escola. É chato, ruim”*. Já o Baixinho retomou a frequência na escola após meses de evasão, mas não demonstrou muito entusiasmo, *“eu tô no quinto [ano]. Rodei, né!”*. A distorção idade-série representa um atributo negativo incorporado pelos jovens, que sempre explicam os motivos do seu atraso escolar, e que pode ser um dos fatores de desmotivação com a escola.

Se olharmos pela lente da teoria do reconhecimento de Honneth (2009), a estima social dos jovens acolhidos é reduzida no ambiente escolar, pois as propriedades particulares que os diferenciam de outros está associada a atributos negativos de baixa capacidade de aprendizagem. Tal situação é uma das causas de estigmas enfrentados pelos jovens acolhidos que, pela “diferença” de idade que representam na sala de aula, associado a trajetória do abandono familiar, acabam reproduzindo um discurso de que são incapazes de aprender. Os atributos negativos associados pelos próprios jovens sobre a sua interação com o espaço da escola faz

com que os mesmos reduzam suas possibilidades de ampliação dos círculos sociais por meio da educação. De acordo com as entrevistas realizadas com os jovens e com a atendente da biblioteca no Abrigo, ambos relatam que na escola os jovens ficam mais tempo com os outros acolhidos, interagindo menos com os demais colegas. Normalmente, os jovens acolhidos sentam em classes próximas na sala de aula, passam o tempo do recreio juntos, realizam as atividades em grupo juntos e não costumam frequentar atividades extracurriculares que exigem investimento financeiro. Portanto, a escola como um lugar de sociabilidades juvenis, ou seja, um espaço de encontros possíveis entre jovens, também se torna restrito para os jovens do Abrigo, que pelas causas já apresentadas, encontram dificuldades de integração social por meio da educação.

Outro espaço social de bastante frequência dos jovens é a igreja evangélica, onde costumam participar por livre adesão até mais de uma vez por semana. A participação nas atividades da igreja representa a possibilidade de interação com outros indivíduos, fora do Abrigo. No entanto, as trabalhadoras do Abrigo são, na maioria, frequentadoras da mesma igreja que os jovens costumam ir, até mesmo porque são os vínculos entre as trabalhadoras e as lideranças de igreja que possibilitam aos jovens a participação, mantendo os mesmos sob vigia também nesse espaço.

Quando questionados, os jovens, sobre os motivos pelos quais frequentam a igreja, não surgiram muitas respostas, a mais recorrente foi porque consideram “bom”, onde se sentem bem. Embora, nas palavras do jovem Lucas, a igreja “*não é um lugar de conversa*”, ou seja, não significa um espaço para fazer novas amizades, estabelecer novos laços. Para Simmel (2006), a conversa é o “[...] o suporte mais difundido de toda a comunidade humana” como forma sociológica de interação. Mas, como observamos, a interação dos jovens na igreja é restringida à assimilação de discursos, não havendo momentos de conversa espontânea com outros indivíduos, lembrando que esse espaço também é vigiado. Desta forma, a igreja é um dos poucos espaços onde os jovens circulam e vivenciam outra experiência de sociação, mais pela necessidade e/ou interesse de circular fora do Abrigo, do que por algum significado de mais relevância.

Entre as possibilidades de interações fora do Abrigo, está a oficina de dança. Os jovens têm a oportunidade de frequentar aulas em parceria com uma escola de ballet, atividade que ocorre todas as quintas-feiras no espaço da escola. Participam

da oficina os acolhidos que desejarem, que estudem no turno da manhã (a aula de dança ocorre somente no turno da tarde, restringindo a participação dos jovens que estudam nesse turno, que por sinal, são a maioria) e que não estejam cumprindo nenhuma punição. No entanto, quando questionados sobre a atividade, relataram que na turma participam somente os acolhidos, ou seja, é uma turma exclusiva, sem a possibilidade de interação com outros jovens, apenas com o *oficineiro*. Da mesma maneira, ocorrem as participações nas oficinas promovidas pela casa de cultura, em que as turmas são organizadas para atendimento exclusivo dos jovens acolhidos. A frequência dos jovens nas oficinas deve ser assídua, a fim de desenvolver as competências propostas, bem como possibilitar a interação num espaço fora do Abrigo para a vivência de novas formas de sociabilidades juvenis. Porém, ficou constatado pela observação e pelas entrevistas, que a frequência não é assídua, as interrupções em termos de presença na oficina são comuns, justificadas pela “dinâmica” do próprio Abrigo, que se desorganiza com as atividades cotidianas em função de questões emergenciais que precisam ser resolvidas. Essa baixa frequência nas oficinas também é um fator que dificulta a vinculação dos jovens em espaços fora do Abrigo.

Embora as atividades ocorram “fora do Abrigo”, as possibilidades de interação com outros indivíduos em círculos sociais secundários são restritas dentro da própria rede de proteção, defesa e promoção dos direitos das crianças e dos adolescentes. Constituindo assim, possibilidades de interações somente em espaços regulados, como a escola, a igreja, a casa de cultura e o próprio Abrigo. Restrições justificadas pela necessidade de proteção, que acabam criando muros invisíveis que impedem os jovens de vivenciarem novas formas de sociabilidades.

6.2 Sociabilidades e Lazer dos Jovens Acolhidos

De acordo com Simmel (2006), durante a trajetória de vida de um indivíduo o círculo social secundário se amplia, tornando-se mais importante que o círculo primário. Tais modificações na ordem de interesses dos indivíduos começam a se manifestar na juventude, quando a busca por experiências a partir de novos interesses se torna mais frequente. Desta maneira, a simples satisfação mútua de estar em sociação, motiva os jovens a buscarem espaços de sociabilidades por meio do lazer.

Para Pais (1990, p. 591) “[...] é no domínio do lazer que as culturas juvenis adquirem uma maior visibilidade e expressão”, pois é no tempo livre, do ócio, da não obrigatoriedade, que encontram o espaço para manifestar suas preferências. Portanto, as interações sociais estabelecidas no campo do lazer pelos jovens acolhidos nos ajudam a compreender suas formas de sociabilidades.

Entre as práticas de lazer mais citadas pelos jovens acolhidos estão os passeios, sobretudo aqueles realizados fora das fronteiras no município de Sapucaia do Sul. São exemplos disso a viagem para conhecer a festa do Natal Luz na cidade de Gramado/RS – consagrada como uma das maiores festas natalinas do país, que aconteceu há cerca de 4 anos; o passeio no parque aquático, em 2017, onde os acolhidos passaram o dia se divertindo entre brinquedos e piscinas e a visita à biblioteca da Unisinos, onde tiveram a oportunidade de conhecer um ambiente universitário. Outros passeios, dentro do município, também foram destacados pelos jovens, como por exemplo a visita ao Posto do Corpo de Bombeiros (atividade realizada pela atendente de biblioteca dentro de um projeto sobre profissões), um momento em que os jovens saíram para jantar numa lanchonete próxima ao Abrigo e, com mais frequência, os passeios na praça no bairro da instituição.

A praça é o espaço de lazer fora do Abrigo que os jovens mais frequentam, sempre acompanhados pelas monitoras e em grupo, não é permitido frequentar a praça sozinho ou sem acompanhamento. Embora a praça seja um lugar importante de encontro entre os jovens, percebemos que os acolhidos não interagem com outros jovens frequentadores do local. Acabam mantendo suas interações dentro do círculo social do Abrigo.

Como podemos perceber as atividades de lazer são organizadas e mediadas pelas trabalhadoras da instituição, em momentos coletivos, onde todos os jovens participam, exceto aqueles que na ocasião das atividades estejam em punição por alguma conduta inadequada. Da mesma forma, também ocorrem atividades promovidas por outros atores, como os voluntários que frequentam o Abrigo. Entre as atividades realizadas pelos voluntários estão eventos organizados em datas comemorativas, partidas de futebol e festas de aniversário. As atividades ocorrem pontualmente, ou seja, não há uma frequência estabelecida que proporcione a constituição de vínculos entre voluntários e acolhidos, de modo que os jovens nem mesmo recordam o nome das pessoas que promovem tais atividades, o que

demonstra a fragilidade dos vínculos sociais possíveis de estabelecer com outros atores durante a experiência do acolhimento institucional.

Já o tempo de fato livre dos jovens, quando não há atividades dirigidas, fica restrito às atividades possíveis de realizar dentro do Abrigo, sob a vigia das monitoras. Neste tempo livre, as principais atividades de lazer são a conversa entre os pares, jogar videogame, assistir ao filme que estiver passando no momento, realizar alguma atividade ao ar livre, como por exemplo jogar bola e, eventualmente, ouvir música e ficar no quarto.

Desta maneira, o domínio do lazer e do entretenimento também pertence à vigia, impedindo os jovens de estabelecerem interações em círculos sociais secundários de acordo com seus interesses por práticas culturais, tais como a música, o esporte, a dança, entre outras manifestações relativas às juventudes. Portanto, as fronteiras sociais também demarcam as sociabilidades dos jovens acolhidos, conforme expressa Pais (1990. p. 641), ao analisar as práticas culturais de jovens em diferentes circunstâncias: “[...] as sociabilidades juvenis apresentam sinais de exclusividade, isto é, a participação dos jovens nas redes de convivialidade não é indiscriminadamente aberta: tem fronteiras sociais, designadamente (mas não só) fronteiras de classe”. Desse modo, os acolhidos vivenciam fronteiras definidas pelos próprios jovens a partir de marcadores sociais, como, por exemplo, a classe, e também possuem fronteiras de sociabilidades demarcadas pelo próprio acolhimento institucional.

Entre as possibilidades de rompimento das fronteiras de sociabilidades dos jovens acolhidos está a internet, como recurso capaz de produzir interações virtuais com outros indivíduos, grupos e instituições. Sendo a cultura digital uma das principais linguagens dos jovens na contemporaneidade, conforme afirmou Gadea (2015, p. 121)

[...] muito a contramão do que alguns pensam, a internet no lugar de diminuir a sociabilidade, a aumenta; no lugar de ‘alienar’, contribui a ‘desalienar’; no lugar de deprimir contribui a controlar melhor a depressão e o estresse [...]. Quanto mais usamos a Internet, mais sociabilidade física temos.

Consequentemente, a Internet como recurso capaz de estabelecer novas interações sociais virtuais fortalece as sociabilidades dos jovens, pois conecta interesses, aproximando indivíduos e grupos. Porém, conforme já vimos na

descrição do Abrigo, a internet é um recurso pouco utilizado pelos jovens, pois seu acesso é restrito ao uso no computador que fica sob domínio da atendente da biblioteca. Sendo que o acesso a qualquer rede social é bloqueado, para evitar o contato dos acolhidos com pessoas que estão impedidas judicialmente de se aproximar dos mesmos. Ao ter o acesso à internet restringido, os jovens também são impedidos de estabelecer novas conexões no campo virtual que poderiam contribuir para novas formas de sociabilidades. A restrição também impede o jovem de desenvolver competências relativas ao mundo digital, tão necessária para o processo de integração por meio do trabalho e da educação.

Portanto, as sociabilidades dos jovens constituídas no domínio do lazer também são restritas pela medida protetiva, impedindo os acolhidos de estabelecer novas interações no mundo real ou virtual, que possibilitariam a ampliação de seus círculos sociais e, conseqüentemente, produziram diferenciação aos seus processos identitários.

6.3 Redes: Entre Grupos de Pertencimento e Referência

Theodore Newcomb, psicólogo e um dos pioneiros da psicologia social, pesquisou amplamente como as atitudes de um indivíduo mudam a partir da influência de outras pessoas, ou seja, os efeitos da estrutura do grupo sobre seus membros.

Segundo Newcomb (1976), os indivíduos ocupam diferentes papéis nos grupos em que interagem, sendo que, para o autor, o grupo se caracteriza pelo compartilhamento de normas entre os indivíduos e a influência recíproca sobre suas condutas. De maneira complementar, Simmel (1977) aponta que a interação em múltiplos círculos sociais permite ao indivíduo ocupar lugares diferentes na estrutura do grupo, assumindo a liderança em alguns casos ou sendo coadjuvante em outros. Conseqüentemente, percebemos na organização do grupo de jovens acolhidos uma hierarquia estabelecida pelos mesmos, onde os jovens assumem uma posição mais alta mediante as crianças. Assim como a estrutura do Abrigo divide o grupo de acordo com o sexo, separando meninos e meninas. A partir da divisão em subgrupos, ocorre uma hierarquização, em que o menino ou menina com mais força ou que faz o uso de uma linguagem mais violenta, assume a liderança, influenciando as atitudes dos demais membros pela coerção.

Deste modo, percebemos que a forte interação dos jovens no Abrigo e a assimilação do termo “acolhido” constitui o que Newcomb (s/d, [1975]) define como grupo de pertencimento, sendo o grupo ao qual a pessoa é reconhecida pelos outros como pertencente, compartilhando assim das mesmas normas.

Contudo, podemos associar os conceitos de grupo de pertencimento de Newcomb (s/d, [1975]) com o de círculos sociais primários de Simmel (1977), pois ambos influenciam a formação da subjetividade do indivíduo, considerando também o papel que ocupa no grupo e as demais interações com círculos sociais secundários.

Newcomb (1976) também chama a atenção sobre as mudanças de posição no grupo, como por exemplo a saída de um membro, em que as consequências para as demais posições, ou para todas, dependerá da importância do membro que sai. Portanto, as constantes modificações do grupo de acolhidos em função das entradas e saídas de crianças e jovens no espaço do Abrigo faz com que a organização interna do mesmo se altere com frequência, colocando os papéis de liderança em disputa e provocando novos conflitos.

Assim como existem normas estabelecidas internamente no Abrigo, há também as normas incorporadas pelas interações fora desse espaço por parte de todos os indivíduos envolvidos. Considerando a afirmação de Newcomb (1976) de que as normas influenciam a conduta dos indivíduos, assim como Simmel (1977) afirma que as interações em diferentes círculos sociais são imprescindíveis para a diferenciação destes, o Abrigo, enquanto *entre espaços*, se torna um lugar de constante disputa entre os indivíduos que circulam, influenciados pelas interações com outros grupos, utilizam-se do conflito para definir o seu papel no grupo de acolhidos.

Entre os exemplos de compartilhamento de normas e da influência do grupo no caso dos jovens acolhidos, podemos citar o episódio da jovem Greice. Após uma situação de fuga, Greice, jovem de 14 anos, negra, acolhida por motivo de conflito familiar, retornou ao Abrigo depois de uma internação hospitalar, para onde havia sido levada após realizar uma automutilação do corpo com lâminas de gilete. Se tratando de uma jovem “mais velha”, Greice já ocupa um lugar mais relevante na hierarquia interna do Abrigo. Associado aos seus episódios de fuga, a mesma também é reconhecida pelos demais pela sua coragem de deixar o Abrigo. Desta maneira, embora Greice não use da força para garantir o seu papel no grupo, a

mesma apresenta comportamento, como a automutilação, que acabaram influenciando o jovem Pedro, que dias após o retorno de Greice, apareceu com seus braços cortados. O episódio demonstra a influência de grupos de referência no comportamento dos jovens acolhidos.

Embora as interações dos jovens com outros grupos e círculos sociais secundários sejam restringidas pela medida protetiva do acolhimento institucional, as suas condutas são influenciadas pelo grupo, que, por sua vez, compartilha elementos apreendidos de outras interações sociais fora do Abrigo, em grupos considerados por Newcomb (s/d, [1975]) como de referência. Para o mesmo autor, se a atitude de uma pessoa é influenciada por um grupo de normas que o mesmo acredita compartilhar com outros indivíduos, esses constituem o seu grupo de referência. Assim sendo, um indivíduo pode ter um grupo de referência que nunca viu ou teve contato direto. O que é significativo sobre os grupos de referência é o efeito que “[...] sus normas proveen marcos de referencia que influncian realmente las actitudes y conductas de una persona” (NEWCOMB, s/d, [1975], p. 2). Roberto K. Merton (1970, p. 314) também chama a atenção para a influência de grupos de referência na conduta dos indivíduos, sobretudo, aqueles “[...] através dos quais os indivíduos se relacionam aos grupos a que *não* pertencem”, como constatado no episódio envolvendo os jovens Greice e Pedro.

Newcomb (s/d, [1975]) destaca que provavelmente todos os grupos de pertencimento servem em alguma medida como grupo de referência para seus membros. Porém, nem todos os grupos de referência servem como grupo de pertencimento. Para o mesmo autor, a medida em que o grupo de pertencimento também se constitui do grupo de referência dependerá do grau em que a participação nele proporciona satisfação ou insatisfação. Quando a insatisfação aumenta, em função da comparação com o grau de satisfação atribuído a outros grupos, os indivíduos mudam seus grupos de pertencimento, como podemos perceber no exemplo dos jovens acolhidos, que buscaram através da fuga o pertencimento em outros grupos fora do Abrigo, para fins de satisfação pessoal.

Da mesma forma, Newcomb (s/d, [1975]) indica que a insatisfação do indivíduo com seu grupo de pertencimento pode torná-lo um poderoso grupo de referência, mas no sentido contrário, ou seja, servirá como grupo de referência negativo, “[...] en el sentido de que las actitudes del individuo están influenciadas por un conjunto de normas que ál comparte en la medida en que las comprende (o por lo

menos así lo cree) pero no hasta el punto de aceptarlas” (NEWCOMB, s/d, [1975], p.3).

Desta maneira, os grupos de pertencimento não são atemporais. Assim como modificam-se de acordo com os interesses e necessidades de seus membros, também podem tornar-se grupos de referência negativos, pelo fato de membros compreenderem suas normas, mas não ao ponto de aceitá-las. Tal fenômeno da dinâmica dos grupos fica evidenciado no exemplo do Abrigo, pois, dependendo das interações que se constituem, os jovens acolhidos deixam de aceitar determinadas normas, como por exemplo, a proibição do uso de drogas no local. Newcomb (s/d [1975]) explica essa situação ao afirmar que os grupos de pertencimento servem para a mesma pessoa também como grupos de referência positivo e negativo ao mesmo tempo, fazendo parte dos dualismos e contradições que um indivíduo passa ao longo de sua trajetória. Portanto, a diferença entre grupo de referência positivo e negativo é que no primeiro a pessoa está motivada em ser aceita e tratada como membro, já no segundo, o indivíduo se opõe e não quer ser tratado como um membro (NEWCOMB, s/d [1975]).

De maneira similar, Simmel (1977) também se refere à importância das contradições em termos de interações sociais, quando os valores de cada círculo social em que um indivíduo circula entram em conflito, o que não impede o mesmo de manter suas relações ou abandone tal círculo, afinal a sua individualização é forjada pelas múltiplas interações e pelos diferentes papéis assumidos em cada círculo social ou grupo.

Portanto, segundo Newcomb (s/d [1975]), os grupos de referência de um indivíduo assumem uma posição até mais importante que os grupos de pertencimento. Afinal, os padrões de referência individuais são influenciados socialmente porque as pessoas são movidas a pertencerem a grupos. Para o autor, os grupos de referência são marcos importantes para perceber-se a si mesmo, afinal as atitudes são determinadas pelo quadro pessoal de referência. Portanto, as atitudes incorporadas pelos indivíduos correspondem à influência de vários grupos de referência, o que modifica também a sua interação nos grupos de pertencimento.

A restrição do uso da internet e da participação dos jovens acolhidos em redes sociais virtuais é um dos fatores que reduz as possibilidades de buscar por novos grupos de referência. Considerando a afirmação de Newcomb (s/d [1975]) de que o indivíduo pode ter um grupo de referência que nunca viu ou teve contato, faz

do mundo virtual uma importante forma de sociabilidade a partir da interação digital, possibilitando uma ampliação das redes sociais dos jovens acolhidos.

Desta maneira, ao analisarmos as formas de sociabilidades dos jovens acolhidos no Abrigo fica evidente a restrição da medida protetiva ao limitar suas interações fora dele, em redes sociais reais ou virtuais. Ao limitar os jovens de buscarem em novos e diversos grupos de referência elementos que ajudem a ressignificar experiências vivenciadas nos espaços privado e público corroboram com comportamentos e uma linguagem violenta já incorporada.

Ao considerar a importância dos grupos de pertencimento e referência na formação da subjetividade, entende-se que no caso dos jovens acolhidos, foram as interações estabelecidas no trânsito entre os espaços de sociabilidades que influenciaram a apropriação da linguagem violenta. Embora muitos jovens ao chegarem à instituição não apresentem essa característica, acabam incorporando esses aspectos pela influência do grupo de referência, assim como da estrutura social do Abrigo. É possível observar a incorporação da linguagem violenta no episódio da jovem Bianca. A jovem, ao chegar no Abrigo, mantinha-se quieta, sem estabelecer muitas relações com os demais jovens e monitoras, não costumando interagir em atividades coletivas e mantendo-se distante dos conflitos. A mesma também relatou ao longo da entrevista que ao chegar se sentiu com muito medo, pois a coordenadora estava “*gritando e xingando*” [trecho da entrevista com Bianca]. No entanto, logo a jovem diz ter sido acolhida pelas outras meninas, o que a deixou mais tranquila. Bianca, uma menina de atitudes doces, sutis e discreta quando chegou ao Abrigo, logo na terceira semana de acolhimento já se envolveu numa situação de conflito. Ao ver seu irmão sendo ameaçado por outros jovens, Bianca enfrentou-os, ameaçando-os com uma linguagem agressiva, até que recuassem na decisão de bater no seu irmão. O episódio nos indica que Bianca em poucos dias de convivência já estava incorporando comportamentos de uma sociabilidade conflitiva, passando a usar de uma linguagem violenta para estabelecer o seu lugar e de seus irmãos no Abrigo.

No entanto, a linguagem violenta não se constitui em comportamento que estabelece a forma de sociabilidades somente entre os jovens, mas também define a interação com as trabalhadoras do Abrigo. Nas observações, ficou constatado que as trabalhadoras mais antigas identificam a capacidade de influenciar novos comportamentos naquelas recém contratadas, que incorporam normas e regras para

pertencerem ao grupo das trabalhadoras. Ao ingressar uma nova trabalhadora, que apresenta uma atitude de mais calma e paciência com os acolhidos, logo é questionado pelas demais trabalhadoras até quando vai durar aquela “doçura”, ou seja, já se espera que as trabalhadoras ao ingressarem no Abrigo desenvolvam um comportamento que corresponde a uma linguagem violenta, definindo assim uma situação de constante conflito.

Desta maneira, as noções de círculos sociais de Simmel (1977) e grupos de pertencimento e referência de Newcomb (s/d [1975]) se aproximam pelo fato de que quanto mais interações um indivíduo estabelecer a partir da premissa do reconhecimento mútuo em diferentes círculos sociais, mais aumentará a sua rede social, criando novos vínculos capazes de influenciar sua subjetividade. No entanto, como já vimos, o reconhecimento mútuo, na perspectiva de Honneth (2009), é considerado baixo entre os jovens acolhidos, o que provoca um colapso de confiança que limita o estabelecimento de novos vínculos com o outro. A capacidade de ampliar a rede social dos jovens acolhidos também é restrita pela estrutura do SAI, que para proteger bloqueia interações sociais secundárias.

Esses bloqueios podem ser explicados pelo próprio dualismo do SAI, que embora adote a referência da política social que assume a categoria da juventude como solução dos problemas, ainda apresenta uma tendência de “fechamento”, próxima ao conceito de instituições totais de Goffman (1961, p. 16). Sendo que para o autor “seu ‘fechamento’ ou seu caráter total é simbolizado pela barreira à relação social com o mundo externo e por proibições à saída que muitas vezes estão incluídas no esquema físico”. Entre as categorias de instituições totais definidas por Goffman (1961) encontram-se aquelas “[...] criadas para cuidar de pessoas que, segundo se pensa, são incapazes e inofensivas”, como por exemplo crianças e jovens cujos direitos foram violados. Deste modo, os dualismos do SAI ainda transitam entre o entendimento dos jovens como sujeitos de direitos e jovens incapazes e inofensivos.

A aproximação das características do Abrigo com o conceito de instituições totais do Goffman (1961) está relacionada com o fato de todos os aspectos relativos à sociabilidade dos jovens acolhidos serem realizados a partir mesmo local e sob única autoridade. Da mesma maneira, as atividades diárias são realizadas de forma coletiva, determinando os jovens a fazerem as mesmas coisas em conjunto, numa rotina ordenada por horários impostos pelo sistema de regras definidos

hierarquicamente pela equipe diretiva e monitoras. Nas palavras de Goffman (1961, p. 18), “as várias atividades obrigatórias são reunidas num plano racional único, supostamente planejado para atender aos objetivos oficiais da instituição”.

Para Goffman (1961, p. 24) “a primeira barreira que as instituições totais colocam entre o internado e o mundo externo assinala a primeira mutilação do eu”. O bloqueio invisível das interações dos jovens acolhidos com o mundo fora do Abrigo, representando uma ruptura com papéis anteriores ao acolhimento e uma avaliação das perdas de papel em diferentes círculos sociais. Embora, Goffman (1961) considere que alguns papéis podem ser recuperados após um período de institucionalização, outras perdas serão irrecuperáveis, sobretudo, se considerarmos os casos de jovens acolhidos por longo período.

No entanto, destacamos que o conceito de instituições totais de Goffman (1961) apresenta aproximações com as características identificadas na rotina do Abrigo, no entanto não representa a integridade de suas ações, pois uma das principais estratégias de garantia dos direitos é justamente recuperar o vínculo entre jovem e família para sua reinserção no círculo primário.

Portanto, os dualismos do Abrigo representam, metaforicamente, muros visíveis, que tentam isolar os jovens do mundo da rua, do espaço público. Assim como representam muros invisíveis que bloqueiam suas possibilidades de interações sociais por meio da ampliação de círculos sociais, de acordo com interesses individuais, fundamentais para a constituição de novas formas de sociabilidades.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na referida pesquisa sobre as formas de sociabilidades dos jovens na experiência do acolhimento institucional em Sapucaia do Sul, a análise do contexto foi imprescindível para desvelar as práticas sociais dos acolhidos. A etnografia interacionista, enquanto abordagem metodológica escolhida, também atendeu à motivação da pesquisa, de dar voz aos jovens acolhidos. Portanto, a metodologia baseada na observação participante, em entrevistas e levantamentos documentais, permitiu a contextualização das interações sociais, indicando as formas e conteúdos das sociabilidades juvenis no SAI.

A análise do contexto indicou a presença de dualismos que influenciam nas formas de sociabilidades dos jovens. As expressões “dentro” e “fora” caracterizam um *entre espaços* que ocupa o Abrigo na vida dos jovens, sendo representado como a fusão entre o “privado” e o “público”. Tal fusão reproduz as experiências vivenciadas em outros espaços sociais, como a casa e a rua, fazendo assim do conflito e da violência as principais formas de sociabilidades dos jovens acolhidos.

Portanto, o Abrigo, enquanto lugar *entre espaços*, incorpora as expressões da violência na sua diversidade expressiva. Os conflitos da vida urbana provocados pela proximidade espacial e pela baixa integração social pela educação e trabalho, característicos do município de Sapucaia do Sul, parecem se reproduzir no pequeno espaço da sala de convivência do Abrigo, onde cada acolhido ocupa menos de 1,50m². Somando-se, ainda, o alto índice de distorção idade-série e da evasão escolar, reduzem-se as possibilidades de integração social. As representações internas do conflito e da violência no Abrigo também se originam na violência interpessoal, considerando que o ingresso no SAI somente ocorre em situações de violação de direitos contra os jovens, sendo os motivos mais recorrentes o abandono, a negligência e os conflitos familiares.

Outro dualismo identificado tem relação com o próprio objetivo da medida protetiva de acolhimento institucional, de garantir o direito à convivência familiar e comunitária. Ficou constatado que existe um “fechamento” institucional nas relações sociais dos jovens com o mundo “fora” do Abrigo, conforme indica Goffman (1961) quando caracteriza as instituições totais. Embora os avanços incrementais da política social a partir do ECA e do Estatuto da Juventude tenham ampliado o debate sobre os direitos e deveres das juventudes numa perspectiva de sujeitos de direitos

em pleno desenvolvimento, as práticas adotadas remetem ainda à uma matriz interpretativa da juventude como problema e ameaça social. O “fechamento” institucional que restringe as interações sociais dos jovens é justificado pela necessidade de protegê-los dos perigos externos ao Abrigo, atribuindo ao mundo da rua a influência de condutas sob risco social, corroborando com a noção de cultura subalterna das juventudes, restringindo assim as possibilidades de ampliação dos seus círculos sociais.

Nesse contexto de dualismos do Abrigo, as sociabilidades dos jovens acolhidos acontecem permeado de um cenário urbano representado pelo mundo da rua, mas recluso ao espaço do privado, impedido de circular livremente na cidade sob a justificativa da proteção. Assim, o SAI como lugar *entre espaços* que, de acordo com as diretrizes da política social, deveria ser transitório, ocupa na vida de muitos jovens o principal núcleo de sociabilidades, constituindo, metaforicamente, um muro invisível, que restringe os jovens da possibilidade de novas interações no espaço da rua.

A temporalidade, marcada pela transitoriedade, também é permeada de entradas e saídas do Abrigo, de fugas e tentativas frustradas de um recomeço com a família de origem e/ou adotiva, tornando-se assim um fluxo rotineiro de vai e vem na trajetória do jovem acolhido. Ao mesmo tempo em que a transitoriedade limita a constituição de relações duradouras, também aparece como uma possibilidade de novas formas de sociabilidades longe da tutela do Abrigo. Desta maneira, ficou constatado que ocorre uma ressignificação das relações sociais por parte dos jovens ao longo do período de acolhimento, como por exemplo na sua relação com a família, tornando a luta pelo reconhecimento uma constante na sua trajetória de vida. O distanciamento da relação com o círculo primário, nesse caso, a família, faz com que o vínculo se torne ainda mais frágil, enfraquecido pela distância temporal e espacial. Tal fragilidade faz com que a interação com as muitas juventudes que se encontram no Abrigo influencie novos comportamentos e, portanto, movimentem novos significados que passam a fazer parte do *self* destas juventudes “*tão diferentes e tão parecidas ao mesmo tempo*” no *entre espaços* do Abrigo.

Embora sejam muitas as abordagens teóricas em torno das juventudes, podemos afirmar que, independente do seu tempo histórico, uma característica presente na condição juvenil é o alargamento dos círculos sociais secundários, ou seja, a busca pela interação social em grupos constituídos por identificações,

construindo assim identidades juvenis coletivas pelo processo de diferenciação marcado por símbolos e estilos adotados por cada grupo. Desse modo, a rua e o Abrigo se configuram em espaços de interação com círculos sociais secundários. No entanto, a vinculação por identificação é negada ao jovem acolhido, que possui sua liberdade restrita em função de uma medida protetiva, impedindo-o de ampliar suas interações fora do mundo do Abrigo. Também é preciso considerar que, para os jovens acolhidos por mais tempo, o Abrigo é o lugar que se configura também como círculo primário, ocupando o espaço do privado, onde o processo de diferenciação é menor, o que pode causar a sensação de invisibilidade. Portanto, a diferenciação entre os jovens do Abrigo é baixa; desse modo, talvez não possamos falar de juventudes com tanta ênfase nesse contexto, pois suas relações são produtos além das escolhas, também da estrutura de “fechamento”.

Feixa (1998) chama a atenção para a capacidade dos jovens de manter níveis de autoafirmação consideráveis diante dos mecanismos de socialização e integração social, sendo que no caso dos jovens acolhidos tal capacidade ocorre pelo conflito e/ou uso da força, colocando os mesmos numa constante luta por reconhecimento. Portanto, o conflito também é adotado como recurso entre os jovens para buscar um mínimo de diferenciação dentro de um espaço de homogeneização ou mesmo de reconhecimento. Lembrando que para Simmel (1964) o indivíduo não atinge a unidade de sua personalidade somente pela harmonização, a contradição e o conflito são operativos de cada momento da sua existência, portanto é incontestável pela sua função de causar ou modificar grupos de interesse.

A intensidade das interações no Abrigo, permeado pelos dualismos do serviço de acolhimento institucional e os significados moralmente divergentes entre os acolhidos, famílias e trabalhadoras da instituição, constitui o máximo de sociabilidade na perspectiva de Simmel (1964). Sendo o conflito a maneira de alcançar alguma unidade, a violência acaba sendo a principal linguagem entre indivíduos e grupos dentro do Abrigo. Violência que também encontra as suas causas nos estigmas associados aos jovens acolhidos dentro dos muros da instituição, nas suas interações entre pares e com as trabalhadoras, onde os atributos da marginalização e do indesejável são assimilados pelos jovens, reduzindo assim, a sua capacidade de estabelecer interações fora do Abrigo, bem como confirmando o conflito como forma de sociabilidade.

Por outro lado, o conceito de estigma de Goffman (1978) ajuda a compreender a forma de sociabilidade dos jovens acolhidos na interação com outros grupos de jovens. Dadas as oportunidades de interação, os jovens acolhidos acabam por assumir o estigma de indesejados, privando-se de estabelecer uma relação ou assumindo o estigma da marginalidade, usando de uma linguagem violenta e até mesmo da força na interação. Portanto, o conceito de estigma social é fundamental para compreender as relações sociais marcadas por sociabilidades conflitivas, pois ao ter as suas propriedades e capacidades afetadas de forma negativa o jovem acolhido não se coloca em condição de estruturar laços vinculantes numa diversidade de círculos sociais e, neste lugar de indignidade em que é colocado, estará vulnerável a todos os tipos de violência.

Desta maneira, experiências de desrespeito social também são causas de conflitos. Conforme Honneth (2009), os processos de mudança social devem ser explicados a partir de ações que buscam restabelecer o reconhecimento mútuo. Diante da tipologia da teoria do reconhecimento e as associações realizadas pelas trajetórias dos jovens acolhidos, fica claro a limitação do Abrigo no alargamento das sociabilidades dos jovens pela própria trajetória dos mesmos, marcada pelo desrespeito social nos espaços privado e público. O reconhecimento pelo amor como relação primária fundamental para o desenvolvimento subjetivo da autoconfiança estabelece o primeiro limite para a autorrealização do jovem, refletindo em interações sociais baseadas na desconfiança e, portanto, conflitivas, tornando assim as demais lutas por reconhecimento mais densas. O fato de o jovem não reconhecer na mãe o afeto, não reconhecer nos atores da rede a proteção legal e não ter oportunidades de mostrar suas capacidades em espaços fora do Abrigo restringe as possibilidades de autonomia, entendida na perspectiva de George Mead (1953) como o grau de relação positiva da pessoa consigo mesma, sendo que é justamente o grau de relação positiva consigo mesmo.

Embora ocorram atividades “fora do Abrigo”, as possibilidades de interação com outros indivíduos em círculos sociais secundários são restritas dentro da própria rede de proteção, defesa e promoção dos direitos das crianças e dos adolescentes. Tal fato constitui possibilidades de interações somente em espaços regulados, como a escola, a igreja, a casa de cultura e o próprio Abrigo; restrições justificadas pela necessidade de proteção que acabam criando muros invisíveis que impedem os jovens de vivenciarem novas formas de sociabilidades.

A permanência no Abrigo pela falta de perspectiva de um retorno para a família de origem e a constante vigia das trabalhadoras sobre os jovens são as principais causas de fuga da instituição. Além do mais, a rua se apresenta para os jovens como o lugar da liberdade, o lugar fora do Abrigo onde não se é vigiado, o que permite viver novas experiências. Representa também a recusa em permanecer vinculado às mesmas redes, indicando que seus interesses e necessidades não são correspondidos. Portanto, a fuga se torna uma estratégia para ampliar os círculos sociais, ou seja, as redes dos jovens, numa lógica que Pais (2001) considera experimentalista. Da mesma maneira, as sociabilidades dos jovens constituídas no domínio do lazer também são restritas pela medida protetiva e coletivizadas, impedindo os acolhidos de estabelecer novas interações no mundo real ou virtual de forma individual.

Além das constantes interrupções dos processos socializadores dos jovens acolhidos, que impedem o estabelecimento de relações duradouras, retomamos em Honneth (2009) uma das causas que fragilizam a ampliação das redes sociais. Resgatando o conflito na gênese das relações sociais, lembremos que a integridade do ser humano se deve a padrões de assentimento ou reconhecimento, e conforme já analisado anteriormente os jovens acolhidos vivenciam um baixo reconhecimento nas relações que estabelecem, seja na luta pelo amor, pelo direito ou pela estima social, causando assim um colapso de confiança que limita o estabelecimento de vínculos com o outro, conseqüentemente, reduzindo as capacidades de constituir novas redes sociais.

A rede social dos jovens acolhidos também é restringida pela medida do acolhimento institucional que, pelo discurso da proteção, limita as interações espontâneas dos jovens com outros espaços sociais de acordo com seus interesses. Para isso, bloqueia o acesso à internet, sendo esse um recurso importante para a ampliação das sociabilidades por meio das conexões virtuais. Esses bloqueios podem ser explicados pelo próprio dualismo do SAI, que embora adote uma referência da política social que assume a categoria da juventude como solução dos problemas, ainda apresenta uma tendência de “fechamento”. Portanto, os dualismos do Abrigo, representam, metaforicamente, muros visíveis, que tentam isolar os jovens do mundo da rua, do espaço público através das portas com grades e dos cadeados. Assim como, representam muros invisíveis, que bloqueiam suas possibilidades de interações por meio da ampliação de círculos sociais, de acordo

com interesses individuais, fundamentais para a formação de redes sociais a partir de grupos de referência, imprescindíveis para a ressignificação das experiências de conflito e violência que estruturam suas formas de sociabilidades.

REFERÊNCIAS

- AGENDA 2020. **Sinaleira 2020**: Sapucaia do Sul. Porto Alegre, [2017?]. Disponível em: <<http://agenda2020.com.br/sinaleira/sapucaia-do-sul/>>. Acesso em: 10 jan. 2018.
- ANGELO, Darlene Vianna Gaudio. Do horror e miséria ao bom e belo. In: BASTOS, R.; ÂNGELO, D.; COLNAGO, V. (Org.). **Adolescência, violência e a lei**. Rio de Janeiro: Cia. de Freud; Vitória: Escola Lacaniana de Psicanálise, 2007. p. 25-38.
- ANGROSINO, Michael. **Etnografia e observação participante**. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- ASSIS, Simone Gonçalves; FARIAS, Luís Otávio Pires. **Levantamento nacional das crianças e adolescentes em serviço de acolhimento**. São Paulo: Hucitec, 2013.
- BAECHLER, Jean. Grupos e Sociabilidades. In: BOUDON, Raymond (org.). **Tratados de Sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2009.
- BAUER, Martin; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.
- BEAUD, Stéphane; WEBER, Florence. **Guia para pesquisa de campo: produzir e analisar dados etnográficos**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.
- BECKER, Howard S. **Segredos e truques da pesquisa**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.
- BERTAUX, Daniel. Los relatos de vida. Barcelona: Bellaterra; 2005.
- BIRNBAUM, Pierre. Conflitos. In: BOUDON, Raymond (org.). **Tratados de Sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.
- BOTELHO, André (Org.). **Essencial Sociologia**. São Paulo: Penguin Classics, Companhia das Letras, 2013.
- BOURDIEU, Pierre. O capital social – notas provisórias. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (Org.). **Escritos de educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- _____. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- _____. Os três estados do capital cultural. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (Org.). **Escritos de educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- BOURDIEU, Pierre. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- BRAGA, Luiza Lima; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. Exposição à violência em adolescentes de diferentes contextos: família e instituições. **Estudos de Psicologia**, v. 17, n. 3, set./dez., p. 413-420, 2012.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 15 jul. 2016.

_____. **Lei nº 12.010, de 3 de agosto de 2009**. Dispõe sobre adoção; altera as Leis nos 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, 8.560, de 29 de dezembro de 1992; revoga dispositivos da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, e da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12010.htm>. Acesso em: 19 jul. 2016.

_____. **Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013**. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm>. Acesso em: 20 jul. 2016.

_____. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 12 jul. 2016.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Especial dos Direitos Humanos; CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CNAS). **Plano nacional de promoção, proteção e defesa do direito de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária**. Brasília, DF dez. 2006. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/dados/pp/a_pdfdht/plano_nac_convivencia_familiar.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2016.

_____. **Orientações técnicas para os serviços de acolhimento para crianças e adolescentes**. Brasília, DF, jun. 2009. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/cnas/noticias/orientacoes_tecnicas_final.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2016.

COHN, Clarice. Concepções de infância e infâncias, um estado da arte da antropologia da criança no Brasil. **Civitas Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, v. 13, n. 2, p. 221-244, 2013.

COSTA, M.C.O. et al. **O perfil da violência contra crianças e adolescentes, segundo registros de Conselhos Tutelares**: vítimas, agressores e manifestações de violência. Publicado em 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v12n5/04.pdf>>. Acesso em: 05 nov. 2015.

COSTA, Sérgio. Contextos da Constituição do espaço público no Brasil. **Novos Estudos CEBRAP**. [S.l.], ed. 47., v. 1, mar., p.179-192, 1997. Disponível em: <<http://novosestudos.uol.com.br/produto/edicao-47/>>. Acesso em: 19 jul. 2016.

DAMATTA, Roberto. **A casa & a rua**: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. Rio de Janeiro: Rocco Digital, 1985.

DICK, H.; FERREIRA, J. S. (Orgs.). **Para além de um monótono estribilho**. Violência e Segurança na Perspectiva Juvenil – o caso de São Leopoldo. São Leopoldo: CEBI, 2009.

FEIXA PAMPÓLS, Carles. A construção histórica da juventude. In: CACCIA-BAVA, A. et al. (Orgs.). **Jovens na América Latina**. São Paulo: Escrituras Editora, 2004, p. 257-327.

FEIXA PAMPÓLS, Carles. Cap. II – De jóvenes, bandas y tribus. In: **De jóvenes, bandas y tribus**. Barcelona: Editorial Ariel, 1998, p. 47-83.

FERREIRA, L.A.M.; DÓI, C.K.T.; BALDACIM, E. **Quadro comparativo ECA e a Lei Nº 12.010/09**. [S.l.], 2009. Disponível em: <<http://www.revistajustitia.com.br/artigos/325ydb.pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2016.

FONTES, Breno Augusto Souto Maior. **Estudios Sociológicos XXXIII**: 99. La contribución de Simmel a la sociología reticular. [S.l.], 2015. Disponível em: <<http://ces.colmex.mx/estudios/FONTES.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2016.

FURIATI, Nídia Maria de Ávila. **Juventude e Estado no Brasil**: a lógica constitutiva do Conselho Nacional da Juventude no governo Lula. 2010. 340f. Tese (Doutorado em Sociologia) Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2010. Disponível em: <http://www.repositorio.unb.br/bitstream/10482/8472/1/2010_NidiaMariadeAvilaFuriati.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2017.

GADEA, C. A. A violência e as experiências coletivas de conflito. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. n. 92, mar., p. 75-98, 2011. Disponível em: <<file:///C:/Users/Eduardo/Downloads/rccs-3980.pdf>>. Acesso em: 16 jun. 2017.

_____. **Diagnóstico Demográfico, socioeconômico e sobre violência intersubjetiva infanto-juvenil no município de Sapucaia do Sul – RS**. [Paper], 2011.

_____. **Realidade Juvenil e Violência Intersubjetiva em Bairros de Porto Alegre**: Contextos, situações e perspectivas. Porto Alegre: Cirkula, 2015.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

_____. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1961.

GOLDIM, José Roberto. **Projeto de pesquisa**: aspectos éticos e metodológicos. [S.l.], 29 out. 2001. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/bioetica/projeto.htm>>. Acesso em: 20 abr. 2017. Texto postado na página de Bioética da UFRGS.

GUEDES, C. F.; SCARCELLI, I. R. Acolhimento institucional na assistência à infância: o cotidiano em questão. **Psicologia & Sociedade**, [Online], v. 26, n. spe., p. 58-67, p. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822014000500007&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 04 jun. 2017.

GERHARDT, Tatiana; SILVEIRA, Denise (Org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em <<https://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 15 jul 2016.

MACHADO, Vanessa Rombola. A atual política de acolhimento institucional à luz do estatuto da criança e do adolescente. **Serv. Soc. Rev.**, Londrina, v. 13, n. 2, p. 143-169, jan./uun., 2011. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/10431/9121>>. Acesso em: 21 jul. 2017.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Etnografia como prática e experiência. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 15, n. 32, p. 129-156, jul./dez., 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832009000200006>. Acesso em: 21 jul. 2017.

MEAD, George H. **Espíritu, persona y sociedad**: Desde el punto de vista del conductismo social. Buenos Aires: Editorial Paidós, 1953, p. 127-189.

MEHRI, Lígia Maria Quintanilha. A Lógica dos Atos Infracionais. In: BASTOS, Ruth; ÂNGELO, Darlene; COLNAGO, Vera (Org.). **Adolescência, violência e a lei**. Rio de Janeiro: Cia. de Freud; Vitória, ES: Escola Lacaniana de Psicanálise, 2007.

MERTON, Robert K. **Sociologia**: teoria e estrutura. São Paulo: Mestre JEU, 1970.

MICHAUD, Y. **A violência**. Ática: São Paulo, 1989.

MORAES, Roque. Análise de Conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4125089/mod_resource/content/1/Roque-Moraes_Analise%20de%20conteudo-1999.pdf> . Acesso em: 21 jul. 2017.

NEWCOMB, Theodore. **Grupos de referencia y grupos de pertenencia**. Montevideu: Fundacion de Cultura Universitaria: Imprensa Plural, [1975]. Servicio de documentacion en ciencias sociales. Fragmentos del. cap. 6 de Social Psychology.

NEWCOMB, Theodore. **Manual de psicologia social**. 5. ed. Buenos Aires: Editorial Universitaria de Buenos Aires, 1964. t. 2.

ORGANIZAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). UNICEF Brasil. **Infância e adolescência no Brasil**. Brasília, DF, 2014. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/pt/activities.html>>. Acesso em: 15 mar. 2017.

PAIS, José Machado. **Labirintos de vida e trajetórias iô-iô, Ganchos, Tachos e Biscates**. Lisboa: Ed. Âmbar, 2001, p. 65-84.

PAIS, José Machado. Lazeres e sociabilidades juvenis – um ensaio de análise etnográfica. **Análise Social**, v. 25, p. 591-644, 1990. Disponível em: <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223034680R2wZZ4cf6TI39AV5.pdf>>. Acesso em: 04 jun. 2017.

PERALVA, Angelina. O jovem como modelo cultural. **Revista Brasileira de Educação**. n. 5 e 6, p. 17. mai-dez, 1997. Disponível em: <http://anped.tempsite.ws/novo_portal/rbe/rbedigital/RBDE05_6/RBDE05_6_04_AN GELINA_PERALVA.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2017.

RIBEIRO, Fernanda Bittencourt; SCHUCH, Patrícia; FONSECA, Claudia. Infâncias e crianças: saberes, tecnologias e práticas. **Civitas Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, v. 13, n. 2, p. 205-220, 2013. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/16467>>. Acesso em: 09 ago. 2017.

ROCHA, Ana Luiza Carvalho; ECKERT, Cornelia. Etnografia: saberes e práticas. In: PINTO, C.; GUAZZELLI, C. A. B. (Orgs.). **Ciências Humanas: pesquisa e método**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2008.

SADA, Juliana. **Pouco denunciada, violência contra crianças e adolescentes é enraizada na sociedade brasileira**. Fundação Telefônica. São Paulo, 2016. Disponível em: <<http://fundacaotelefonica.org.br/promenino/trabalho infantil/>>. Acesso em: 19 nov. 2017.

SANTOS, José Vicente Tavares dos (Org.). **Democracia, violência e lutas sociais na América Latina**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SILVA, Luiz Antonio Machado da. Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade no Brasil urbano. **Sociedade e Estado**, Brasília, v.19, n. 1, p. 53-84, jan./jun. 2004. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/se/v19n1/v19n1a04.pdf>> acesso realizado em 30/07/2016>. Acesso em: 13 fev. 2017.

SILVA, Tomas Tadeu da (Org.). **Identidade e Diferença**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

SIMMEL, Georg. El cruce de los círculos sociales. In: **Sociologia**, Revista de Occidente, Madrid, 1977.

_____. La ampliación de los grupos y la formación de la individualidad. In: **Sociologia**, Revista de Occidente, Madrid, 1977.

_____. O conflito como sociação. **RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, [S.l.], v. 10, n. 30, p. 568-573, dez. 2011. Disponível em: <<http://www.cchla.ufpb.br/rbse/SimmelTrad.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

_____. **Questões fundamentais da sociologia: indivíduo e sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

SIQUEIRA, Aline Cardoso. A garantia ao direito à convivência familiar e comunitária em foco. **Revista Estudos de Psicologia**. Campinas, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/estpsi/v29n3/13.pdf>>. Acesso em: 09 jul. 2016.

SIQUEIRA, Aline Cardoso; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. O impacto da institucionalização na infância e na adolescência: uma revisão de literatura. **Psicologia & Sociedade**. v. 18, n. 1, p. 71-80; jan/abr., 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v18n1/a10v18n1.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2017.

SIQUEIRA, Aline Cardoso; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. Políticas públicas de garantia do direito à convivência familiar e comunitária. **Psicologia & Sociedade**. Florianópolis, v. 23, n. 2, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822011000200007>. Acesso em: 09 jul. 2016.

SPOSITO, Marília Pontes. A sociabilidade juvenil e a rua: novos conflitos e ação coletiva na cidade. **Tempo Social**; Ver. Sociol. USP, São Paulo, v. 5 n. 1-2, p. 161-178, 1993 (editado em nov. 1994). Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ts/article/view/84954/87682>>. Acesso em: 21 jul. 2016.

SOUZA, C. Estado da Arte da Pesquisa em Políticas Públicas. In: Hochman, G.; Arretche, M. e Marques (org.). **Políticas Públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

SOUZA, Fernanda Hermínia Oliveira; BRITO, Leila Maria Torraca de Brito. Acolhimento institucional de crianças e adolescentes em Aracaju. **Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, p. 41-57, 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pc/v27n1/0103-5665-pc-27-01-00041.pdf>>. Acesso em: 09 jul. 2016.

STUART, Hall. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 12. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2012**: crianças e adolescentes do Brasil. 1. ed. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <https://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/MapaViolencia2012_Crianças_e_Adolescentes.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2016.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2015**: adolescentes de 16 e 17 anos do Brasil. Versão preliminar. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <https://www.mapadaviolencia.org.br/mapa2015_adolescentes.php>. Acesso em: 21 jul. 2016.

APÊNDICE A – TÓPICO GUIA

- Qual a rotina da organização institucional e como os jovens a percebem e interagem?
- O que gostam de fazer durante o dia, nos dias de semana e no final de semana?
- Quais são as formas de interação com outros grupos fora do SAI?
- Qual foi a experiência mais importante vivenciada nas ruas?
- Como é o cotidiano de interações com a escola e o mundo do trabalho?
- Quais são os lugares que costumam frequentar e por quais motivos?
- Quais os espaços preferidos para estar?
- O que é mais significativo na relação com a família?
- Quais são os adultos de referência no momento e os motivos?
- Como utilizam a internet e em quais sites costumam navegar?
- Como chegaram no SAI?
- O que consideram mais significativo no SAI?
- Como imaginam a saída do SAI?

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS
 Unidade Acadêmica de Pesquisa e Pós-Graduação
 Comitê de Ética em Pesquisa

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Meu nome é Patrícia Brum Pacheco, sou estudante de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Unisinos, tenho como orientador o professor Dr. Carlos A. Gadea, e estou desenvolvendo a pesquisa intitulada "Identities fragmentadas: entre a casa, a rua e o acolhimento institucional de adolescentes acolhidos em Sapucaia do Sul". O objetivo é analisar como são constituídas as relações sociais dos adolescentes na experiência do serviço de acolhimento institucional desta instituição. O estudo se justifica por oportunizar aos adolescentes um espaço de manifestação de suas concepções e representações que marcam sua trajetória na instituição de acolhimento.

A metodologia a ser utilizada será abordagem sobre relatos de vida, sendo a coleta de dados através de entrevistas narrativas, observação e levantamento de dados a partir da documentação institucional. As entrevistas serão gravadas em áudio para facilitar a sua transcrição de modo fidedigno. Os riscos identificados no estudo podem ser danos psicológicos, ao rememorar situações vivenciadas ao longo da experiência no acolhimento institucional, mas não há necessidade de detalhamento dessas experiências. Também informamos que todas as atividades serão orientadas e acompanhadas pela equipe técnica da instituição.

A participação no estudo é voluntária. Sua identidade será preservada, e não serão divulgados nomes ou informações que possam lhe identificar. Os dados obtidos serão armazenados em um banco de dados durante 5 anos e utilizados apenas para os fins da investigação, podendo compor a minha dissertação de mestrado ou serem publicados na forma de relatórios, artigos e/ou anais de congressos. Você poderá desistir do estudo a qualquer momento, sem prejuízo algum, assim como, poderá obter informações sobre o andamento da pesquisa e/ou seus resultados, fazendo contato comigo pelo telefone 51-99255-2493.

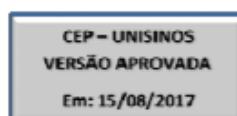
Este Termo será assinado em duas vias, ficando uma em seu poder e a outra sob minha responsabilidade.

Data: ____ / ____ de 201__ .

Nome do/a participante: _____

Assinatura do/a participante: _____

Assinatura da pesquisadora responsável: _____



ANEXO A – CARTA DE ANUÊNCIA



"Com Apoio e Amor Construiremos um Futuro
melhor"



Sapucaia do Sul, 27 de maio de 2017.

Ao Comitê de Ética e Pesquisa

Prezados/as Senhores/as:

Eu, **ELISANDRO FRAGA PEREIRA** presidente da Casa Lar Abrigo Meu Refúgio, declaro que tenho conhecimento do projeto de Pesquisa intitulado "Identidades fragmentadas: entre a casa, a rua e o acolhimento institucional de adolescentes de Sapucaia do Sul" com o objetivo de analisar como são constituídas as formas de sociabilidades dos adolescentes na experiência do serviço de acolhimento institucional em Sapucaia do Sul, utilizando como metodologia a entrevista, a observação e o levantamento de dados a partir da documentação institucional. O referido projeto é proposto pela mestranda Patrícia Brum Pacheco, sob a orientação do Professor Dr. Carlos A. Gadea a ser desenvolvido no Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Unisinos.

A referente pesquisa será realizada no Abrigo Casa Lar Meu Refúgio localizado na Avenida Theodomiro Porto da Fonseca n.º: 1300, no Bairro João de Barro, Sapucaia do Sul, a qual poderá ocorrer a partir de sua aprovação no Comitê de Ética em Pesquisa da Unisinos.

Atenciosamente,

CASA-LAR ABRIGO MEU REFÚGIO

CNPJ: 05.754.664/0001-60

Av.: Theodomiro Porto da Fonseca, 1300

Sapucaia do Sul/RS

Fone: (51) 3453 5004

Elisandro Fraga Pereira
Elisandro Fraga Pereira
Presidente



Av. Theodomiro Porto da Fonseca, 1300, Sapucaia do Sul, RS, Fone/Fax: (51) 3453-5004.
CNPJ - 05754664-0001-60 abrigomeurefugio@hotmail.com e www.meurefugio.com.br